

Relatório de Gestão ■ 2003 : 2006

POLÍTICA AMBIENTAL INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO *sustentável*



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministra do Meio Ambiente

Marina Silva

Secretário-Executivo

Claudio Roberto Bertoldo Langone

Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA)

Marijane Vieira Lisboa

Victor Zular Zveibil

**Secretaria de Biodiversidade
e Florestas (SBF)**

João Paulo Ribeiro Capobianco

Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)

João Bosco Senra

**Secretaria de Políticas para o
Desenvolvimento Sustentável (SDS)**

Gilney Amorim Viana

Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA)

Mary Allegretti

Muriel Saragoussi

Serviço Florestal Brasileiro

Tasso Rezende de Azevedo

Agência Nacional de Águas

Jerson Kelman

José Machado

**Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)**

Marcus Barros

**Instituto de Pesquisa Jardim Botânico
do Rio de Janeiro**

Liszt Vieira

Sumário

Diretrizes da
política ambiental

10

Controle e participação
social qualificam
decisões do governo

92

Fortalecimento do
Sistema Nacional de
Meio Ambiente

114

Apresentação 06

Conservação da biodiversidade com uso sustentável dos recursos naturais	12
Ações estratégicas para a preservação dos biomas	14
Estudos e mapeamentos ampliam conhecimento sobre diversidade biológica	32
Unidades de conservação auxiliam no combate ao desmatamento	38
Turismo ecológico promove desenvolvimento sustentável	46
Uso sustentável da floresta e desenvolvimento	48
Diversidades sociais e culturais associadas à biodiversidade	56
Acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios	60
Uso racional das águas brasileiras	66
Respostas às mudanças do clima e qualidade ambiental	74
Novas regras para o licenciamento ambiental	88
<hr/>	
Conama é revigorado	94
Mais representatividade no CNRH	97
CGEN divulga CDB e legislação nacional sobre recursos genéticos	99
Conabio identifica áreas prioritárias para conservação	100
Capacidade de atuação da CPDS é ampliada	100
Conaflor dá apoio ao Programa Nacional de Florestas	101
Congen discute implementação do Proambiente	102
CGFLOP é criada para assessorar a gestão das florestas públicas	102
Conselho do FNMA define estratégias a partir de demandas sociais	103
CNMA reúne mais de 150 mil pessoas	104
Novos espaços ampliam participação e controle social	106
<hr/>	
Instrumentos de gestão consolidam estrutura do sistema	116
MMA, Ibama, ANA e Jardim Botânico são reestruturados	122
Política de recursos humanos se adapta às novas diretrizes	123
Mudanças no orçamento	130



Uma política para o futuro



Uma das grandes equações do século XXI, não só no Brasil, mas em todo o planeta, com certeza é encontrar a forma justa de viabilizar o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente.

O que está em questão hoje em nosso país não é apenas a construção de um novo ciclo de crescimento. O centro de gravidade da história neste momento não se esgota no exclusivismo econômico, tampouco se resume a uma permuta contábil entre PIB, justiça social e meio ambiente.

O crescimento econômico que se preconiza hoje em todo o mundo é o que se fundamenta na ousadia fundadora de uma nova lógica, cuja essência pode ser resumida em uma palavra: sustentabilidade; considerando suas dimensões ambiental, social, econômica, cultural, política e, principalmente, ética.

Já construímos boa parte das respostas técnicas que nos levaram a conquistas recentes. Agora trabalhamos na associação de nossa capacidade técnica ao compromisso ético de fazer o país crescer respeitando as reais necessidades das gerações presentes, sem que isso signifique negar os reais e legítimos direitos das gerações futuras de viver em um planeta ambientalmente saudável.

Sabemos que 50% do Produto Interno Bruto brasileiro dependem da nossa biodiversidade. Temos, portanto, que buscar as formas mais inteligentes de pensar nosso desenvolvimento preservando esses recursos naturais, dos quais também depende a nossa economia. É uma arquitetura desafiadora, mas que se ancora no planejamento democrático que o Presidente Lula vem instaurando no país desde 2003, contando com a crescente participação da sociedade brasileira na agenda do Estado.

Temos consciência plena de nosso papel e responsabilidade na mediação dos interesses dos diversos segmentos sociais do país.





Este Relatório de Gestão 2003-2006 presta contas das iniciativas e realizações que adicionamos ao alicerce desse novo desafio para o desenvolvimento brasileiro. Entre outras medidas, ele inclui:

- a criação de uma Política Ambiental Integrada e o fortalecimento do Sisnama, que descentraliza responsabilidades de gestão entre União, estados e municípios;
- a realização das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, marco da participação social em nossa gestão;
- a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais;
- o Plano Amazônia Sustentável, que viabilizou o plano da BR-163;
- o Plano Nacional de Recursos Hídricos, pioneiro na América Latina;
- o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco;
- o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, com 31 ações estratégicas de ordenamento e fiscalização;
- a Lei de Gestão de Florestas Públicas;
- o salto de 145 para 220 licenciamentos ambientais ao ano, emitidos entre 2003 e 2006 no âmbito federal;

- a criação de 20 milhões de hectares de novas unidades de conservação; e
- a concessão de licença para 21 hidrelétricas, que adicionam 4.690 MW à capacidade instalada do país. Oito delas já estão em operação, 18 com licença do Ibama para início de obras e três com licença prévia para participar dos leilões de energia.

Além desses itens, reunimos aqui um conjunto de resultados, providências, pesquisas, diagnósticos, mapas e estudos que nos têm auxiliado na busca de soluções para substituir modelos e matrizes de composição insustentável por novas maneiras de crescer e preservar.

Por isso, as urgências contidas no relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC-2007) trouxeram preocupações, mas não sobressaltos. Temos que dotar o país de um plano de enfrentamento das causas e conseqüências do aquecimento global, mas sua elaboração e implementação não exigirão mudanças bruscas na condução estratégica do governo brasileiro no plano ambiental.

Ao iniciarmos o primeiro mandato do governo Lula, em janeiro de 2003, nosso grande

desafio foi enfrentar o crescimento das taxas de desmatamento na Amazônia. Para conter essa espiral predatória crescente, aprovamos, em 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, somando os esforços de 13 ministérios, coordenados pela Casa Civil.

O que aconteceu desde então foi uma queda de mais de 50% no desmatamento. Em apenas dois anos, nos períodos 2004-2005 e 2005-2006, evitamos a derrubada de 1 bilhão de árvores e a emissão de mais de 430 milhões de toneladas de CO₂.

Com a Lei de Gestão de Florestas Públicas, sancionada pelo Presidente em março de 2006, estamos nos preparando para viabilizar a conservação de nossas florestas por meio da adoção do manejo florestal sustentável comunitário e empresarial em larga escala, sob severa vigilância federal e da sociedade. No prazo de 10 anos, teremos 50 milhões de hectares protegidos na Amazônia.

A legislação ambiental brasileira, construída ao longo dos últimos 30 anos com forte contribuição da sociedade e dos diversos go-

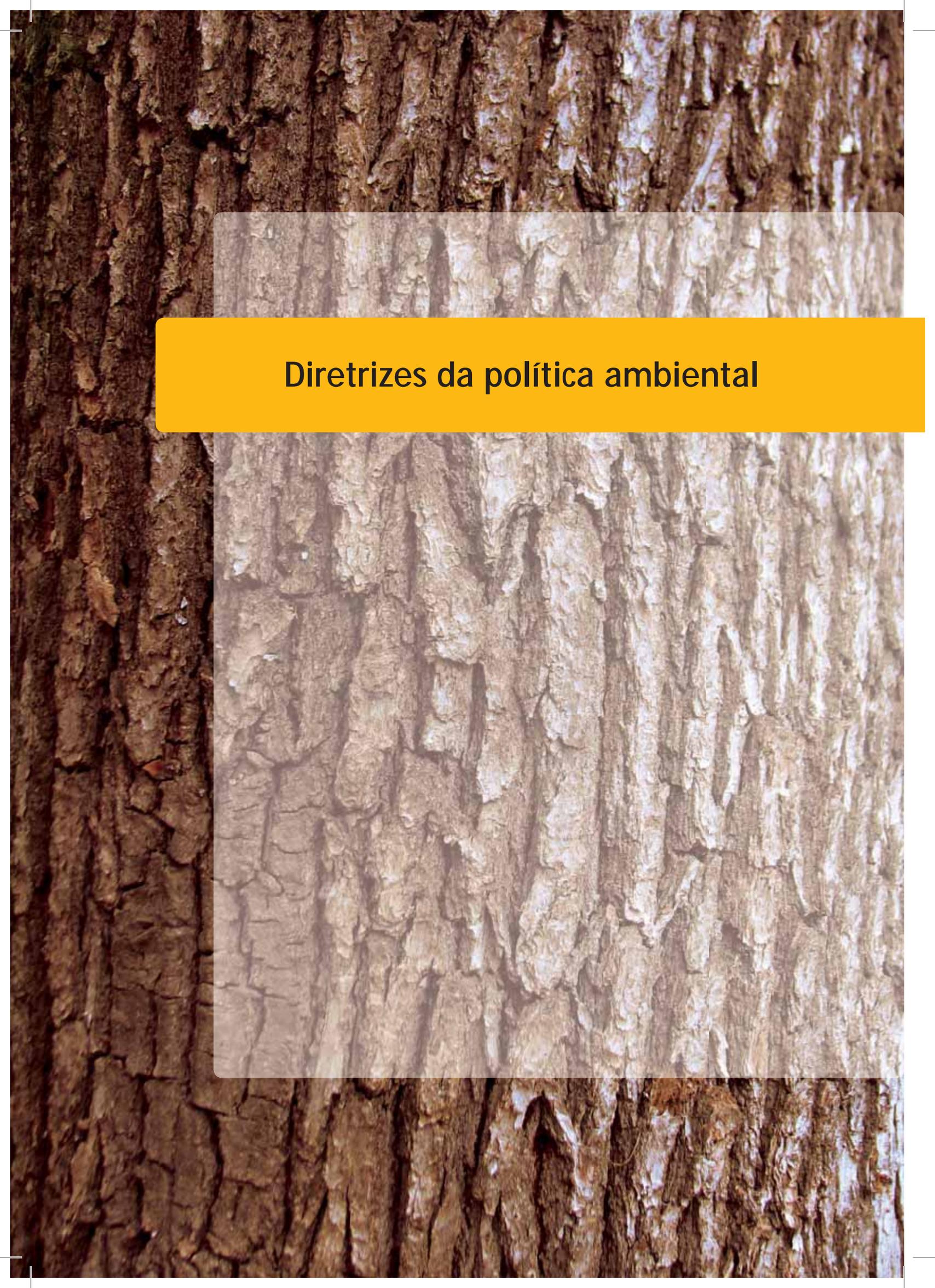
vernos, é uma das melhores do mundo e nos deu segurança para trabalharmos ações estruturantes que garantissem o futuro de nossas políticas públicas ambientais.

Todas as ações descritas neste relatório foram orientadas pelas quatro diretrizes que estabelecemos para traçar um novo modelo de política ambiental para o Brasil: a promoção do desenvolvimento sustentável; o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama); o controle e a participação social; e o princípio da transversalidade, que envolveu diferentes setores do poder público na solução das questões ambientais.

Seguimos os caminhos traçados buscando sempre estar atentos ao diálogo institucional com a sociedade brasileira. É o que pretendemos deixar registrado neste relatório de gestão, resultado do trabalho que executamos com o apoio dos nossos parceiros de jornada e a proteção de Deus.

Marina Silva

Ministra do Meio Ambiente

The background of the slide is a close-up photograph of tree bark. The left side shows dark, deeply furrowed bark, while the right side shows lighter, more textured bark. A semi-transparent yellow rectangular box is centered horizontally and contains the text.

Diretrizes da política ambiental



QUATRO LINHAS BÁSICAS determinaram o traçado da política ambiental do Brasil nos últimos quatro anos. Elas permearam todas as iniciativas, ações, projetos, planos e programas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde os primeiros momentos de 2003, quando foram definidas.

A promoção do desenvolvimento sustentável é a primeira delas. O ministério entendeu ser imprescindível aliar os conceitos de meio ambiente aos conceitos mais modernos de desenvolvimento, que apontam para a sustentabilidade, não só ambiental, mas também social e econômica.

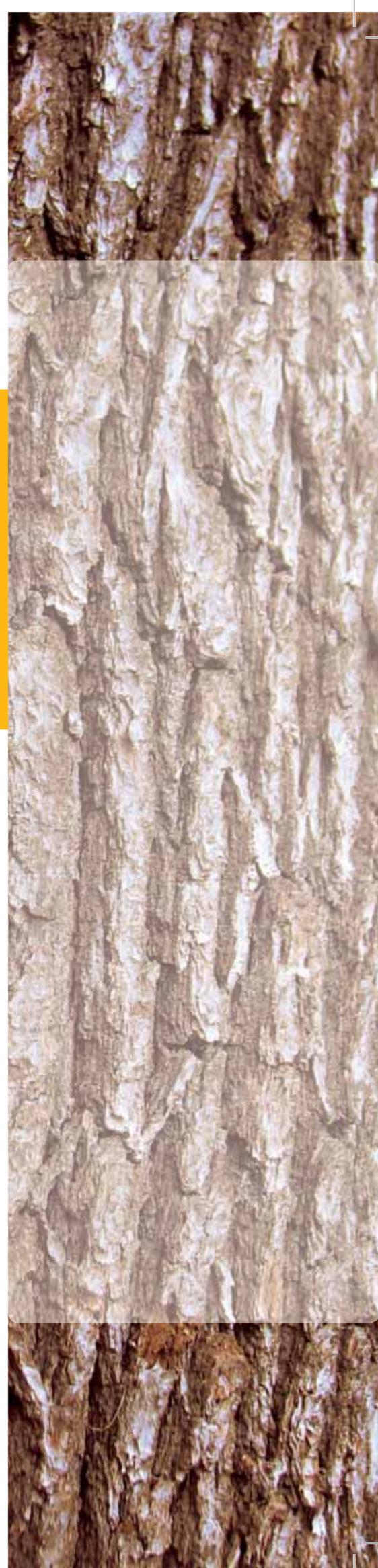
A necessidade de controle e participação social é outra dessas quatro linhas básicas. Para o MMA, a participação qualificada e efetiva da sociedade nos processos decisórios exige espaços institucionais consolidados e transparência.

A terceira refere-se ao fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Com esse objetivo, o ministério defendeu a gestão ambiental compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais como meio de tornar mais eficientes as políticas públicas.

O envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, chamado princípio da "transversalidade", é a quarta e última linha que orientou a política ambiental. Conforme esse princípio, que consta do Plano de Governo para o período 2003-2006, o meio ambiente deve deixar de ser alvo de uma política setorial e entrar na agenda de todos os ministérios e demais órgãos públicos.

Essas quatro diretrizes orientaram as atividades do MMA nos 1.461 dias de governo e permitiram a construção de uma política ambiental integrada. Elas orientam também este relatório.

A promoção do desenvolvimento sustentável e sua relação com as estratégias de conservação da biodiversidade são alvos do primeiro capítulo. No segundo, o foco está voltado para o controle e a participação social. O fortalecimento do Sisnama é o tema do terceiro. O princípio da transversalidade caracteriza todos os capítulos por meio das parcerias firmadas, e descritas aqui, para viabilizar cada iniciativa do ministério.





Conservação da biodiversidade com uso sustentável dos recursos naturais

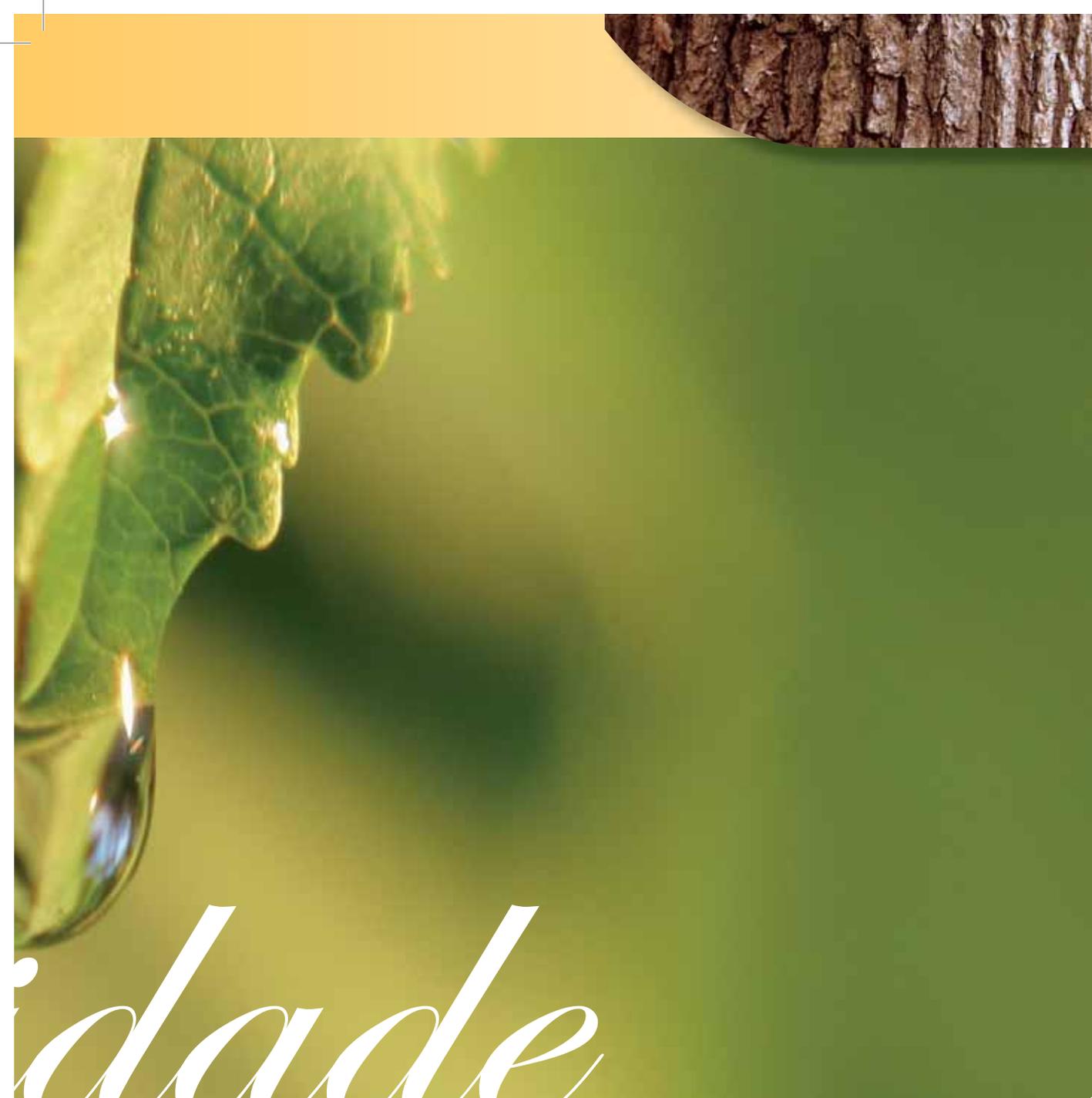
biodiversidade

Nos últimos quatro anos, o MMA formulou e implementou novos programas para a conservação da biodiversidade e para a promoção do desenvolvimento sustentável, sempre com a participação da sociedade. Também aprimorou iniciativas concebidas em gestões anteriores, adaptando-as às novas diretrizes e prioridades da política ambiental.

O ministério empenhou-se em três frentes: combate ao desmatamento nos biomas, recuperação e uso sustentável da diversidade bio-

lógica e aumento das áreas protegidas. O trabalho foi desenvolvido a partir das seguintes estratégias: articulação de políticas específicas para cada bioma, organização de espaços de participação social, reforma institucional do setor florestal e ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade.

Assim, quase todos os biomas brasileiros passaram a ter uma agenda própria, baseada nas quatro diretrizes da política ambiental. Atualmente, cada um deles conta com um espaço

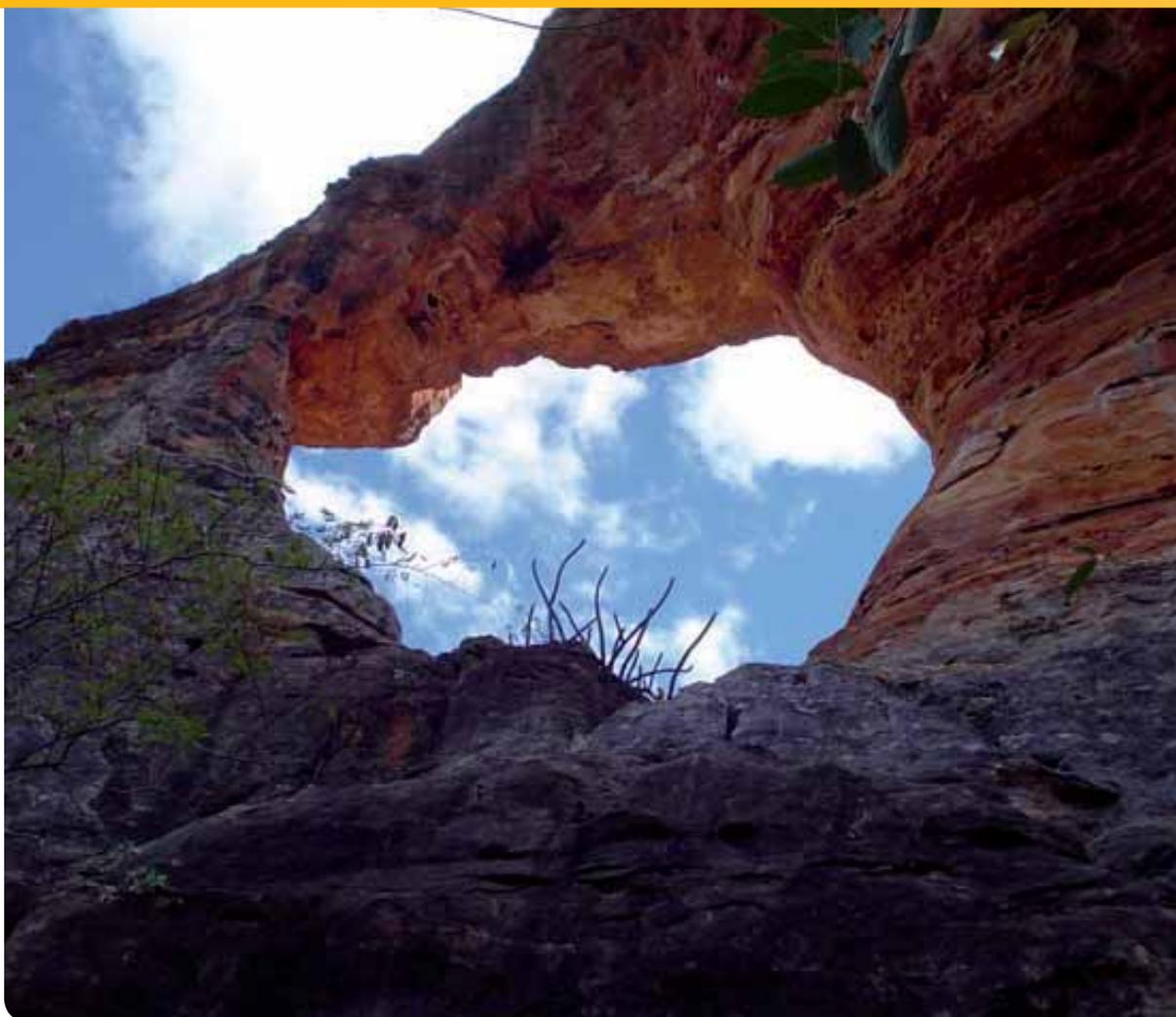


Sustentabilidade

institucional para formulação e implementação de políticas de conservação – uma instância que favorece as contribuições da sociedade – e um programa de ação único, com recursos assegurados para sua implementação no Orçamento e no Plano Plurianual da União.

Neste trecho, estão descritas, além das ações estratégicas para cada bioma, as iniciativas para ampliar o conhecimento, para aumentar a área protegida no Brasil e as atividades desenvolvidas na área do turismo ecológico. O manejo susten-

tável das florestas, com geração de emprego e renda, as medidas para proteger e valorizar as diversidades sociais e culturais, associadas à biodiversidade, e as ações para permitir o acesso aos recursos genéticos e a repartição equitativa dos benefícios gerados a partir deles são outros assuntos tratados. Ainda há títulos específicos sobre o uso racional da água, sobre mudanças do clima e iniciativas para combater as diferentes formas de poluição e sobre as novas regras do licenciamento ambiental.



Ações estratégicas para a preservação dos biomas

É incontestável a riqueza ambiental brasileira, revelada em seus biomas – Pampa, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Amazônia, Marinho e Zona Costeira. Riqueza essa formada não apenas por uma ampla diversidade de recursos naturais, mas, também, pela diversidade cultural das comunidades tradicionais e todo o conhecimento que elas detêm sobre as formas de usar e conservar a natureza.

Apesar de, ao longo dos anos, todos os biomas sofrerem com problemas, como desmatamento, queimadas, invasões de espécies exóticas, contaminação por agroquímicos e efeitos

das mudanças do clima, a Caatinga, o Cerrado e o Pampa receberam pouca atenção na política ambiental do país até 2002. Em 2003, esse cenário começou a mudar. O MMA desenvolveu ações direcionadas às especificidades de cada bioma. Criou, em 2004, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, núcleos para a formulação e implementação de políticas de conservação para o Cerrado e o Pantanal e, também, para a Caatinga e a Zona Costeira e Marinha. Eles se somaram ao já existente Núcleo da Mata Atlântica, reformulado para incluir o bioma Pampa. A Amazônia continuou contando com uma estrutura institucio-

nal própria, a Secretaria de Coordenação da Amazônia.

O MMA trabalhou ao lado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na elaboração do “Mapa de Biomas Brasileiros: Primeira Aproximação”. O objetivo foi uniformizar o critério de definição de cada bioma e sua distribuição no território nacional. A partir dele, foram elaboradas políticas específicas para a conservação dos biomas, com participação de diferentes setores do governo e da sociedade, e foi criado o Programa Biomas Brasileiros no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Essas políticas são relatadas abaixo, por bioma.

CERRADO

Abrigo de 5% da biodiversidade de todo o planeta, o Cerrado possui uma vasta heterogeneidade de ecossistemas. Desde 1986, é considerado Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Apenas 2,8% de sua área estão protegidos por unidades de conservação (UCs), percentual que reflete a baixa atenção dada ao bioma anteriormente.

É uma das maiores áreas de captação de água da América do Sul, pois abastece as bacias dos rios Amazonas, Tocantins, Paranaíba, São Francisco, Paraná e Paraguai. As águas do Cerrado também ajudam a abastecer o Aquífero Guarani, o maior manancial transfronteiriço de água doce subterrânea do mundo.

A ocupação acelerada e desordenada do bioma marcou as últimas décadas e deu origem a problemas como o desmatamento e as queimadas, com conseqüente perda de biodiversidade, fragmentação dos ecossistemas, redução da capacidade hídrica dos mananciais, erosão, perda de solos e assoreamento de rios. O Cerrado ainda enfrenta dificuldades com o aumento da contaminação química do solo e das águas – decorrência do modelo tecnológico adotado por agricultores na região.

Diante desse quadro, representantes de movimentos sociais e ambientais que atuam no Cerrado propuseram três ações estratégicas: (i) a criação de um espaço institucional para desenvolvimento de políticas de conservação, (ii) a criação de um programa de conservação e (iii) a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que transforma o Cerrado e a Caatinga em Patrimônio Nacional.



A atuação do MMA no Cerrado, entre 2003 e 2006, foi pautada por essas propostas. Os resultados práticos da nova inserção do bioma na política ambiental foram:

- Criação do Núcleo do Bioma Cerrado e Pantanal e do Grupo de Trabalho (GT) do Cerrado, em 2003, com representantes dos governos federal e estadual e da sociedade. O GT foi ampliado e transformado na Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer) pelo Decreto nº 5.577, em 2005, o que consolidou a participação social na formulação e no monitoramento das políticas públicas voltadas para o bioma.

- Lançamento do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado (Programa Cerrado Sustentável), em 2006.

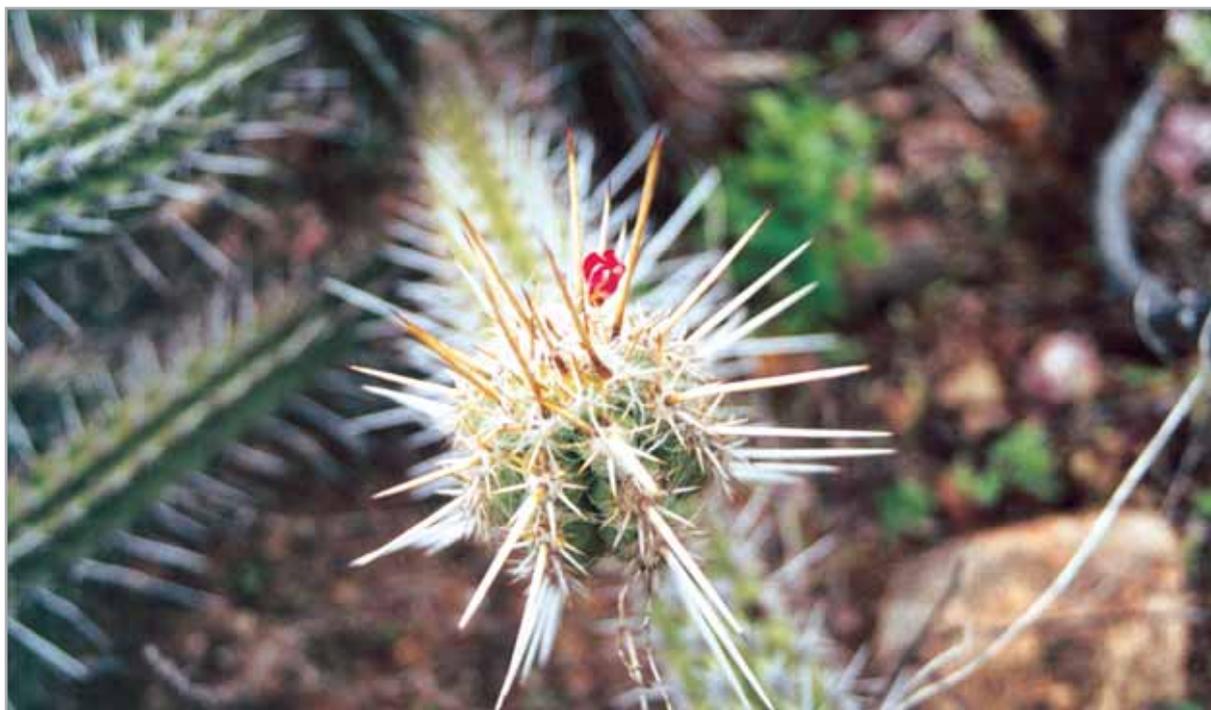
- Negociação do Projeto GEF Cerrado, que financiará a implementação do Programa Cerrado Sustentável com um orçamento de US\$ 39 milhões. Desse total, US\$ 13 milhões serão doados pelo GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente) e US\$ 26 milhões serão contrapartida do governo brasileiro. A

negociação foi praticamente concluída em 2006 e a implementação do projeto deve ter início em 2007.

- Apoio a projetos de demanda induzida pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), por meio de editais de recuperação e proteção de nascentes e de formação de agentes multiplicadores, de assistência técnica e de extensão rural. Juntos, eles somam cerca de R\$ 15,3 milhões.

- Ampliação das áreas protegidas no Cerrado, com a criação das duas primeiras reservas extrativistas (Resex) do bioma: a Resex do Lago do Cedro e a Resex do Recanto das Araras de Terra Ronca, ambas em Goiás, e que, juntas, compreendem 29 mil hectares. Também foi criado o Parque Nacional da Chapada das Mesas, no Maranhão, com aproximadamente 160 mil hectares. O Parque Nacional Grande Serião Veredas, em Minas Gerais e na Bahia, ganhou mais 147 mil hectares, quase triplicando sua área original.

- Aprovação da PEC do Cerrado e da Caatinga, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 2006.



CAATINGA

Cobre 10% do território nacional e é o principal bioma da região Nordeste. O clima semi-árido não impede a grande variedade de paisagens da Caatinga, nem a rica diversidade biológica. O bioma apresenta, inclusive, espécies endêmicas (que são exclusivas da Caatinga).

Sua ocupação teve início no período do Brasil Colônia. Hoje, 27 milhões de pessoas vivem no bioma. Estudos sugerem que cerca de 80% dos seus ecossistemas originais já foram alterados pela ação do homem, principalmente por meio do desmatamento e das queimadas.

Para enfrentar esses problemas, o MMA adotou inúmeras ações:

- Criação do GT da Caatinga, em 2005, permitindo a participação social e viabilizando discussões itinerantes no Nordeste. O Núcleo Caatinga, do MMA, atua como secretaria-executiva do GT e é responsável por unir as políticas de conservação do bioma.
- Estudo da ampliação da área protegida do bioma, por meio do GT, que prevê a criação de várias UCs.
- Implementação do projeto GEF Caatinga, que conta com o apoio, além do próprio GEF, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Programa Nacional de Florestas (PNF), do MMA. O projeto é um importante mecanismo de incentivo à produção sustentável, à capacitação e à organização comunitária no bioma.
- Criação da Reserva Extrativista do Batoque, no Ceará, e da Floresta Nacional de Palmares, no Piauí, totalizando cerca de 800 hectares.
- Combate à impunidade, com a realização de uma operação conjunta entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal (PF), em 2006. Foram presas sete pessoas envolvidas no transporte ilegal de carvão e madeira por meio do uso



de identidades falsas e da venda de Autorizações de Transporte de Produto Florestal (ATPFs) falsificadas. Entre os presos, estão servidores do Ibama na Bahia, empresários e despachantes.

PANTANAL

Declarado Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 2000, o Pantanal é a maior área úmida continental do planeta. Tem aproximadamente 210 mil km², sendo 140 mil km² em território brasileiro. A riqueza da fauna é um dos destaques.

O equilíbrio do Pantanal depende do fluxo ao início e ao fim das enchentes – diretamente ligado à quantidade de chuvas na região. A pesca ilegal, o desmatamento, as queimadas e os projetos de desenvolvimento sem bases sustentáveis em seu entorno são suas principais ameaças.

Uma das iniciativas fundamentais do MMA para preservá-lo é o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, completamente reestruturado entre 2003 e 2005, e em execução desde 2006. Em sua primeira etapa, o Programa Pantanal está desenvolvendo a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da região, em parceria com os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Fruto dessa parceria também é o curso de especialização para capacitar servidores públicos estaduais e federais em técnicas de AAE, que conta com o apoio,



ainda, de universidades dos dois estados. O programa também incentivou a criação do curso de graduação em Agroecologia em Terras Indígenas, na Universidade Católica Dom Bosco, para alunos indígenas do Pantanal com segundo grau completo – as aulas devem começar no primeiro semestre de 2007. Essa iniciativa é coordenada pelo MMA e conta com a participação dos ministérios da Educação, da Justiça (Fundação Nacional do Índio - Funai) e do Desenvolvimento Agrário, além do governo do Mato Grosso do Sul.

Outras ações relevantes são:

- Elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos (PERHs) do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.
- Criação do GT Interministerial do Taquari e do Pantanal para definir e implementar ações de proteção e recuperação ambiental na bacia do rio Taquari, compatíveis com os objetivos de proteção do bioma.
- Implantação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, um espaço de participação social que favorece a promoção do desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai.
- Articulação do Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP), com a finalidade de criar uma dinâmica con-

tínua de formação de educadores ambientais na Bacia do Alto Paraguai e com o envolvimento de diferentes setores da sociedade.

PAMPA

Concentrado no Rio Grande do Sul, o bioma ocupa 2% do território nacional. Nos últimos 300 anos, foi alvo da produção agropecuária e teve sua biodiversidade subestimada. Atualmente, no entanto, sabe-se que o Pampa, também chamado de Campos Naturais do Rio Grande do Sul, é o abrigo de espécies raras da fauna e da flora brasileira, algumas ainda desconhecidas pela ciência. Ele só foi considerado oficialmente como bioma em 2004, com o lançamento do Mapa de Biomas Brasileiros. Até então, era classificado como um conjunto de ecossistemas associados à Mata Atlântica, incluso na denominação “Campos Sulinos”.

A nova visão sobre o Pampa influenciou o processo de mapeamento dos seus remanescentes, iniciado em 2004, no âmbito do Mapeamento da Cobertura Vegetal dos Biomas. O trabalho foi desenvolvido pelo Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Outras ações importantes são:

- “I Seminário Bioma Pampa: uma pro-

posta de desenvolvimento econômico, ambiental, turístico e cultural”, realizado em novembro de 2005, na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, que contou com a participação do ministério e do Ibama como representantes do governo brasileiro. O evento reuniu a sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e prefeituras da região. O objetivo foi identificar e intensificar ações de conservação. O MMA também participou do “Acampamento Binacional para Valorização do Bioma Pampa”, realizado em Santa Vitória do Palmar, Brasil, e no Chuy, Uruguai, em janeiro de 2006. Esses dois eventos resultaram em cartas de reivindicações de ações ambientais urgentes, como a constituição de um GT multiinstitucional do Pampa, o reconhecimento do bioma como Reserva da Biosfera e a adoção de medidas de contenção de atividades produtivas predatórias (monocultivo de eucalipto).

- Criação do GT Pampa, em 2006, para oferecer subsídios à elaboração de programas, projetos, ações e políticas direcionados à conservação e ao desenvolvimento sustentável do bioma, atendendo a reivindicações da sociedade. A posse dos integrantes do GT Pampa ocorreu durante o II Seminário do Bioma Pampa, realizado pelo MMA em Santana do Livramento (RS), em junho de 2006.

- Realização de reuniões e seminários para a definição de áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.

- Negociações com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) para que o GEF apóie a implementação do projeto de conservação do bioma.

ZONA COSTEIRA E MARINHA

O Brasil possui uma linha contínua de costa com mais de 8,5 mil km de extensão – uma das maiores do mundo. Além de extensa, a

Zona Costeira brasileira apresenta uma grande diversidade de paisagens, como dunas, ilhas, recifes, costões rochosos, baías, estuários, brejos e falésias. Em cada ambiente habitam diferentes espécies de animais e vegetais.

Estima-se que a metade da população brasileira viva na faixa litorânea. Isso significa que a integridade ecológica da costa é pressionada pelo crescimento dos centros urbanos e, conseqüentemente, pela poluição, pela ocupação desordenada do território e pela prática de um turismo ainda não consciente sobre a importância da conservação da natureza.

A ocupação predatória provoca a devastação das vegetações nativas, o que pode levar à movimentação de dunas e até ao desabamento de morros. O aterro dos manguezais, por exemplo, coloca em perigo espécies animais e vegetais e destrói um importante “filtro” das impurezas lançadas na água. As raízes parcialmente submersas das árvores do mangue espalham-se sob a água, retêm sedimentos e evitam que eles escoem para o mar. Alguns mangues estão estrategicamente situados entre a terra e o mar, formando estuários para a reprodução de peixes.



A expulsão das populações caiçaras ameaça uma das culturas mais tradicionais e ricas do Brasil. Outro problema grave é o lançamento de esgoto sem tratamento no mar e o derramamento de óleo provocado pelas operações de terminais marítimos.

O MMA estabeleceu, com a participação da sociedade, um conjunto de diretrizes específicas para o desenvolvimento de atividades produtivas no domínio dos vários ecossistemas presentes no bioma. Elas estão traduzidas nas seguintes ações:

- Criação de um GT temporário para a Zona Costeira e Marinha, na elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), com a finalidade de propor um sistema de áreas protegidas para a costa brasileira, para o mar territorial e para a Zona Econômica Exclusiva.

- Criação do Projeto de Monitoramento de Recifes de Coral, que usa a metodologia do Programa Reef Check, uma iniciativa de monitoramento global desses ambientes. O ministério acompanha o projeto desde 2004. A previsão é de que seja mantido até 2007, por meio de um convênio firmado entre o Instituto Recifes Costeiros e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA). Em março de 2006, também foi publicado o livro "Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil – situação atual e perspectivas", com os resultados desse programa.

- Retomada da Campanha Conduta Consciente em Ambientes Recifais, em 2004, numa parceria com a National Fish and Wildlife Foundation (NFWF). O projeto aprovado pelo Fundo para a Conservação de Recifes de Corais contou com US\$ 36 mil para a reimpressão dos materiais produzidos na sua primeira fase (adesivos, bonés e banners) e implementação de um programa de capacitação, iniciado em 2005, para gestores de áreas protegidas, agentes de turismo, professores e voluntários que

atuam em ambientes recifais. Foi elaborado um vídeo (DVD) com os princípios da campanha para ser distribuído às operadoras de turismo, UCs e outros parceiros interessados, com versão de legendas em inglês e espanhol.

- Criação de sete reservas extrativistas marinhas, entre 2003 e 2006, que totalizam uma área aproximada de 541 mil hectares, para promover a proteção de mangues, dunas e outras formações costeiras. Elas beneficiam cerca de 20 mil pessoas, entre famílias de pescadores tradicionais e caiçaras.

Programa Antártico

Por meio do Núcleo da Zona Costeira e Marinha, o MMA coordena o Grupo de Avaliação Ambiental do Programa Antártico Brasileiro (GAAM/Proantar). Em 2002, por iniciativa do ministério, foram formadas duas redes de pesquisas. A Rede 1 foi encarregada de investigar o reflexo das mudanças ambientais globais na Antártida. A Rede 2 foi responsável por avaliar o estado da Baía do Almirantado (onde está localizada a Estação Antártica Comandante Ferraz) e descobrir os principais indicadores para o monitoramento de impacto ambiental decorrente das atividades logísticas e científicas brasileiras. Foram envolvidos 26 grupos de pesquisa, 20 instituições brasileiras e 16 instituições estrangeiras. Os relatórios sobre os resultados dessa pesquisa estão sendo finalizados.

Esse trabalho foi reconhecido internacionalmente. Em função dele, o Brasil ocupa posição de destaque entre os países que contribuem para a pesquisa e proteção do meio ambiente antártico. Ele influenciou na eleição do Brasil à vice-presidência do Comitê de Proteção Ambiental (CEP), grupo assessor das reuniões consultivas do Tratado da Antártida (ATCMs) – instância máxima responsável por emitir recomendações e pareceres ambientais às partes do tratado.

MATA ATLÂNTICA

A riqueza biológica da Mata Atlântica destaca o bioma no cenário mundial. Estudos recentes revelaram que ele abriga uma das maiores diversidades de árvores do planeta. A Mata Atlântica, considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, cobria, originalmente, uma área de 1,3 milhão de km², representando 15% do território do país. No entanto, hoje, ela está restrita a 27,4% dessa área, segundo dados preliminares do Mapa de Cobertura Vegetal Nativa dos Biomas Brasileiros, divulgados em dezembro de 2006 pelo MMA.

O bioma apresenta-se em diferentes fitofisionomias, ou seja, possui ambientes com tipos variados de vegetação, como as matas de araucária. Nele vivem 70% da população brasileira, cuja qualidade de vida está diretamente relacionada aos serviços ambientais gerados pela floresta.

Dentre os principais resultados obtidos na Mata Atlântica nos últimos quatro anos, é possível destacar:

- Sanção da Lei da Mata Atlântica, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2006. A lei determina os limites do bioma, atribui função social à floresta, estabelece regras para o seu uso e cria incentivos econômicos para sua conservação e recuperação. A aprovação do projeto de lei no Congresso Nacional, depois de 14 anos de negociação, é fruto do empenho do movimento ambiental e do Governo Federal em criar condições políticas e institucionais para que o país recebesse a nova lei.
- Criação de mais de 226 mil hectares de UCs nos ecossistemas mais ameaçados do bioma, como as matas de araucárias, as florestas do sul da Bahia e os campos naturais da região Sul do Brasil. Propostas de criação de novas unidades nas áreas críticas do bioma estão em estudo. Somente em Santa

Catarina e no Paraná foram criadas seis UCs para proteger mais de 72 mil hectares de florestas de araucárias, cujos remanescentes somam, hoje, menos de 1% da cobertura original. Até 2002, havia 15 UCs nesses dois estados, protegendo 256 mil hectares. Isso significa que nos últimos quatro anos a área protegida praticamente dobrou.

- Investimento de € 17 milhões no apoio a organizações da sociedade civil que realizaram projetos de conservação e recuperação no bioma. Os recursos foram doados por meio de cooperação internacional estabelecida com o governo alemão, no âmbito do Programa-Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

- Redução de 75% na taxa do desmatamento da Mata Atlântica, no período de 2000 a 2005. Essa redução é o resultado do esforço dos governos federal e estaduais e da sociedade civil, que ganhou maior dimensão com a sanção da Lei da Mata Atlântica.



■ Combate à impunidade, com a realização de uma grande operação feita em parceria pelo Ibama e pela Polícia Federal, em 2006. Depois de um ano de investigações, ela desarticulou uma quadrilha formada por empresários e servidores públicos que atuavam na área de fiscalização do Ibama no estado do Rio de Janeiro. Entre os presos estavam mais de 20 funcionários públicos.

AMAZÔNIA

Sua importância para o equilíbrio do planeta é inequívoca. Afinal, nesse bioma estão fixadas mais de uma centena de trilhões de toneladas de carbono. Sua vegetação libera cerca de sete trilhões de toneladas de água para a atmosfera a cada ano. Aproximadamente 20% do volume de água doce despejada nos oceanos pelos rios, em todo o planeta, são da Amazônia. O bioma detém um terço da biodiversidade global e abriga em torno de 30% de todas as florestas tropicais remanescentes no mundo. Dados tão impressionantes não evitaram que a Amazônia, cuja área chega a 7 milhões de km², cobrindo parte de nove países, sofresse ameaças.

Em 1980, a área desmatada era de 300 mil km², o equivalente a 6% do território amazônico. Em 2005, já eram 700 mil km², o que representa 14% da área da Amazônia Legal. Os problemas são inúmeros: a expansão da soja, atividades de mineração que contaminam rios, a pesca predatória que reduz os estoques de peixes, a erosão dos solos e a urbanização acelerada.

É no Brasil que está situada a maior parte da Amazônia, 60%. A região abriga expressivo conjunto de povos indígenas e populações tradicionais e seu amplo espectro de ecossistemas apresenta imenso potencial genético. O país tem consciência de suas responsabilidades. A Amazônia é a região brasileira com mais áreas protegidas. Nos últimos qua-

tro anos, inúmeras iniciativas do ministério foram adotadas para controlar a destruição do bioma.

As ações do MMA concordaram com a abordagem dada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva de pôr fim a políticas setoriais dispersas, desconexas e que conflitassem entre si. Também seguiram uma das prioridades do Plano de Governo, que apontava para a adoção de um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia, capaz de gerar inclusão social, promover atividades econômicas dinâmicas e competitivas e que levasse em conta a diversidade cultural da região e o uso sustentável dos recursos naturais. Essas prioridades foram incorporadas no Plano Amazônia Sustentável (ver box "Amazônia sustentável: base para o desenvolvimento", na pág. 28).

Baseado no novo contexto, o MMA propôs ao presidente Lula a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) permanente, sob a coordenação da Casa Civil, para enfrentar o problema. O GTI, composto por 13 ministérios, foi instituído por decreto presidencial.

O GTI elaborou o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, lançado em março de 2004, com 144 ações, ou 31 ações estratégicas, divididas em três eixos: (i) ordenamento territorial e fundiário, (ii) monitoramento e controle e (iii) fomento às atividades produtivas sustentáveis. Paralelamente, foi feito o planejamento socioambiental de grandes obras de infraestrutura, como no caso da BR-163 (mais detalhes no box "Amazônia sustentável: base para o desenvolvimento", na pág. 28).

Um ano depois do lançamento, o plano rendeu os primeiros frutos: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) anunciou uma queda de 31% na taxa de desmatamento no período 2004-2005. Essa redução foi ainda mais evidente no final da gestão, quando o Inpe estimou que o desmatamento no pe-



riodo 2005-2006 não deverá ultrapassar os 13,1 mil km² – segundo menor registro desde 1988, quando foi iniciado o monitoramento. Área menor só foi registrada em 1991, ano em que a atividade econômica foi prejudicada pelo Plano Collor. Os dados consolidados sobre o desmatamento de 2005-2006 serão divulgados em 2007.

A taxa acumulada, considerando os períodos 2004-2005 (consolidada) e 2005-2006 (estimada), deverá chegar aos 52% de queda. Se confirmadas as estimativas, o percentual corresponderá a 22,91 mil km² de florestas poupadas em dois anos. Projeções sugerem ainda que o país terá evitado a perda de aproximadamente um bilhão de árvores, que poderia afetar 40 milhões de aves e um milhão de primatas. Terá sido evitada também a emissão de 430 milhões de toneladas de carbono na atmosfera.

É possível atribuir esse resultado inicial ao aumento da governança pública na região, que está sendo obtido através da implementação das 31 ações estratégicas previstas no plano, dentre as quais destacam-se:

- Redução significativa da impunidade em relação àqueles que praticavam crimes de desmatamento, exploração ilegal de recursos florestais e grilagem de terras públicas. Das 17 grandes operações realizadas pela Polícia Federal e Ibama no país, entre 2003 e 2006, 14 aconteceram na Amazônia e permitiram a desarticulação de quadrilhas que atuavam há décadas na região, a maior parte delas com envolvimento de servidores públicos. Isso resultou na prisão de 460 pessoas – 333 empresários, advogados, despachantes e lobistas; 107 servidores do Ibama; três policiais rodoviários federais e 17 servidores públicos estaduais.

- Grandes operações integradas de fiscalização, com a instalação de bases operacionais do Ibama em regiões estratégicas da Amazônia. São unidades de apoio logístico preparadas para abrigar agentes do Ibama e da polícia, equipadas com veículos e computadores com acesso à internet. Essas bases operam com informações recebidas do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter). O trabalho é rea-

lizado de forma integrada com PF e Polícia Rodoviária Federal, Exército, Aeronáutica, polícias ambientais estaduais e com fiscais do Ministério do Trabalho. O resultado foi a emissão de R\$ 2,8 bilhões em multas e a apreensão de 814.000 m³ de madeira em tora, 471 tratores, 171 caminhões e 643 motosserras. Desde 2001, a fiscalização identificou 7,7 milhões de metros cúbicos de carvão explorado ilegalmente.

■ **Moralização** de instituições ambientais federais e estaduais, com a identificação e punição dos servidores envolvidos em corrupção, conforme a lei. Foram presos 76 servidores do Ibama, três servidores da Polícia Rodoviária Federal, oito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 17 servidores públicos estaduais do Mato Grosso, Rondônia, Pará, Acre e Amapá.

■ **Implantação** de um novo sistema de controle do fluxo de produtos florestais, mais moderno, eficiente e transparente.



O Documento de Origem Florestal (DOF) substituiu o antigo sistema baseado no uso das Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPFs), que eram facilmente falsificadas e se tornavam instrumentos de fraude, permitindo o comércio ilegal de madeira. Também foi feito um trabalho de cooperação para fortalecer os órgãos estaduais de meio ambiente com o objetivo de prepará-los para atuarem de forma integrada com o Governo Federal, aumentando a presença do estado de direito na região.

■ **Aumento** no valor das multas cobradas em caso de desmatamento ilegal. O Decreto n° 5.523/2005 elevou de R\$ 1 mil para R\$ 5 mil o valor da multa por hectare de floresta derrubada ilegalmente. Também autorizou a retenção de veículos e embarcações usados nesses crimes e a divulgação de informações relativas a multas emitidas e outras sanções aplicadas a infratores.

■ **Melhoria** do sistema de monitoramento das florestas, com o aperfeiçoamento da metodologia do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) e a criação de dois novos sistemas. O Deter fornece informações atualizadas para orientar o trabalho de fiscalização do Ibama e dos órgãos ambientais estaduais. O Sistema de Detecção da Exploração Florestal (Detex) está em fase de finalização e permitirá acompanhar com mais precisão e rapidez as áreas sob manejo florestal sustentável e as áreas sob exploração ilegal. Esse trabalho é feito em parceria com o Inpe e o Ibama. O Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR), desenvolvido no Mato Grosso com o apoio do MMA, é mais uma iniciativa da estratégia implantada em todos os estados da Amazônia para distinguir o desmatamento ilegal do desmatamento autorizado.

■ **Ampliação** do controle social sobre o monitoramento do desmatamento e

sobre as outras ações do governo nessa área. Foram feitos seminários técnico-científicos com instituições públicas e organizações não-governamentais (ONGs) nacionais que realizam trabalhos relacionados ao monitoramento do desmatamento da Amazônia. Ainda foram disponibilizadas na internet as imagens de satélite usadas no monitoramento e todos os dados do Deter, facilitando o acesso da sociedade à informação. O mesmo acontecerá com o Detex, quando concluído.

- Mudança significativa no perfil fundiário da região com a homologação de mais de 10 milhões de hectares de terras indígenas, a criação de mais de 20 milhões de hectares de UCs em regiões de expansão da fronteira predatória e a exigência do Incra de cadastramento dos pedidos de inscrição no Cadastro de Propriedades Rurais. Foram inibidos os certificados de cadastro de imóvel rural de 10.300 médias e grandes propriedades nos municípios onde o desmatamento era mais intenso, por meio da Portaria nº 10, assinada em conjunto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra.

- Criação de novos instrumentos legais para proteção emergencial às áreas naturais ameaçadas pelo desmatamento. É o caso da Lei nº 11.132, de 4 de julho de 2005, que permite ao Poder Público decretar Áreas sob Limitação Administrativa Provisória (Alap) para realização de estudos sobre a criação de UCs.

- Definição de uma Alap na região de influência da rodovia BR-319 no Amazonas, por decreto, com área de 15,4 milhões de hectares.

- Retomada do processo de regularização fundiária na Amazônia pelo Incra, paralisado desde a década de 1970 (mais detalhes no box "Amazônia sustentável: bases para o desenvolvimento", na pág. 28).

- Criação de novos instrumentos legais para viabilizar o desenvolvimento de atividades



econômicas em bases sustentáveis. A Lei de Gestão de Florestas Públicas, nº 11.284, sancionada em março de 2006, dispõe sobre o uso sustentável da floresta, institui, na estrutura do MMA, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Com ela, a gestão das florestas públicas passa a se dar por meio da criação de UCs, da destinação não onerosa da área para uso comunitário (assentamentos florestais, reservas extrativistas) e por contratos de concessão florestal, com o pagamento pelo uso de produtos e serviços da floresta. Os recursos arrecadados pelas concessões florestais serão aplicados em monitoramento, fiscalização e regulação do setor e no fomento a atividades florestais sustentáveis. Junto com a sanção da lei, foi criado o primeiro Distrito Florestal Sustentável do país, na área de influência da BR-163 (ver box "Distrito Florestal Sustentável", na pág. 55).

Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

Esse programa foi concebido para maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais, de acordo com as metas de desenvolvimento do Brasil, por meio da implantação de uma metodologia de desenvolvimento sustentável que contribua com a redução contínua do índice de desmatamento. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- *demonstrar a viabilidade da harmonização dos objetivos ambientais e econômicos nas florestas tropicais;*
- *ajudar a preservar os recursos genéticos das florestas tropicais;*
- *reduzir a contribuição das florestas brasileiras na emissão de gás carbônico; e*
- *fornecer um exemplo de cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais.*

O programa, em implementação desde 1994, já apoiou diversas experiências-piloto de desenvolvimento sustentável, tanto na região amazônica como na Mata Atlântica. Ele é financiado por meio de doações de cooperação internacional (técnicas e financeiras) e de contrapartidas do Governo Federal, governos estaduais e municipais e parceiros da sociedade civil. O Banco Mundial

e o Banco do Brasil contribuem na sua gestão. Nos últimos quatro anos, o programa tornou-se uma rica fonte de subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas do Governo Federal.

O programa, em fase de finalização da etapa-piloto, conta com uma carteira de 17 projetos em execução (além daquele que dá apoio ao funcionamento de sua coordenação). Os projetos estão distribuídos em cinco linhas de atuação: experimentação e demonstração; conservação de áreas protegidas; fortalecimento institucional; pesquisa científica e lições e disseminação.

Os principais resultados do programa-piloto são:

- *apoio à gestão ambiental:*
 - *descentralização da gestão ambiental em áreas prioritárias dos estados amazônicos e apoio à implantação dos órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas);*
 - *criação de instrumentos inovadores de gestão ambiental, como o sistema para concessão de uso em áreas de várzea, adotado pela Secretaria de Patrimônio da União e Incra na regularização dessas terras;*
 - *capacitação de 10 mil técnicos de Oemas e da sociedade civil em gestão ambiental, beneficiando*



mais de 1.000 órgãos e instituições da Amazônia nos últimos 10 anos:

- apoio a concepção e implementação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR);

- incentivo à produção sustentável:

- execução de 3.900 projetos demonstrativos voltados à geração de renda, conservação e uso sustentável dos recursos naturais;

- implementação de iniciativas inovadoras de manejo florestal (empresarial e comunitário) e de manejo de uso múltiplo dos recursos naturais na várzea amazônica;

- envolvimento da sociedade civil e apoio à sua organização:

- incentivo à participação da sociedade civil na discussão e formulação de políticas públicas, especialmente entre populações tradicionais, indígenas e produtores;

- apoio institucional à Rede GTA, Rede Mata Atlântica, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), Consórcio de ONGs da BR-163 e Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA);

- ampliação do conhecimento (Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA):

- identificação, sistematização e disseminação dos conhecimentos gerados pelas experiências apoiadas pelo programa-piloto na Amazônia e na Mata Atlântica;

- apoio ao Projeto de Assistência Técnica para Agenda da Sustentabilidade Ambiental (TAL);

- capacitação em monitoramento e avaliação de técnicos do MMA;

- desenvolvimento de estudos sobre temas estratégicos, como a “Avaliação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais do Estado do Mato Grosso” e “A Grilagem de Terras Públicas e a sua Inserção nas Dinâmicas do Desmatamento na Amazônia Brasileira”;

- realização do curso “Academia amazônica: teoria e prática para a construção de uma Amazônia sustentável”, destinado a alunos de pós-graduação stricto sensu da região;

- disponibilidade pública de dados:

- desenvolvimento do Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia (BCDAM),

rede cooperativa e interinstitucional de mais de 90 instituições que disponibiliza ferramentas e recursos de informática para facilitar o acesso e o compartilhamento de dados provenientes de várias fontes com o objetivo de subsidiar o trabalho de dirigentes, pesquisadores e técnicos envolvidos com o estabelecimento de políticas e estratégias de ação de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável na região. A rede faz parte do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima) e tem no Sistema Georreferenciado de Projetos na Amazônia (SIGAm), criado em 2003, e no Sistema de Georreferenciamento de Programas (Sigepro), criado em 2004, as principais ferramentas para atingir seus objetivos;

- desenvolvimento do SIGAm para a sistematização de bases de dados atualizadas dos projetos do programa-piloto para: disponibilização a usuários, por meio de intranet e internet; georreferenciamento da área de atuação dos projetos e cruzamento com outros dados cartográficos relevantes; e integração com bases de dados sobre indicadores sociais, econômicos e ambientais;

- apoio aos estados (Subprograma de Política de Recursos Naturais – SPRN):

- estímulo a capacitação e estruturação do Ministério Público nos estados e ao desenvolvimento e implantação do SLAPR no Mato Grosso, Tocantins e Roraima;

- elaboração dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEES) do Acre, Tocantins, Amapá e Amazonas.

As múltiplas experiências do programa-piloto e a estrutura teórica fornecida pelo Plano Amazônia Sustentável permitiram a elaboração do Programa Amazônia, que orientará a cooperação internacional na área ambiental na região. O programa terá duração de 10 anos e sua construção acontece de forma participativa, com representantes dos governos federal, estaduais, municipais, ONGs, movimentos sociais e setor privado.

O Programa Amazônia engloba ações estratégicas complementares às políticas públicas já existentes. Seu objetivo é promover um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, tendo como eixo o apoio à busca de soluções para questões socioambientais presentes no PAS.

Propostas para Alcântara

Em agosto de 2004, um decreto do presidente da República criou o Grupo Executivo Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara (GEI Alcântara), coordenado pela Casa Civil, para articular, viabilizar, propor e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do município de Alcântara, no Maranhão. Com o trabalho, pretende-se criar as condições adequadas à eficiente condução do Programa Nacional de Atividades Espaciais e ao desenvolvimento das comunidades locais, respeitando suas peculiaridades étnicas e socioculturais.

Em 2005, como resultado dos trabalhos do GEI, foi firmado acordo de cooperação técnica entre diversos órgãos e entidades para realizar ações

que auxiliassem o desenvolvimento sustentável de Alcântara para o biênio 2006-2007. O MMA contribui não apenas com ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, mas também com o fortalecimento das populações quilombolas e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Como forma de monitorar e avaliar a implementação das ações propostas no termo de cooperação técnica, criou-se o Comitê Executivo Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara (CENDSA). Além do monitoramento das ações previstas na cooperação técnica, o GEI deverá desenvolver um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para o município, com base em proposta preliminar apresentada pelo MMA.

Amazônia sustentável: base para o desenvolvimento

O **Plano Amazônia Sustentável (PAS)** consiste na principal estratégia de política ambiental integrada do governo Lula para a Amazônia. Ele reúne as diretrizes que orientam ações transversais na região, como o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 – Cuiabá-Santarém (Plano BR-163 Sustentável), elaborados por grupos interministeriais coordenados pela Casa Civil.

O PAS é um novo conceito de desenvolvimento regional que propõe tratamento diferenciado para a região, de acordo com sua complexidade e heterogeneidade. Construído a partir de um termo de cooperação, firmado pela Presidência da República e sete governadores da região Norte em 2003 (com a adesão do Maranhão e do Mato

Grosso em 2006), o PAS é um conjunto de estratégias e orientações para a implementação de políticas públicas na região. É organizado em cinco eixos: produção sustentável com inovação e competitividade; gestão ambiental e ordenamento territorial; inclusão social e cidadania; infraestrutura para o desenvolvimento; e novo padrão de desenvolvimento.

Em junho de 2006, foram realizadas consultas públicas em nove capitais de estados da Amazônia Legal e 1.653 representantes dos diversos setores de governo e da sociedade participaram. Atualmente, o MMA sistematiza e analisa as contribuições recebidas nesse processo, ao lado da Casa Civil e dos ministérios da Integração Nacional e do Planejamento, Orçamento e Gestão. O objetivo é consolidar a versão final do plano, cuja



conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2007, após mais uma consulta aos governadores e lideranças da região.

O **Plano BR-163 Sustentável** é uma consequência do PAS. As diretrizes do Plano Amazônia Sustentável influenciaram a estratégia do MMA sobre a viabilidade socioambiental da pavimentação da rodovia BR-163, no trecho que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA); estratégia essa defendida não só internamente no governo, mas na discussão pública que se deu a respeito da obra.

A proposta original para a pavimentação da rodovia foi elaborada no governo anterior. Em 2003, estavam adiantadas as negociações para a formação de um consórcio privado que financiaria a obra. Os representantes do agronegócio defendiam a estrada como condição vital para garantir a competitividade da produção agrícola da região Centro-Oeste – que tem influência no equilíbrio macroeconômico do país –, enquanto prefeitos e autoridades locais também defendiam a pavimentação imediata da estrada na expectativa de que o progresso chegasse com o asfalto.

No entanto, os impactos ambientais já podiam ser observados. Somente a expectativa da obra fez com que o desmatamento aumentasse em até 500%, no período 2001-2002, em municípios como Novo Progresso, no Pará. A grilagem de terras e a expulsão de populações tradicionais foram outros problemas que também assumiram proporções graves. Havia forte contraposição entre setores econômicos, favoráveis à pavimentação, e movimentos sociais da região e ONGs socioambientais, que temiam a repetição de desastres ocorridos em obras semelhantes na Amazônia.

A partir desse cenário, o MMA apresentou à Presidência da República uma proposta para compatibilizar os diferentes interesses envolvidos e resguardar o cumprimento da legislação ambiental, por meio da criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para formular um plano de desenvolvimento regional complementar à obra, mediante consulta a todos os segmentos sociais interessados.

O GTI realizou duas rodadas de consultas públicas em locais estratégicos de 73 municípios do Mato Grosso, Pará e Amazonas, com a participa-

ção direta de mais de cinco mil pessoas. Além disso, foram promovidos inúmeros seminários e reuniões técnicas. Todo esse esforço se traduziu no Plano BR-163 Sustentável, lançado em junho de 2006.

Elaborado para promover o desenvolvimento sustentável e evitar os impactos negativos que, ao longo da história, acompanham a pavimentação de estradas na Amazônia, o plano não se restringe a medidas ambientais e sociais. Atualmente, o BR-163 Sustentável está em fase de implementação e suas ações prioritárias foram incluídas no Orçamento Geral da União. Os primeiros resultados, que têm sinergia com os resultados do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento, já são evidentes. Na área de ordenamento fundiário e territorial, são eles:

- expedição da Portaria Conjunta nº 10, do Incra/MDA, de 1º de dezembro de 2004, que inibiu o cadastro de 66 mil propriedades em áreas griladas;
- aprovação da Lei nº 11.196/2005, que definiu novos parâmetros para a regularização de ocupações entre 100 e 500 hectares em terras públicas;
- realização, pela Polícia Federal, da Operação Faroeste, com o objetivo de desarticular as quadrilhas especializadas em grilagem de terras públicas atuantes no oeste do Pará;
- criação da Superintendência Regional do Incra em Santarém, em maio de 2005, e recuperação das sedes em Santarém e Altamira, no Pará; recuperação da frota de veículos; aquisição de novas viaturas e computadores; informatização dos escritórios; contratação de servidores temporários e realização de concurso público para contratação de 90 técnicos;
- assentamento de 18.000 famílias, extrapolando em 20% a meta prevista para a Superintendência Regional do Incra em Santarém em 2005, que era de 15.000 famílias;
- levantamento socioeconômico e legitimação de sete áreas quilombolas em Santarém e Oriximiná, no Pará, feitos pelo Incra;
- cadastramento, pelo Incra, de 500 posses em Novo Progresso, Itaituba, Santarém e Altamira (localidade de Castelo de Sonhos), no Pará;

- realização de georreferenciamento de 6.126 lotes nas glebas Curuá-Una, Pacajá e Belo Monte, no Pará, totalizando cerca de 1,5 milhão de hectares;
- elaboração do ZEE da área de influência da BR-163 (em curso), com aporte de R\$ 5 milhões do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- investimentos, pelo MMA, de cerca de R\$ 7 milhões para a elaboração de planos diretores municipais (PDM), ZEE Municipais e Agendas 21 em 23 municípios da área de influência da BR-163;
- criação de um mosaico de UCs no centro-oeste e sudoeste do Pará, compreendendo uma área total de 12,64 milhões de hectares;
- criação de um mosaico de UCs no sudeste do Amazonas, liderada pelo governo do estado, com sete unidades, num total de 2,31 milhões de hectares – o Parque Nacional do Juruena, criado em agosto de 2006, com 1.957.000 hectares, no extremo sudoeste do Amazonas e norte do Mato Grosso, se somou a esse mosaico. Na área de monitoramento, controle e gestão ambiental, destacam-se:
 - instalação, em 2004, de três bases do Ibama, localizadas nos municípios de Altamira, Itaituba, no Pará, e Alta Floresta, no Mato Grosso, e outras três, em 2005, localizadas em Novo Progresso, no Pará, e Garantã do Norte e Sinop, no Mato Grosso;
 - instalação do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento (Siad) no Centro Técnico Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), localizado em Belém, no Pará;
 - realização de operações integradas da Polícia Federal e do Ibama no combate a crimes relacionados à exploração e ao transporte de produtos florestais na Amazônia (Operações Curupira e Ouro Verde);
 - operação conjunta de fiscalização entre o Ibama, a Polícia Federal e a Funai contra o desmatamento nas terras indígenas Kaiabi, Baú e Menkrangnoti, no Pará, e Parque do Xingu, no Mato Grosso;
 - fortalecimento da presença da Polícia Federal na região com a instalação de um posto em

Altamira, no Pará, já transformado em delegacia, e de postos da Polícia Rodoviária Federal em Itaituba e Novo Progresso, também no Pará, e Garantã do Norte, no Mato Grosso.

Na área de fomento a atividades produtivas sustentáveis, salientam-se:

- criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, envolvendo uma área de 19 milhões de hectares, instituindo uma política de incentivo à produção florestal sustentável na região (mais detalhes no box “Distrito Florestal Sustentável”, na pág. 55);
- lançamento do edital do Projeto Alternativas ao Desmatamento e Queimada (PADEQ), com chamada específica para a área da BR-163 e com aprovação de sete projetos no Mato Grosso (R\$ 2 milhões) e seis projetos no Pará (R\$ 1,6 milhão);
- implantação do pólo do Programa de Gestão Ambiental Rural (Gestar) em Itaituba e Santarém, no Pará, e em Alta Floresta, no Mato Grosso, chamado de Portal da Amazônia;
- implantação do pólo do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural (Proambiente) da Transamazônica (Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio, no Pará);
- implantação, pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia em Santarém (no local onde funcionava o Centro de Tecnologia da Madeira), no Pará;
- elaboração, pela ADA, do estudo “Arranjos Produtivos Locais da BR-163: Contribuições ao Planejamento Estratégico Territorial”, com o objetivo de identificar as principais cadeias produtivas e as vocações regionais. Na área de inclusão social e promoção da cidadania, estão:
 - atendimento do Programa Bolsa-Família, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 67 dos 73 municípios da região, beneficiando 98.287 famílias, o que representa 66% das famílias de baixa renda da região, com um repasse mensal de R\$ 7,65 milhões;
 - empenho de R\$ 26 milhões para crédito de apoio e habitação para famílias residentes nas florestas nacionais do Tapajós e Saraca-Taquera, re-

servas extrativistas Verde para Sempre e Tapajós Arapiuns, projetos de desenvolvimento sustentável de Cupari, Divinópolis e Novo Mundo e projetos de assentamento de Moju e Pueru, no Pará. Ainda em 2005, foram liberados R\$ 13,3 milhões em 1.800 operações de crédito de apoio e habitação para famílias da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e para o Projeto de Assentamento do Oeste do Pará (R\$ 7,4 mil por família);

- *inserção de novos municípios e ampliação do atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do MDS;*
- *ação conjunta da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego no combate ao trabalho escravo;*
- *implantação de três territórios rurais de desenvolvimento sustentável pelo MDA;*
- *capacitação de agentes ambientais voluntários indígenas para o controle e monitoramento do desmatamento em terras indígenas no Parque do Xingu, Panará, Bau, Kayapó, Badjonkore, Menkrangnoti e Capoto/Jarina, no Mato Grosso e no Pará;*
- *atendimento de 6,5 mil estudantes (de alfabetização, 1ª a 4ª séries e escolarização de jovens e adultos) pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).*

Com o Plano BR-163 Sustentável, o Estado pode atuar preventiva e efetivamente na região, assegurando os direitos das populações locais e a proteção da biodiversidade. A partir dele, foram criadas as condições socioambientais para o asfaltamento da rodovia.

O MMA propôs e apoiou também a criação do Consórcio Socioambiental, em março de 2004. Formado por 32 instituições, tem estrutura de trabalho descentralizada. Seu objetivo é ser uma espécie de interlocutor do Governo Federal na região para viabilizar as ações prioritárias, propostas pela sociedade no plano. A coordenação do consórcio é composta por representantes do Instituto Socioambiental (ISA), da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/PA). O ministério ainda buscou recursos de doação internacional, junto ao Programa-Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (Programa-Piloto) e à Comunidade Européia, para apoiar o trabalho do consórcio.





Estudos e mapeamentos ampliam conhecimento sobre diversidade biológica

Entre 2003 e 2006, o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira foi ampliado significativamente, tanto no que se refere à geração de informações quanto ao acesso a essas informações. Esse foi o resultado dos vários programas implantados pelo MMA e das parcerias firmadas com universidades, entidades ambientalistas e inúmeras instituições públicas, como o IBGE.

Em 2003, o ministério lançou o “Mapa de Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação, o Uso Sustentável e a Repartição dos Benefícios da Biodiversidade”. No ano seguinte, por meio do Decreto nº 5.092 e da Portaria MMA

nº 126, o Mapa de Áreas Prioritárias foi oficializado, transformando-se em instrumento de política pública. Desde então, ele influencia a criação de UCs, o licenciamento ambiental, a concessão para exploração de petróleo, o planejamento de projetos de infra-estrutura e as políticas de reforma agrária.

Em dezembro de 2006, o MMA concluiu a primeira atualização do Mapa de Áreas Prioritárias. A elaboração da nova versão envolveu especialistas, representantes de movimentos sociais e de governos locais. Com o uso de tecnologias e metodologias mais modernas, essa versão deu mais precisão à identificação

das áreas. Na atualização, o critério de escolha das áreas prioritárias considerou, também, as demandas para a proteção de serviços ambientais e de atividades econômicas sustentáveis, como o turismo e o extrativismo.

Em 2004, foi lançado o “Mapa de Biomas Brasileiros: Primeira Aproximação”, que reconstitui a situação da cobertura vegetal quando o país foi descoberto. Ele representa cartograficamente a abrangência dos seis biomas continentais brasileiros, mostra a área ocupada por cada um deles, suas descrições e as proporções de suas presenças nas 27 unidades da federação. É um documento oficial, que acaba com as controvérsias sobre limites e abrangências dos biomas e cria uma base para a implementação da legislação ambiental no país.

O “Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa dos Biomas Brasileiros” também começou a ser feito em 2003 e teve seus dados preliminares divulgados em dezembro de 2006. Com ele, todos os biomas passaram a ser monitorados e, hoje, podem ser melhor protegidos, como já acontecia com a Amazônia e a Mata Atlântica. Embora confirme a situação preocupante da conservação dos biomas, o mapeamento revela que o percentual de vegetação remanescente é superior ao que se acreditava. Esse trabalho oferece informações importantes de base para a formulação e o aperfeiçoamento das políticas de conservação.

O ministério ainda lançou, em 2006, um portal especializado em informações sobre biodiversidade: o PortalBio. Ele constitui instrumento importante para o exercício do controle social sobre as ações do Poder Público na conservação da diversidade biológica. Ao criar o portal, o país honra um dos compromissos assumidos com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que se refere justamente à divulgação das informações sobre a biodiversidade. Essa ação também fortalece o Brasil diante dos outros países signatários

da convenção. Durante a 8ª Conferência das Partes da CDB (COP-8), o país convidou os demais a intensificar os esforços para a implementação da convenção.

Ainda em 2006, foi lançada a segunda edição do “Atlas de Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras”. A publicação revisou e ampliou a edição anterior, com a inclusão de mais 20 mapas das áreas de recifes existentes nos limites das UCs. Dois capítulos sobre a representatividade das UCs em ambientes recifais e sobre o Projeto Coral Vivo foram incluídos nessa edição. O atlas permitiu que o país conhecesse a extensão e a distribuição dos seus recifes de coral – únicos em todo o Atlântico Sul. A publicação ganhou o 16º Prêmio Brasileiro de Excelência Gráfica Fernando Pini, na categoria livros didáticos e técnicos – considerado o mais importante prêmio de artes gráficas da América Latina.

O Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Revizee) consistiu num esforço de pesquisa, feito entre 1994 e 2004, na área que se estende desde o limite exterior do mar territorial (12 milhas marítimas de largura) até 200 milhas náuticas da costa. Isso equivale a aproximadamente 3,5 milhões de km², distribuídos nos 8,5 mil km de litoral do país – onde o setor pesqueiro gera 800 mil empregos que, direta e indiretamente, sustentam 4 milhões de pessoas.

Mais de 60 universidades e instituições de pesquisa participaram do programa, desenvolvido por um comitê executivo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e coordenado pelo MMA. Ao todo, cerca de 300 pesquisadores trabalharam no Revizee.

O programa é considerado um importante marco no conhecimento. Por meio dele, foi possível criar um sistema de avaliação direta dos estoques, conhecer melhor a dinâmica das pescarias e da frota nacional e gerar instrumentos para facilitar o ordenamento da



política pesqueira no país. Além de fazer um diagnóstico sobre os recursos marinhos, o Revizee permitiu a capacitação de recursos humanos para atuar na área pesqueira e oceanográfica e contribuiu para a modernização de laboratórios e navios das instituições participantes.

O programa revelou que o cenário para a exploração dos recursos pesqueiros do país é delicado e indicou a necessidade de redirecionar as pescarias a partir da adoção de estratégias de ordenamento da atividade pesqueira. Das 152 espécies estudadas, 23% já são exploradas, 33% estão sobre-explotadas, 5% estão subexplotadas e 28% ainda não foram analisadas conclusivamente.

Para dar continuidade ao Revizee, o ministério elaborou o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos na Zona Econômica Exclusiva (Revimar). Coordenado pelo Ibama, o Revimar gera informações frequentes, baseadas no monitoramento da pesca sobre os principais estoques em toda a costa brasileira.

O ZEE, por sua vez, é um programa geren-

ciado pelo MMA, cuja finalidade é subsidiar a formulação de políticas de ordenação do território da União, dos estados e dos municípios, considerando as diversidades regionais, os biomas, as bacias hidrográficas e regiões geoeconômicas. Ele concilia os dados e informações geradas com as diretrizes políticas da biodiversidade e outras áreas do governo. O desempenho do programa duplicou nos últimos anos, conforme PPA. Em 1999, quando o MMA assumiu o programa, os projetos concluídos do ZEE cobriam 6% do território nacional. Entre 1999 e 2002, esse índice subiu para 11%, apesar da prioridade, nessa fase, ser a institucionalização do programa e não a execução de projetos. Em 2006, os projetos concluídos atingiram cerca de 22% do território e os projetos em andamento, cerca de 30%. Com esse esforço, o Brasil passou a contar com o Macro-Zoneamento da Amazônia Legal, instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável da região.

O Programa ZEE fortaleceu ações de governo para implantar sistemas de informa-

ções e redes de informação, como a Base de Dados Compartilhados da Amazônia Legal (BCDAM), o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima), os Sistemas de Informações sobre Ecoturismo e a Rede de Informações da Caatinga. O programa desenvolveu metodologias temáticas específicas, como os critérios para definição de áreas de conservação, elaboração de cenários e de avaliação ambiental estratégica. Também apoiou o fortalecimento do Sisnama, por meio de parcerias com as Agendas 21 Locais, instrumentalização dos planos diretores municipais, implantação de bancos de dados nas prefeituras e capacitação de gestores locais.

INOVAÇÕES NO JARDIM BOTÂNICO FAVORECEM PESQUISA CIENTÍFICA

As atividades socioambientais de pesquisa científica e de ensino pautaram a atuação do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) nos últimos quatro anos. Ele foi reestruturado, desenvolveu novos projetos e fortaleceu os cursos de mestrado, doutorado e de extensão em gestão ambiental. Além disso, a integração com a comunidade foi intensificada.

Todas as construções do Jardim Botânico foram restauradas e o parque foi ampliado em mais de 15 mil m². Os recursos tiveram origem nas doações do setor privado – R\$ 6 milhões –, nas emendas parlamentares – R\$ 4 milhões – e no aumento de 58% na arrecadação do próprio instituto.

A restauração e informatização do acervo do Herbário é exemplo do resultado de parcerias firmadas com a sociedade. A renovação do acordo entre a Petrobras, empresa parceira do instituto há 15 anos, e o Programa Mata Atlântica potencializou as atividades de pesquisa nas principais UCs do Rio de Janeiro. Ainda com o apoio da Petrobras, o Programa

Conservação e o Horto Florestal desenvolveram pesquisas para a produção de mudas e a conservação de espécies da Mata Atlântica ameaçadas de extinção, localizadas no entorno da Refinaria de Duque de Caxias. As parcerias permitiram, também, a aquisição de novos equipamentos científicos, como lupas e microscópios de varredura, o fortalecimento da infra-estrutura laboratorial e a reforma do prédio da Botânica Sistemática.

Uma das prioridades do Jardim Botânico, no período entre 2003 e 2006, foi a divulgação do conhecimento científico produzido pelo instituto, até então pouco acessível ao público. Atividades culturais foram agregadas ao trabalho tradicional da instituição e o Jardim Botânico ganhou o Espaço Tom Jobim – Cultura e Meio Ambiente. Uma nova visão sobre a relação entre ciência e meio ambiente foi adotada, a partir da união dos conceitos de ciência e cultura, e traduzida em exposições, cursos, oficinas, debates, palestras e atividades culturais.

A Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) impulsionou a área de pesquisa científica do instituto. Novas lideranças surgiram na coordenação de projetos de pesquisas que subsidiam o MMA na elaboração e implementação da Política Nacional de Bio-



diversidade e Recursos Genéticos. A ENBT recebeu 74 alunos de mestrado e doutorado, e 28 deles já se titularam como mestres, com o diploma emitido pelo JBRJ.

O Programa de Especialização e Extensão passou a oferecer dois cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização): Educação Ambiental, iniciado em 2005, e Gestão da Biodiversidade, que começou em 2006. Eles são fruto da parceria firmada pela coordenação de extensão do instituto com as universidades Cândido Mendes e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com a Associação de Amigos do Jardim Botânico. Os cursos capacitam profissionais já inseridos no mercado, especialmente nas atividades voltadas à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável. Em quatro anos, foram oferecidos

48 cursos de extensão, com atendimento a 733 alunos. Dentre eles, destaca-se o Programa de Ilustração Botânica, em parceria com a Fundação Margareth Mee.

Entre 2003 e 2006, o JBRJ incrementou publicações, artigos e a apresentação de trabalhos em congressos. O número de orientações em estágio voluntário, iniciação científica, mestrado e doutorado também aumentou. O Banco de DNA do JBRJ foi uma das quatro iniciativas indicadas para receber o prêmio World Technology Award for Environment, em São Francisco, nos Estados Unidos.

Com a exposição do Herbário, totalmente informatizado, o instituto inaugurou a divulgação de suas atividades de pesquisas para o público externo e programou, para breve, a instalação de um grande aquário marinho no parque.



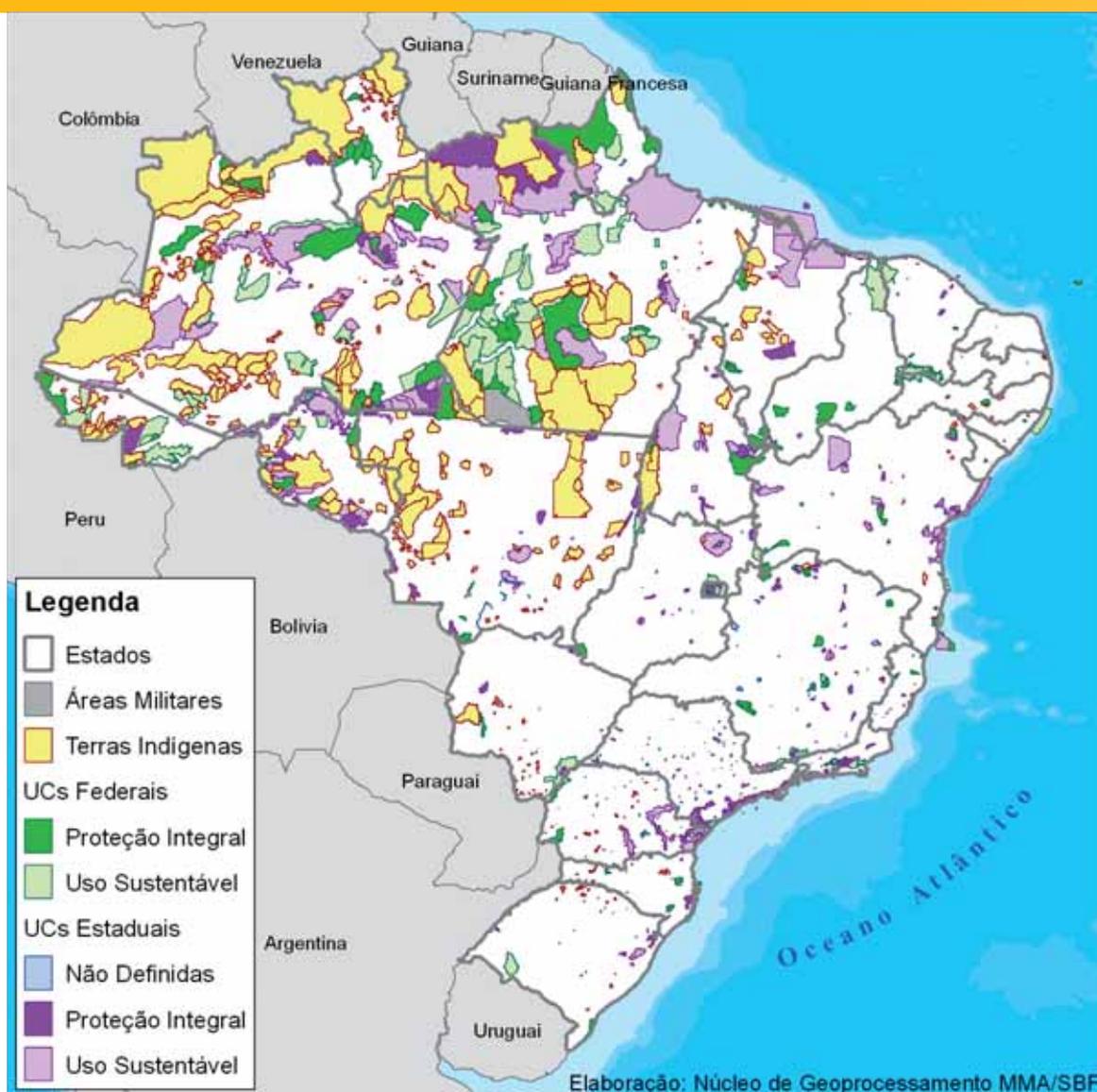
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Projetos implantados

Comissão Interministerial para a regularização fundiária e reorganização urbana; Programa Educação e Trabalho, que capacita, em jardinagem, jovens em situação de risco social; Laboratório de Fitossanidade; Programa de Apoio Institucional ao Desenvolvimento dos Jardins Botânicos Brasileiros; Projeto Cores, sobre orquídeas ameaçadas de extinção; Extensão da Escola Nacional de Botânica Tropical, com a finalidade de instalar, na pós-graduação, cursos de especialização e mestrado *lato sensu* na área ambiental; cursos de mestrado e doutorado em Botânica Tropical, reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), além de cursos de extensão na área de botânica e meio ambiente; bilheterias eletrônicas para informatização do controle de arrecadação; Projeto de Estudo das Bromélias da Mata Atlântica (patrocinado pela Conservation International); Espaço Cultural Tom Jobim; Laboratório de Biologia Molecular (convênio com a UFRJ); Banco de DNA da Flora Brasileira (Aliança Brasil); informatização do Herbário; digitalização do acervo do JBRJ, com cerca de 260 mil plantas, para tornar mais ágil a divulgação das informações na internet; informatização do acervo da biblioteca e conservação de obras raras; Jardim dos Beija-Flores; Jardim Bíblico; Centro de Compostagem; Projeto de Preservação Ambiental do Rio dos Macacos, do aqueduto e manutenção do arboreto.

Reformas e restaurações

Centro de Visitantes; Aqueduto da Levada; Caminho da Mata Atlântica; laboratórios de apoio à pesquisa (Finep); Estufa do Mestre Valentim e das Insetívoras; Portal da Academia de Belas Artes; Cascata Nova e Casa dos Pilões; Chafariz das Musas; Jardim Sensorial, especialmente criado para portadores de necessidades especiais; revitalização do Roseiral; Jardim de Plantas Medicinais; reforma do Parque Infantil; Bromeliário; Orquidário; Cactário (depois de 10 anos fechado ao público); Residência Pacheco Leão – Casa de Educação Ambiental.



Unidades de conservação auxiliam no combate ao desmatamento

Para reduzir as perdas de biodiversidade, preservar expressivas extensões de vegetação natural e promover a repartição justa de custos e benefícios decorrentes da conservação da natureza, o MMA ampliou em 41% a área ocupada por UCs federais no Brasil, com a criação de mais de 20 milhões de hectares de áreas protegidas. Isso corresponde a quatro vezes o território do estado do Rio de Janeiro.

Entre 2003 e 2006, foram criadas 18 unidades de proteção integral, totalizando 8,44 milhões de hectares, e 35 unidades de conservação de uso sustentável, totalizando 11,3 milhões de hectares.

Foram, ainda, recategorizadas e ampliadas sete unidades de proteção integral, totalizando 0,38 milhões de hectares. Vale ressaltar que os governos dos estados protegeram outros 20 milhões de hectares em UCs estaduais nesse período.

O ministério também mudou o processo de criação das unidades de conservação federais. As UCs passaram a ser criadas nas regiões indicadas como prioritárias para a conservação da biodiversidade, em áreas de maior pressão antrópica. Antes da mudança, as unidades eram criadas em regiões de menor complexidade social e política, ou seja, regiões mais remotas.

Unidades de conservação federais

Proteção Integral	Número	Área (ha)
Estação Ecológica	32	7.186.420
Monumento Natural	0	0
Parque Nacional	62	21.943.358
Refúgio de Vida Silvestre	3	144.645
Reserva Biológica	29	3.858.827
Total Parcial	126	33.133.250

Uso Sustentável	Número	Área (ha)
Floresta Nacional	63	16.840.208
Reserva Extrativista	51	10.227.629
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	64.441
Reserva de Fauna	0	0
Área de Proteção Ambiental	30	9.293.722
Área de Relevante Interesse Ecológico	17	43.202
Total Parcial	162	36.469.202
Total Geral	288	69.602.451

UCs criadas entre 2003 e 2006

Proteção Integral	Número	Área (ha)
Estação Ecológica	3	3.381.607
Monumento Natural	0	0
Parque Nacional	9	4.629.770
Refúgio de Vida Silvestre	1	16.594
Reserva Biológica	4	416.711
Total Parcial	17	8.444.681

Uso Sustentável	Número	Área (ha)
Floresta Nacional	12	4.128.652
Reserva Extrativista	21	5.050.004
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	64.441
Reserva de Fauna	0	0
Área de Proteção Ambiental	1	2.061.158
Área de Relevante Interesse Ecológico	0	0
Total Parcial	35	11.304.255
Total Geral	52	19.748.937

UCs recategorizadas e ampliadas entre 2003 e 2006

Proteção Integral	Número	Área (ha)
Estação Ecológica	1	1.170
Monumento Natural	0	0
Parque Nacional	4	327.421
Refúgio de Vida Silvestre	1	140
Reserva Biológica	1	60.000
Total Parcial	7	388.731

Uso Sustentável	Número	Área (ha)
	0	0
Total Geral	7	388.731

(Dados de novembro de 2006)

Obs.: a soma do número de UCs, por bioma, é maior que o total do número de UCs criadas em todo o território brasileiro porque algumas unidades protegem mais de um bioma.

O MMA implementou uma série de medidas para consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC):

O **Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)** foi instituído, em abril de 2006, pelo Decreto nº 5.758. Ele estabelece uma política de gestão integrada para o conjunto das áreas protegidas brasileiras, que correspondem a mais de 40% do território nacional, até 2015. O plano prevê a adoção de medidas de inclusão social para promover a repartição dos benefícios gerados a partir da conservação da biodiversidade e a redução da pobreza.

Diferentes setores do governo e da sociedade participaram, ao lado do MMA, na definição de princípios, diretrizes, objetivos e estratégias do plano. A implementação do plano está sendo feita por meio de acordos de cooperação técnica firmados pelo ministério, ONGs e representantes de movimentos sociais, de âmbito nacional e internacional, num protocolo de intenções.

O **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação** foi implementado pelo MMA em 2005. Ele oferece à sociedade e aos órgãos gestores dados e informações de qualidade sobre as UCs federais, estaduais e municipais. Essas informações servem de subsídios para órgãos integrantes do Sisnama. O cadastro inclui as 288 UCs da União geridas diretamente pelo Ibama (com exceção das reservas particulares do patrimônio natural – RPPNs). Também contempla 545 UCs estaduais, reconhecidas pelo SNUC, de 25 unidades da federação e 28 órgãos estaduais. Essas informações estão disponíveis no endereço eletrônico www.mma.gov.br/cadastro_uc.

O **mosaico e o corredor ecológico** dos parques nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões foram os primeiros a serem reconhecidos oficialmente (Portaria MMA nº 76, de 11 de março de 2005). O

MMA apóia outros nove projetos para a definição de novos mosaicos de UCs, por meio do edital do FNMA 01/05 "Mosaicos de Áreas Protegidas: uma estratégia de desenvolvimento territorial com base conservacionista". Em 2006, foram reconhecidos quatro mosaicos de UCs: o formado pelas unidades de conservação costeiras e marinhas do litoral sul de São Paulo e litoral do Paraná; o Mosaico Bocaina; o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense; e o Mosaico Mantiqueira.

Rede de UCs

No âmbito do Programa-Piloto, o MMA matém o Projeto Corredores Ecológicos para prevenir e reduzir a fragmentação das florestas tropicais por meio de uma rede composta e conectada de UCs, terras indígenas e áreas de interstício. De sete áreas originalmente planejadas, cinco são na Amazônia e duas na Mata Atlântica. Ocupando uma área preservada de cerca de 40 milhões de hectares no Amazonas (25% do território do estado), o Corredor Central da Amazônia apóia a elaboração e implementação de planos de manejo, a criação de conselhos de UCs, a fiscalização e as atividades produtivas sustentáveis em áreas de interstício. O Corredor Central da Mata Atlântica (com mais de 1.200 km de extensão) ocupa o Espírito Santo e a parte sul da Bahia. É composto por fragmentos florestais, ecossistemas aquáticos e áreas protegidas públicas e privadas, em geral sob ameaça de exploração e desmatamento. Ele auxilia no combate à caça ilegal, na criação de novas UCs e incentiva a regeneração natural ou induzida de florestas. O programa é executado em parceria com a Bahia, Espírito Santo e Amazonas e tem como doadores o banco alemão KfW, a Comunidade Européia e o Banco Mundial. Os trabalhos são desenvolvidos com a participação da sociedade. O orçamento, em 2006, foi de R\$ 21 milhões.

O **Projeto de Conservação nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil** foi lançado em agosto de 2004 e é coordenado pelo MMA e pela Unesco. Tem como parceiros técnicos e financeiros: o Ibama, a Conservation International, a TNC-Brasil, o WWF-Brasil e a Fundação das Nações Unidas (UNF). O objetivo do projeto é consolidar as sete áreas brasileiras reconhecidas como Sítio do Patrimônio Mundial Natural da Unesco e estabelecer uma gestão coordenada de ações nos níveis nacional, estadual e municipal.

A primeira fase do projeto conta com US\$ 4,5 milhões para a implementação de ações de estrutura em cinco sítios: Parque Nacional de Iguaçu (PR), Costa do Descobrimento Reservas da Mata Atlântica (BA e ES), Mata Atlântica Reservas do Sudeste (SP e PR), Área de Conservação do Pantanal (MT) e Parque Nacional do Jaú (AM). As ações incluem proteção de espécies e ecossistemas, conscientização pública e educação ambiental, treinamento e promoção de ecoturismo e outras iniciativas de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O **Projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas no Brasil** atende a uma proposta que consta do PNAP: a elaboração de uma estratégia de conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade em terras indígenas, que abrangem 12% do território nacional. A necessidade de um projeto específico sobre esse assunto foi apresentada por lideranças indígenas na 1ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, em 2003. Um ano depois, após um acordo entre o MMA e a Funai, foi criado um GT Interministerial (Portaria Interministerial nº 325/04) para elaborar um projeto que será submetido ao Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF). O GT, composto por representantes do MMA, do Ibama e da Funai e por lideranças indígenas das cinco regiões do país, reuniu-se de

março a agosto de 2005 para construir um projeto preparatório (Project Development Facility Block B - PDF B). O PDF B recebeu o endosso do governo brasileiro, em setembro de 2005, mas ainda não foi aprovado pelo GEF em função das alterações nas regras do próprio fundo internacional. O ministério, contudo, já organizou reuniões preparatórias para detalhamento do projeto.

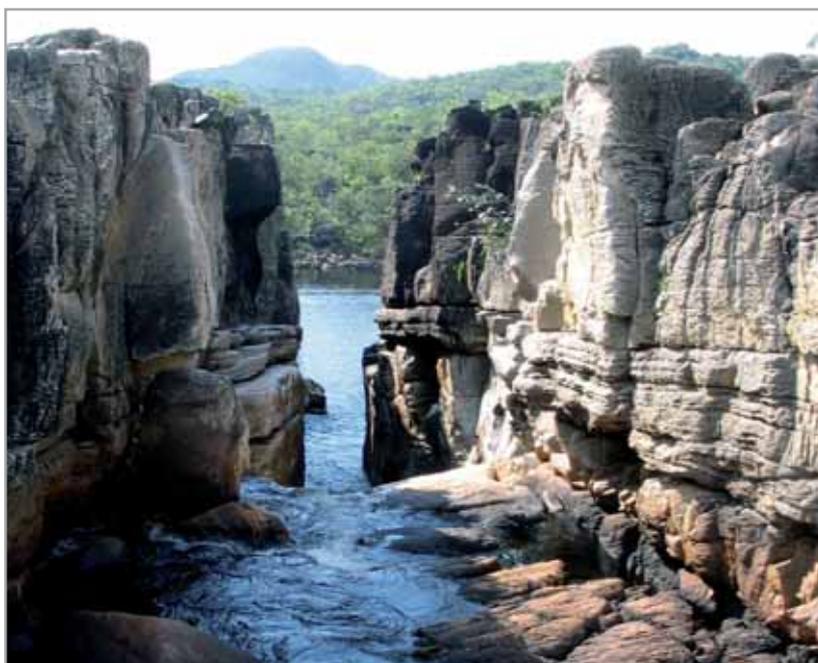
O programa **O Homem e a Biosfera (MAB)**, da Unesco, aprovou entre 2003 e 2006 a criação da Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço, proposta pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. A reserva também foi aprovada pela Comissão Brasileira para o programa “O Homem e a Biosfera” (Cobramab). A portaria do MMA nº 366, de 14 de dezembro de 2005, instituiu o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera do Pantanal, conforme sugestão do GT formado para tratar da questão aprovada pela Cobramab.

O programa **Conduta Consciente em Ambientes Naturais** foi criado em 2004. Seu objetivo é definir e promover princípios e práticas que assegurem o desenvolvimento de atividades de visitação recreativas, educacionais, esportivas e científicas com o máximo de benefícios e de segurança para o participante e o mínimo de impacto sobre o ambiente natural. O programa possui, aproximadamente, 65 instituições parceiras oficiais, entre órgãos



públicos e privados, ONGs, agências e operadoras de turismo, associações e federações esportivas, empreendimentos turísticos, UCs, universidades e outras instituições de ensino.

A **gestão da visitação em unidades de conservação** é o tema de um documento que começou a ser elaborado em 2004. “Diretrizes e Recomendações para o Planejamento e Gestão da Visitação em Unidades de Conservação” estabelece orientações para as ações de planejamento, gestão e implementação das atividades de visitação em UCs. A elaboração dessas diretrizes teve várias etapas: levantamento de documentos orientadores e de planejamento do uso público em UCs; diagnóstico da visitação em 92 parques (nacionais e estaduais); realização da pesquisa “Visite um parque e conte-nos sua experiência” com visitantes de UCs; desenvolvimento de cinco oficinas de discussões sobre as diretrizes com gestores de UCs, empresários do turismo de aventura, associações e federações desportivas. No segundo semestre de 2005, o documento entrou em consulta pública e, em seguida, foi consolidado. Em abril de 2006, o MMA editou a Portaria nº 120, aprovando o documento e dando início ao processo de divulgação da política.



A **capacitação de gestores de unidades de conservação** tem a finalidade de estabelecer ações concretas e eficazes na adoção de boas práticas de gestão nessas áreas. O ministério realizou um diagnóstico sobre a oferta e demanda de capacitação para a gestão do SNUC. Com base nele, foi confeccionada a proposta Estratégia para a Capacitação Continuada de Gestores de Unidades de Conservação. Para o MMA, o gerenciamento eficiente das UCs resulta na proteção e conservação ambiental e na repartição justa dos benefícios.

A **campanha de divulgação do SNUC** e das melhores práticas de gestão para a implementação do sistema consiste nas seguintes publicações: Jornal Áreas Protegidas do Brasil; Caderno 1, que deu início à série Áreas Protegidas do Brasil (Conhecimento e Representações Sociais das Unidades de Conservação pelos Delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente – 2003); Caderno 2 (Gestão Participativa do SNUC); e Caderno 3 (Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação). Além disso, foi montada uma exposição itinerante para divulgar e conscientizar a sociedade civil sobre a importância do SNUC. Um outro caderno, da mesma série, será publicado em breve: Áreas Protegidas e Inclusão Social – construindo novos significados.

O **Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)** é a maior iniciativa de cooperação para apoiar a criação e implantação de UCs já realizada, tanto pela área protegida quanto pelo volume de recursos envolvidos – cerca de US\$ 400 milhões aplicados em dez anos. Desde a criação do Arpa, já foram criados pelos governos federal e estaduais cerca de 12 milhões de hectares de UCs de proteção

integral, com o apoio do programa, superando dois anos antes a meta acertada com os doadores para a primeira fase do Arpa, que era de 9 milhões de hectares. A meta de UCs de uso sustentável também já foi praticamente alcançada. Com a criação das reservas extrativistas de Arapixi e Unini, atingiu-se aproximadamente 8,7 milhões de hectares de UCs de uso sustentável. Isso significa que falta pouco mais de 300 mil hectares, ou seja, apenas 3%, para que a meta seja cumprida.

Em 2006, o programa apoiou cerca de 50 UCs federais e estaduais e desenvolveu estudos para criação de novas unidades, que somam 24 milhões de hectares. O programa também atua no equipamento das UCs, no apoio à formação e ao funcionamento de seus conselhos consultivos e deliberativos, na elaboração de planos de manejo e na capacitação das equipes.

Financiamento

O governo brasileiro conta com o apoio do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF, por meio do Banco Mundial), do banco alemão KfW e do WWF-Brasil, que já investem 68 milhões de euros na iniciativa. No entanto, o país busca novos parceiros para captar mais cerca de US\$ 311 milhões necessários para a implantação do programa. Outro desafio do Arpa é captar US\$ 240 milhões para o Fundo de Áreas Protegidas (FAP) – um fundo fiduciário de capitalização permanente cujos rendimentos serão destinados à manutenção das UCs. Até o momento, o FAP supera os US\$ 12 milhões. Os recursos doados ao programa, incluindo os investidos no FAP, são administrados pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Convenção de Ramsar

O sistema de zonas úmidas estrutura-se ao longo de um corredor de mais de 3.400 km de rios livres de represas e abriga uma população superior a 20 milhões de pessoas. O MMA criou, em 2003, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas para formular propostas de ações nacionais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional, aprovada na cidade de Ramsar, no Irã, e, por isso, chamada Convenção de Ramsar. O Brasil é signatário da convenção e possui várias áreas de seu corredor reconhecidas internacionalmente como Sítios Ramsar, Sítios do Patrimônio ou Reservas da Biosfera (nesta gestão foi reconhecida como Sítio Ramsar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN SESC Pantanal, no Mato Grosso). O país detém a quarta maior superfície de zonas úmidas do mundo.

A principal iniciativa do ministério para as zonas úmidas foi o Programa de Sustentabilidade do Sistema de Áreas Úmidas Paraguai-Paraná. Resulta-

do da cooperação entre os países que compõem a Bacia do Prata (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), o programa visa à construção de um plano inovador e integrador, capaz de garantir a conservação e o desenvolvimento socioeconômico desses ambientes e sua importância foi reconhecida na 9ª Conferência das Partes da Convenção de Ramsar, realizada em Kampala, Uganda. Como líder do processo, o ministério promoveu a primeira reunião oficial entre os países envolvidos, quando foi aprovada a “Carta de Poconé”, documento importante no marco da negociação regional da Convenção de Ramsar.

Outras iniciativas em andamento são: a indicação do mosaico de UCs no Mato Grosso do Sul e do Banco de Arolhos (BA) como novos sítios Ramsar, a continuidade do diagnóstico das zonas úmidas e a elaboração do projeto full size para o GEF: “Conservação e uso sustentável dos manguezais brasileiros com enfoque nas unidades de conservação”.

Compensação ambiental financia a implantação e manutenção de UCs

O sistema de compensação ambiental, previsto na Lei nº 9.985, que instituiu o SNUC, é um mecanismo de financiamento das ações de implantação e manutenção das UCs. De acordo com o artigo 36 dessa lei, no mínimo 0,5% do valor do investimento dos empreendimentos que geram significativo impacto ambiental deve ser destinado à implantação e manutenção de UCs de proteção integral, como forma de indenização à sociedade pelos danos irreversíveis causados pela obra. As UCs de uso sustentável também podem ser beneficiadas com recursos da compensação ambiental quando o empreendimento gerar impactos diretos sobre elas.

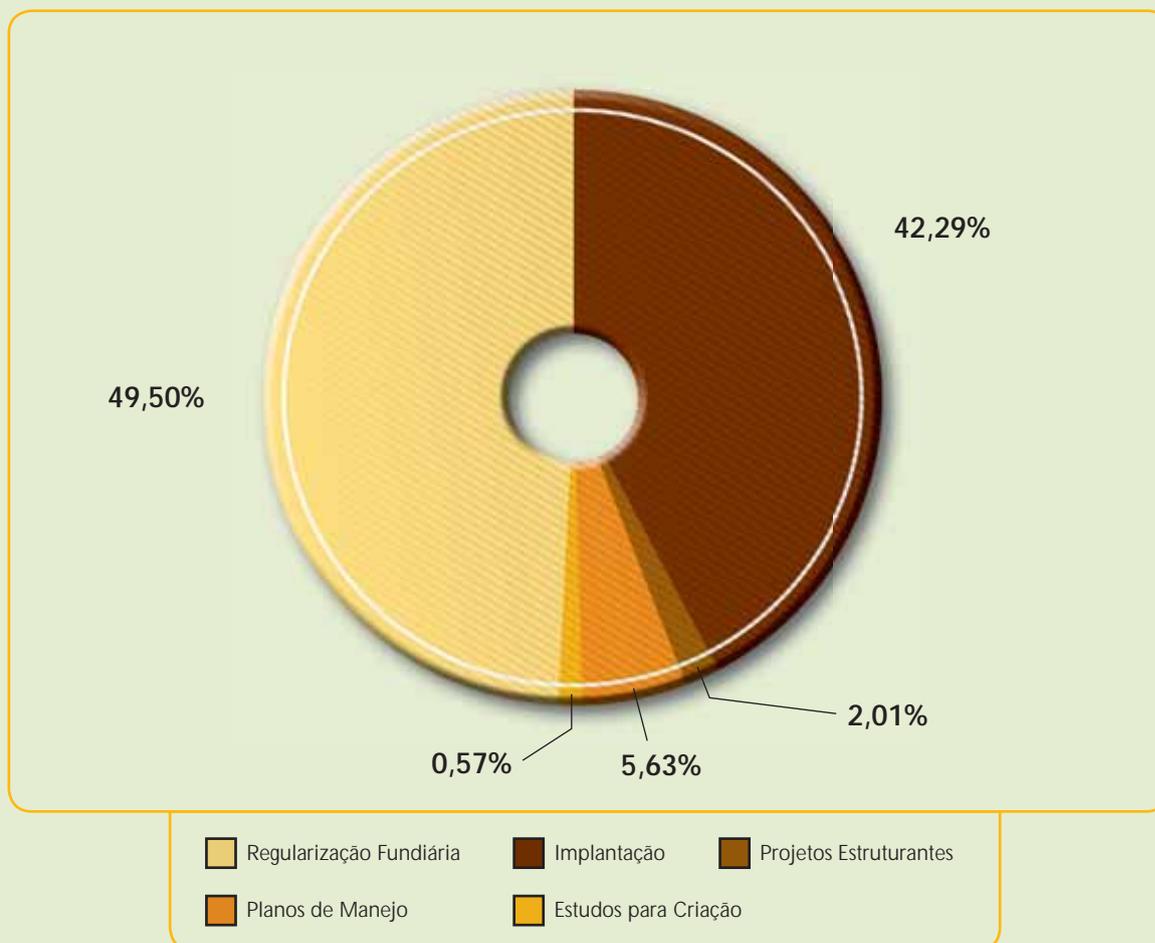
Regulamentada em 2002 pelo Decreto nº 4.340, a compensação ambiental ganhou, na gestão 2003-2006, outra dinâmica. Para dar maior transparência e agilidade ao processo de destinação e monitoramento dos recursos, o Ibama definiu os procedimentos administrativos, por meio da Instrução Normativa nº 047, de 2004, e criou a Câmara de Compensação Ambiental (CCA), composta pelas áreas envolvidas no processo de licenciamento e na gestão de UCs. Desde a criação da CCA, foram destinados R\$ 277,1 milhões, cuja distribuição pode ser acompanhada no quadro abaixo:

	Número de UCs beneficiadas	Valor destinado (R\$ milhões)	% do valor destinado
Federais	143	235,8	85,10%
Estaduais	70	30,8	11,11%
Municipais	31	10,5	3,79%
TOTAL	244	277,1	100%

Em cumprimento ao Decreto nº 4.340, o Ibama prioriza a regularização fundiária e a implantação das UCs. Por isso, o Parque Nacional São Joaquim (Ubirici – SC), criado em 1961, está sendo regularizado agora, com recursos da compensação ambiental para a indenização dos antigos proprietários das terras do parque. A implantação da infra-estrutura necessária ao uso adequado das UCs também recebeu uma atenção especial. Com esses recursos foram, por exemplo, construídos os Centros de Visitação dos Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros, Pau-Brasil e de Abrolhos e adquiridos equipamentos necessários à operação de diversas unidades.



Destino dos recursos de compensação ambiental

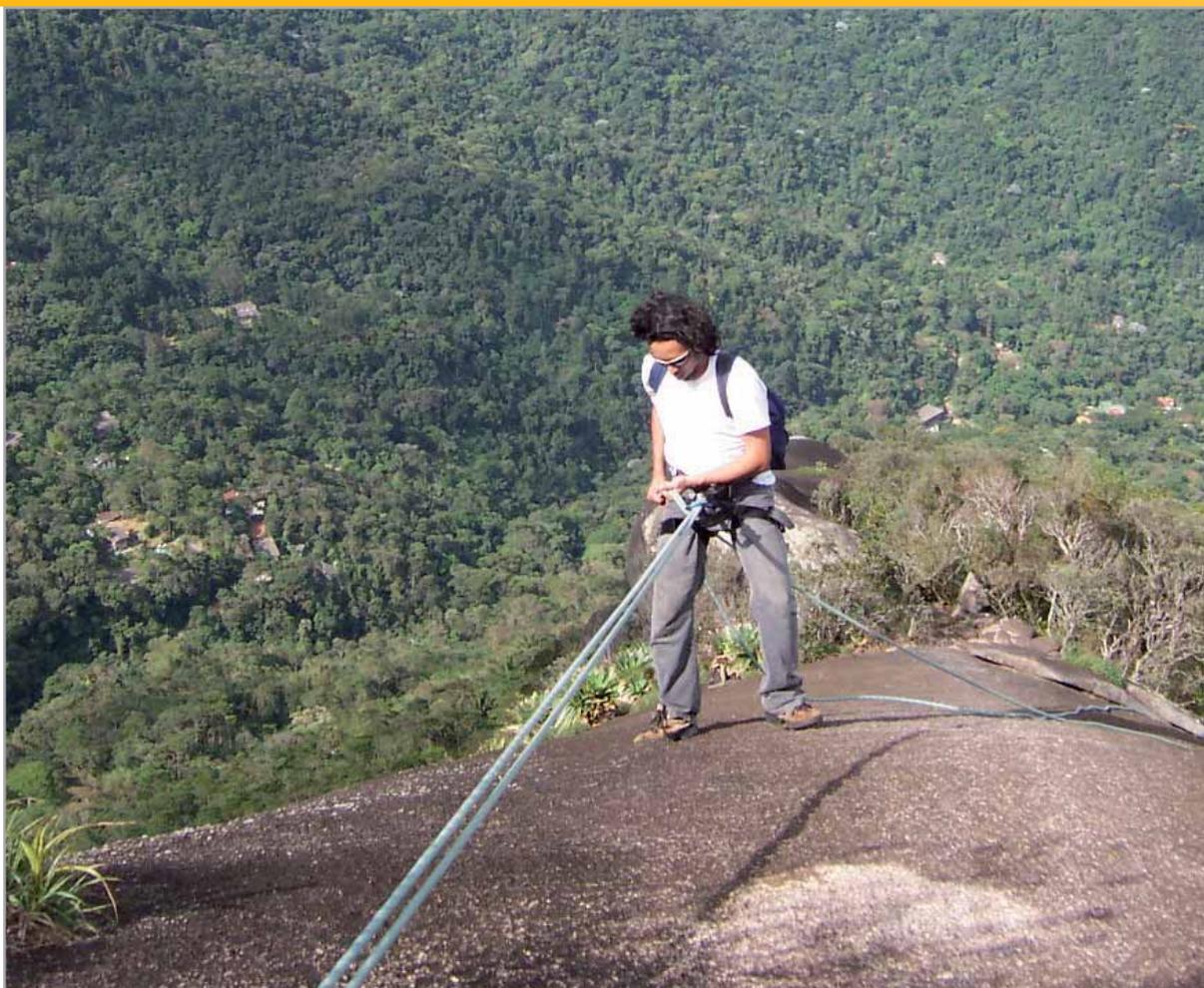


A consolidação desse instrumento de gestão passou por intensa discussão no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O conselho criou um GT específico para definir diretrizes aos órgãos ambientais para cálculo, cobrança, aplicação, repartição federativa, aprovação e controle de gastos de recursos advindos da compensação ambiental. Como resultado, o Conama aprovou a Resolução nº 371, de março de 2006, que confere maior segurança jurídica à aplicação da lei e maior uniformidade de procedimentos adotados pelos diversos órgãos ambientais federal, estaduais e municipais.

No mesmo mês, também foi lançado o Fundo de Compensações Ambientais (FCA), resultado de parceria entre o Ibama e a Caixa Econômica Federal. O empreendedor, ao optar pelo FCA, deposita os recursos da compensação ambiental numa conta corrente da Caixa e se desonera de custos administrativos associados ao plano de investimentos em

UCs, definido em comum acordo entre o Ibama e o empreendedor. As estruturas administrativas da Caixa, como o Portal de Compras e a Gerenciadora Pública, são usadas para a execução do plano de investimentos. Os recursos depositados, os rendimentos financeiros e os gastos realizados são controlados por um software disponibilizado pela Caixa, o "Gov Corporativo", acessível ao Ibama e ao empreendedor pela internet. O sistema permite melhora na capacidade de gestão, maior transparência e previsibilidade, uma vez que os recursos estão sempre disponíveis.

A revisão da metodologia de cálculo da compensação ambiental, que deverá ser divulgada no primeiro semestre de 2007, completa os esforços de consolidação desse instrumento legal e possibilita, em conjunto com as ações expostas, uma significativa ampliação dos investimentos para a implementação de UCs nos próximos anos.



Turismo ecológico promove desenvolvimento sustentável

O Programa Nacional de Ecoturismo objetiva o desenvolvimento de ações integradas relacionadas ao ecoturismo e ao turismo sustentável, favorece o adensamento das políticas públicas nas diversas instâncias governamentais e a estruturação desse segmento no país, a partir dos pólos onde se concentram os principais destinos ecoturísticos nacionais associados às áreas naturais protegidas.

Como parte do programa nacional, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia (Proecotur) concentra sua atuação nos pólos ecoturísticos amazônicos e auxilia

os estados da Amazônia Legal a fortalecerem empresas turísticas e a capacitarem trabalhadores do setor. Nos últimos quatro anos de execução do Proecotur, foram consolidados estudos para planejamento das atividades turísticas e para a criação de novas áreas protegidas, assim como o planejamento do manejo e uso público de UCs existentes e financiamento de pequenas infra-estruturas públicas, para melhor conservar atrativos naturais e áreas de recepção turística. Também foram realizadas atividades de sensibilização sobre o potencial papel do turismo na conservação do patrimônio natural, bem como

capacitação de gestores públicos e privados para aperfeiçoar a qualidade na prestação de serviços turísticos. Só em 2005, foram capacitadas mais de 1.200 pessoas nos quinze pólos ecoturísticos do programa.

Em 2006, ficaram prontos, entre outros, o "Estudo de Mercado para o Turismo Sustentável da Amazônia" e o "Diagnóstico da Oferta Turística Efetiva e Potencial para a Amazônia". Com eles, o Proecotur deu início ao processo de elaboração da Estratégia de Ecoturismo para a Amazônia, que orientará a implementação da fase de investimentos do programa.

Dessa forma, criou as condições necessárias para que os nove estados da Amazônia Legal potencializem o uso adequado de suas áreas naturais, consolidando a atividade turística como alternativa de desenvolvimento sustentável. Do desempenho da atual gestão resultou a criação do Parque Estadual de Monte Alegre (PA) e sua preparação para o ecoturismo (plano de manejo). Outro resultado é o apoio aos estados do Pará, Tocantins e Amazonas na implementação de projetos de infra-estrutura e na melhoria de técnicas gerenciais e de atendimento ao turista.

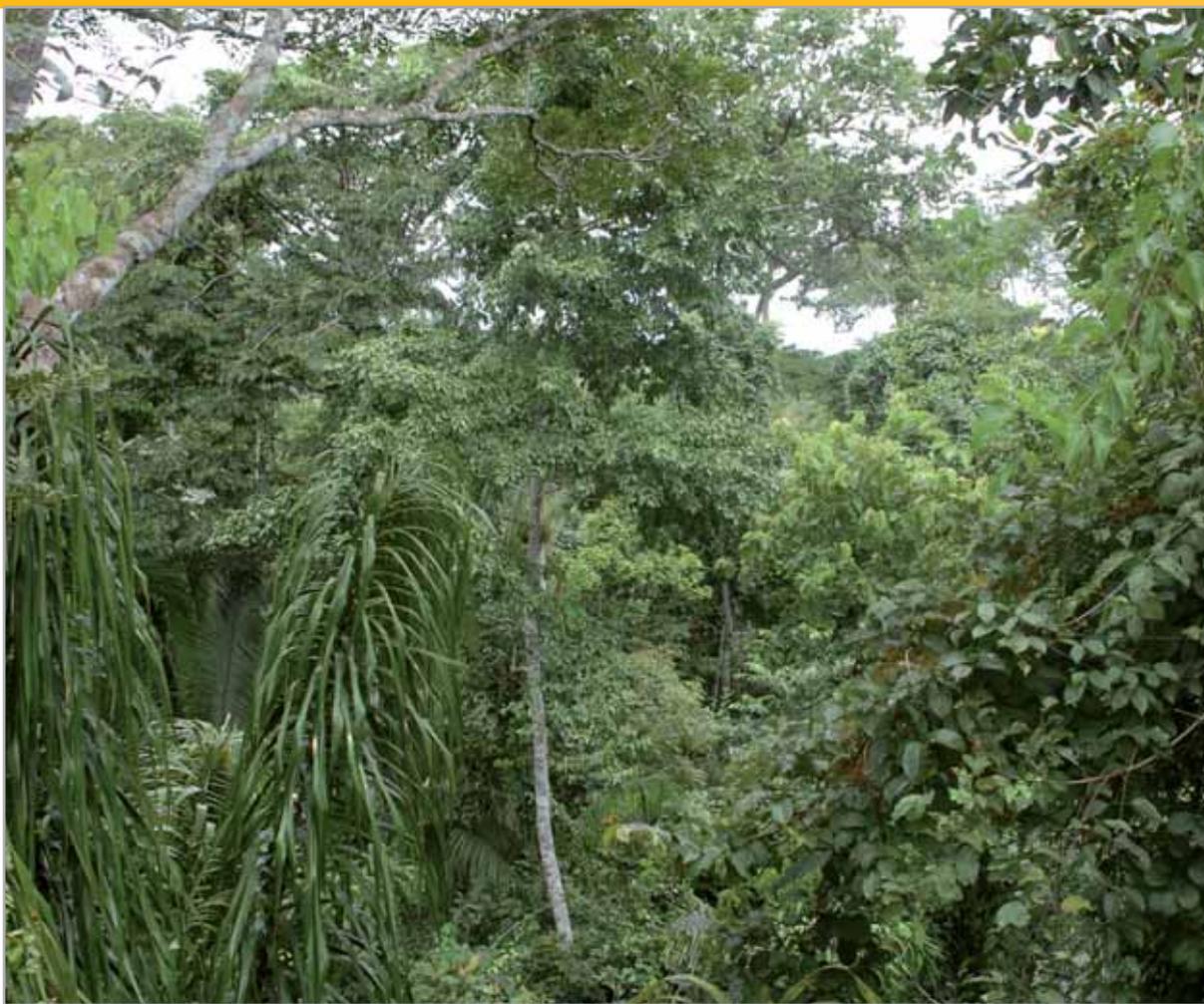
Cooperação técnica

Em agosto de 2004, o MMA e o Ministério do Turismo firmaram um termo de cooperação técnica para viabilizar a adoção de mecanismos institucionais que permitissem a implementação de ações conjuntas na inserção dos princípios de sustentabilidade no desenvolvimento do turismo no país.

A cooperação previu, entre outras iniciativas, o intercâmbio de informações; a elaboração de uma agenda ambiental para o turismo, com diretrizes ambientais para o desenvolvimento sustentável; a criação de um projeto-piloto para a definição de

alternativas de atuação conjunta no uso de UCs para fins turísticos e apoio a ações de qualificação profissional da mão-de-obra que atua em UCs. Dentre as responsabilidades exclusivas do MMA na cooperação, está a formulação e a execução de políticas, planos, programas, projetos, normas, estratégias e estudos para melhorar a relação entre o meio ambiente e a atividade turística. Além disso, o MMA comprometeu-se em colaborar com o Ministério do Turismo na realização de estudos de Avaliação Ambiental Estratégica em programas regionais de desenvolvimento do turismo.





Uso sustentável da floresta e desenvolvimento

Estratégicas para o Brasil, as florestas ocupam cerca de 60% dos 8,5 milhões de km² do país. No mundo, apenas na Rússia as florestas ocupam uma área maior. E é justamente sobre o universo dos recursos florestais que se aplica mais diretamente uma das quatro diretrizes da política ambiental nos últimos quatro anos: a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em 2003, duas ações do Programa Nacional de Florestas (PNF), criado por decreto três anos antes para formular uma política florestal que conciliasse a conservação e o uso dos recursos florestais, marcaram a atual gestão:

- expansão da área florestal plantada com a recuperação de áreas degradadas, tendo como objetivo atingir os 600 mil hectares de florestas plantadas como média anual, por meio do incentivo à participação de pequenos produtores;
- expansão da área de florestas naturais sob manejo sustentável e proteção de áreas de alto valor para conservação, de modo a atingir 15 milhões de hectares sob manejo, sendo 30% em florestas sociais (manejo comunitário e familiar).

Para alcançar essas metas, o ministério trabalhou na ampliação dos instrumentos de

regulação e fomento das atividades florestais sustentáveis e na reforma do modelo de governança florestal.

NOVOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PARA O SETOR FLORESTAL

Para promover efetivamente o uso sustentável dos recursos, o governo entendeu ser necessário ampliar sua atuação. Mais do que aplicar instrumentos de comando e controle, recorrendo a normas jurídicas e outros recursos semelhantes, e investir na fiscalização do cumprimento dessas normas, o governo percebeu que para impulsionar o setor era preciso, no âmbito do PNF, trabalhar com quatro novos instrumentos: treinamento, capacitação e assistência técnica; tecnologia de informação e de pesquisa; crédito e incentivos; e regulamentação.

Treinamento, capacitação e assistência técnica

Com o intuito de consolidar um programa amplo de treinamento e capacitação em atividades florestais sustentáveis, o MMA, por meio do Ibama e do PNF, criou o Centro de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) em Brasília. A partir dele, novas oportunidades de treinamento, com um roteiro metodológico específico, foram criadas em parceria com instituições regionais que já atuam

na área, formando uma rede de centros na Amazônia. O Cenaflor já treinou e capacitou 280 pessoas.

A oferta de assistência técnica também aumentou a partir de 2003. O PNF estabeleceu, ao lado do MDA, do Incra e do FNMA, um programa inédito nessa área dirigido a pequenos produtores rurais envolvidos com atividades florestais. Instituições governamentais e



não-governamentais participam do programa por meio de editais do FNMA. Elas apresentam projetos para assistir tecnicamente a pequenos produtores de forma continuada por até quatro anos. Os editais são publicados por bioma. O número de produtores beneficiados com os 91 projetos aprovados até 2006, que representam um investimento de R\$ 35,6 milhões, supera os 13 mil.

Ações de assistência técnica e extensão florestal por meio de editais do FNMA:

Edital	Mata Atlântica	Caatinga	Cerrado	Amazônia	TOTAL
Recursos em milhões de R\$	8	4,6	7	16	35,6
Projetos selecionados	10	11	27	43	91
Projetos conveniados	10	6	27	-	43
Estados atendidos*	7	7	10	8	23
Municípios atendidos	112	75	173	85	445
Técnicos capacitados	350	280	880	1.100	2.610
Produtores assistidos	4.730	2.200	2.300	4.200	13.430

*Há estados que possuem características de mais de um bioma.

Tecnologia, informação e pesquisa

O PNF também contribuiu para o fortalecimento do Sinima ao trabalhar na criação de um Sistema Nacional de Informações Florestais, que será coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro. Várias iniciativas foram adotadas nos quatro anos para aparelhar o sistema com dados contínuos sobre a cobertura florestal, a qualidade das florestas e os indicadores do setor florestal. Dentre elas, destacam-se:

- Projeto do Inventário Florestal Nacional, que teve sua metodologia definida numa parceria entre MMA, Embrapa, IBGE e várias universidades. O primeiro inventário florestal produzirá informações sobre os recursos florestais naturais e plantados para subsidiar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas de uso e conservação. O inventário será realizado a cada cinco anos, com abrangência nacional, e usará imagens de satélite e levantamentos de campo;
- apoio à criação de redes de manejo florestal e parcelas permanentes nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica. As redes congregam grupos de pesquisadores de instituições que atuam com o monitoramento da dinâmica da floresta nos biomas a partir de procedimentos padronizados de medição e acompanhamento. Os resultados produzidos subsidiam políticas públicas e normas relacionadas ao uso sustentável. A partir das redes foi desenvolvido o Sistema Nacional de Parcelas Permanentes (SisPP), cuja finalidade é desenvolver indicadores nacionais de crescimento e produção de florestas, alimentando o inventário nacional;
- apoio ao Sistema de Informação Florestal (Sisflor) do estado de São Paulo, que gera e dissemina informações para desenvolver, incentivar, facilitar e auxiliar o setor do agronegócio florestal e ambiental do estado. A

experiência poderá servir de modelo para outros estados;

- Geo Brasil Florestas, um estudo em desenvolvimento que busca identificar a situação atual das florestas em todos os biomas, as principais pressões e impactos que sofrem, as ações do governo e sociedade, cenários futuros e recomendações para a sustentabilidade;
- Avaliação Global dos Recursos Florestais (FRA2005), uma avaliação realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) a cada cinco anos. O PNF criou um grupo de trabalho com pesquisadores de treze instituições brasileiras e produziu informações sobre vários aspectos das florestas do país, como estimativa da área de florestas, funções das florestas, produção de produtos madeireiros e não madeireiros, biomassa e carbono.

Linhas de crédito

O MMA, por meio do PNF, vem empreendendo esforços para reverter a falta de linhas de crédito para o setor florestal, acessíveis tanto aos pequenos e médios quanto aos grandes produtores. Atualmente, há linhas para as principais atividades. Separadas por fontes de recursos e agentes de financiamentos, elas são:

- o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Florestal, do MDA, é destinado ao produtor familiar e pode ser usado em projetos de expansão, conservação e manejo da cobertura florestal nos biomas;
- o Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE Verde) financia atividades sustentáveis e inclui o plantio e manejo florestal na região Nordeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo;
- o Programa de Financiamento às Atividade-

des Florestais (FNO Floresta) financia atividades de plantio e manejo florestal na região Norte;

- o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Programa de Preservação da Natureza – FCO Pronatureza) financia projetos de recuperação e preservação dos recursos naturais para a região Centro-Oeste e tem como agente financeiro o Banco do Brasil;

- o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora), do Ministério da Agricultura, financia projetos voltados à implantação e manutenção de florestas destinadas ao uso industrial, recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) e reserva legal e tem como agente o Banco do Brasil;

- o BB Florestal é um programa do Banco do Brasil que financia, além do manejo e plantio de florestas de uso industrial, de APPs e reserva legal, atividades atreladas ao uso florestal, como Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implemen-

tos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), Finame Especial, Finame Agrícola e Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro).

Os resultados do período 2003-2006 mostram que houve um aumento significativo no acesso a todas as linhas de crédito para as atividades florestais. Por meio do Pronaf Florestal, o PNF ampliou o financiamento a pequenos produtores florestais de R\$ 1,29 milhão, entre 2002-2003, para R\$ 13,17 milhões, entre 2005-2006. No caso do Propflora, o valor financiado aumentou de R\$ 770 mil para R\$ 55,3 milhões nesse mesmo período. O aumento dos recursos financiados pelas linhas dos fundos constitucionais (FNO Floresta, FCO Pronatureza e FNE Verde) foi de R\$ 4,56 milhões, em 2002, para R\$ 132,5 milhões, em 2005. Considerando todas as linhas de crédito, o volume de recursos acessados aumentou de R\$ 2,52 milhões para cerca de R\$ 200 milhões.

Evolução do acesso a linhas de crédito florestal de 2001 a 2005:

Linha de crédito/ Ano	Recursos acessados (milhões de R\$)				
	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006
Pronaf Florestal		1,29	2,88	8,23	13,17
Propflora		0,77	10,56	42,34	55,3
FNO Floresta	2,52	0,34	2,64	0,3	1,53
FCO Pronatureza		4,22	0,24	10,02	63,73
FNE Verde		4,56	12,23	10,32	67,22
Total	2,52	11,18	28,55	71,21	200,95

* Pronaf Florestal e Propflora correspondem ao ano safra (julho a junho) e os demais ao ano civil.

Regulamentação

No âmbito do PNF, o MMA trabalhou na legislação para criar um ambiente seguro para produtores e investidores em atividades florestais, simplificar as regras e para adaptar as normas às necessidades de conservação dos recursos florestais. Nessa área, destacam-se:

- Lei de Gestão de Florestas Públicas, nº

11.284, de 2 de março de 2006 (ver pág. 25);

- regulamentação dos artigos 12, 15, 16, 19, 20 e 21 do Código Florestal (Decreto nº 5.975, de 30/11/2006) para determinar a necessidade de planos de manejo florestal na exploração de florestas, estabelecer as regras para a autorização de desmatamento para uso alternativo do solo, para uso industrial de ma-

téria-prima florestal, por meio de um plano de suprimento sustentável, e a obrigatoriedade da reposição florestal;

- autorização prévia à análise de planos de manejo florestal sustentável (Instrução Normativa nº 4, de 11/12/2006), ou seja, a avaliação jurídica da propriedade, preliminar à análise técnica do Plano de Manejo Florestal Sustentável, passa a ser uma exigência e aspectos como a documentação da propriedade, a existência de floresta na propriedade e sobreposição com áreas indígenas, militares e UCs devem ser observados;

- normas para a elaboração, apresentação, execução e avaliação de planos de manejo florestal sustentável na Amazônia (Instrução Normativa nº 5, de 11/12/2006), que estabelecem parâmetros para a limitação e controle da produção florestal, como intensidade máxima de corte, ciclos de corte com base em resultados de pesquisa e regras para a exploração de espécies raras;

- reposição florestal obrigatória no caso de matéria-prima florestal oriunda de supressão da vegetação (Instrução Normativa nº 6, de 15/12/2006), que estabelece um sistema de débito e crédito de reposição para o fomento ao plantio florestal;

- simplificação de regras para o plantio de florestas (Instrução Normativa nº 8, de 24/08/2004), que isenta de apresentação de projetos e de vistoria técnica os plantios florestais com espécies nativas ou exóticas com a finalidade de corte;

- novas regras para exportação de produtos e subprodutos madeireiros oriundos de florestas naturais e plantadas (Instrução Normativa nº 17, de 27/02/2004), que estabelecem que a exportação de madeira em bruto é permitida somente quando o produto se destina ao uso final.

Todo esse processo foi debatido na Comissão Nacional de Florestas (Conaflor) e contou com a participação dos diferentes setores interessados e do Ibama.

REFORMA NA GESTÃO FLORESTAL

No PNF, foram definidas as prioridades para a reforma da gestão florestal no país. Abaixo, elas estão detalhadas.

Inclusão do tema “floresta” na agenda de desenvolvimento

Em 2003, o MMA iniciou um trabalho para sensibilizar os outros setores do governo sobre a importância do PNF no desenvolvimento do país. Como resultado, o programa foi incluído no PPA 2004-2007 e considerado como um dos 14 programas prioritários do Governo Federal. Suas metas passaram a ser consideradas como metas da Presidência da República.

Criação de um espaço de interlocução com a sociedade

Como forma de garantir a participação social nas decisões políticas do setor florestal, foi instituída em 2003 a Conaflor (mais detalhes no capítulo II, pág. 101).

Regulamentação da gestão das florestas públicas

Até 2006, as florestas públicas não possuíam uma regulamentação para a sua proteção e uso sustentável. Entre dezembro de 2003 e fevereiro de 2005, foi realizado um amplo processo de consulta pública que resultou no envio ao Congresso Nacional do projeto de lei de gestão de florestas públicas. O projeto tramitou 11 meses no parlamento. Depois de aprovado, foi sancionado em 2 de março de 2006. A nova lei foi concebida para garantir que as florestas públicas permaneçam florestas e se mantenham públicas (mais detalhes na pág. 25).



Criação de uma instituição para o setor florestal

O Serviço Florestal Brasileiro foi criado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas. Ele acumula as funções de gerir as florestas públicas e fomentar o desenvolvimento florestal sustentável (mais informações no capítulo III, pág. 121).

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)

O FNDF também foi criado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas e sua principal fonte de recursos é um percentual da arrecadação gerada com as concessões florestais. Os recursos do fundo devem ser investidos no aperfeiçoamento tecnológico do setor florestal, em assistência técnica, recuperação de áreas degradadas e no controle e monitoramento das florestas públicas.

Descentralização da gestão florestal

O artigo 83 da mesma lei alterou o Código Florestal e estabeleceu o papel dos órgãos do Sisnama na gestão florestal. Com isso, ela passou a ser compartilhada, com responsabilidades para os órgãos de meio ambiente dos três entes da federação. Normas nacionais passaram a ser consideradas gerais. Os estados as adaptaram às suas demandas e peculiaridades, fortalecendo os mecanismos de participação social locais e a estrutura institucional de gestão e desenvolvimento florestal. A lei prevê a participação dos estados em sistemas de informações compartilhados e de abrangência nacional. No processo de descentralização da gestão florestal, foram aprovadas as resoluções do Conama, que tratam de empreendimentos potencialmente causadores de impactos nacionais ou regionais (nº 378, de 10/2006) e da criação e regulamentação de sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sisnama (nº 379, de 10/2006) (mais detalhes no capítulo III).

AVANÇOS

■ A área florestal plantada aumentou de 320 mil hectares anuais, em 2002, para 627 mil em 2006 (figura 1), o que representa um recorde histórico: o plantio de mais de 1 bilhão de árvores em um ano. Em 2006, a área plantada cresceu pelo quarto ano consecutivo.

■ A área plantada por pequenos produtores subiu de 25 mil hectares, em 2002, para mais de 150 mil hectares, em 2006. Isso significa que a participação deles na área anual plantada subiu de 7,8% para 25%, o que deverá ter impacto no perfil social das florestas plantadas no país – tradicionalmente concentrado em grandes plantios de empresas verticalizadas.

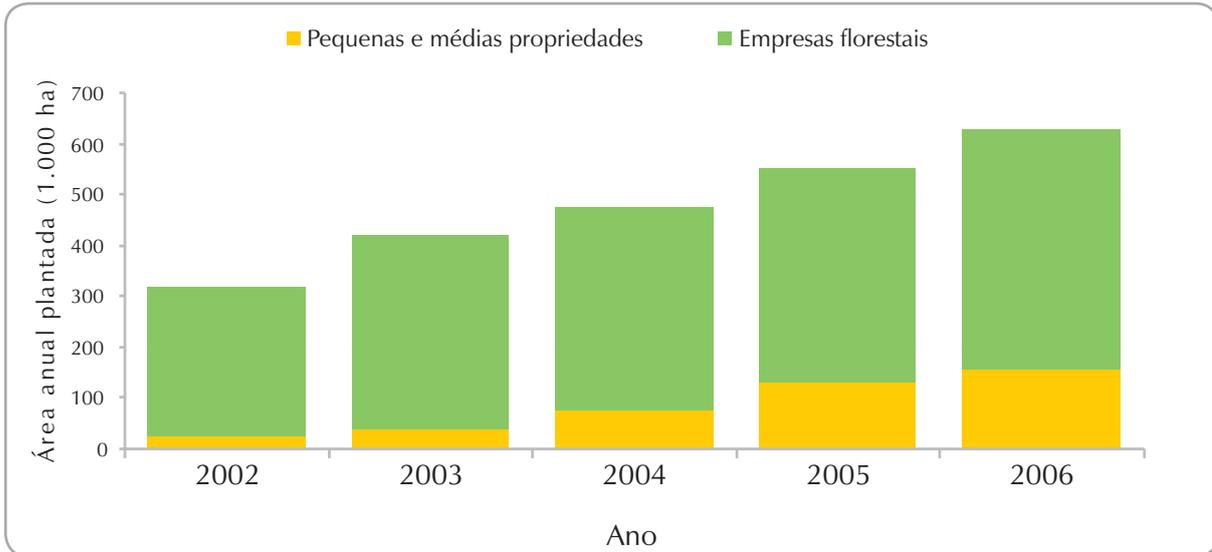


Figura 1: Evolução da área de florestas plantadas no Brasil.

■ Em 2002, a área sob manejo florestal certificado (FSC) era de 383 mil hectares, e alcançou 2,8 milhões de hectares em 2006. No caso das florestas naturais, principalmente na Amazônia, um fator limitante e histórico ao manejo florestal é a questão fundiária (as terras públicas são predominantes na região). Com a Lei de Gestão de Florestas Públicas e sua implementação nos distritos florestais sustentáveis (ver box "Distrito Florestal Sustentável", na pág. 55), a área sob manejo florestal sustentável deve aumentar ainda mais nos próximos anos e contribuir para a redução da exploração ilegal e predatória, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais.

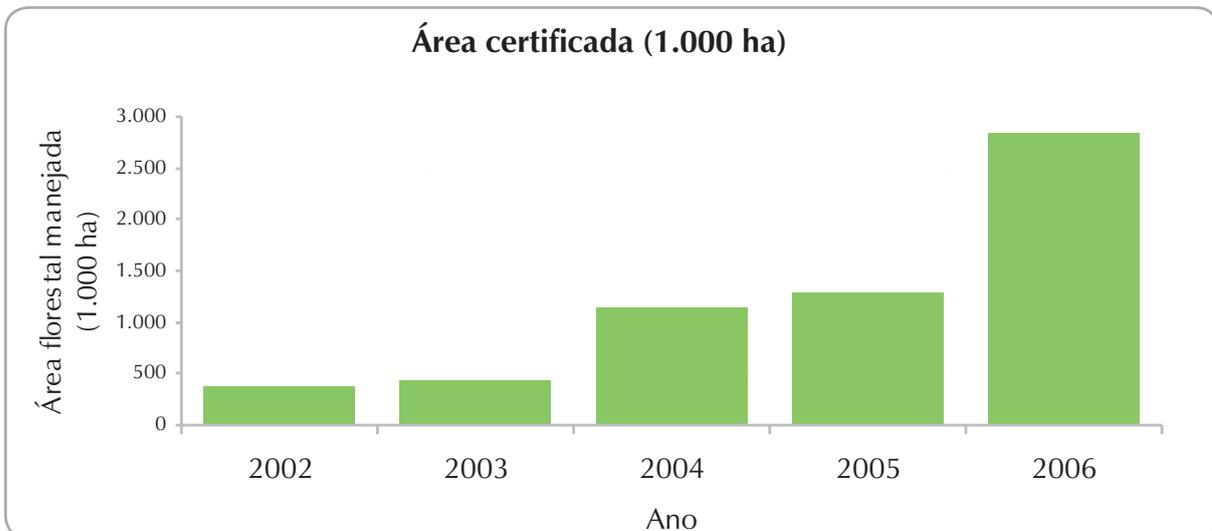


Figura 2: Evolução da área de florestas naturais sob manejo florestal com Certificação Florestal (FSC) na Amazônia.

Distrito Florestal Sustentável da BR-163

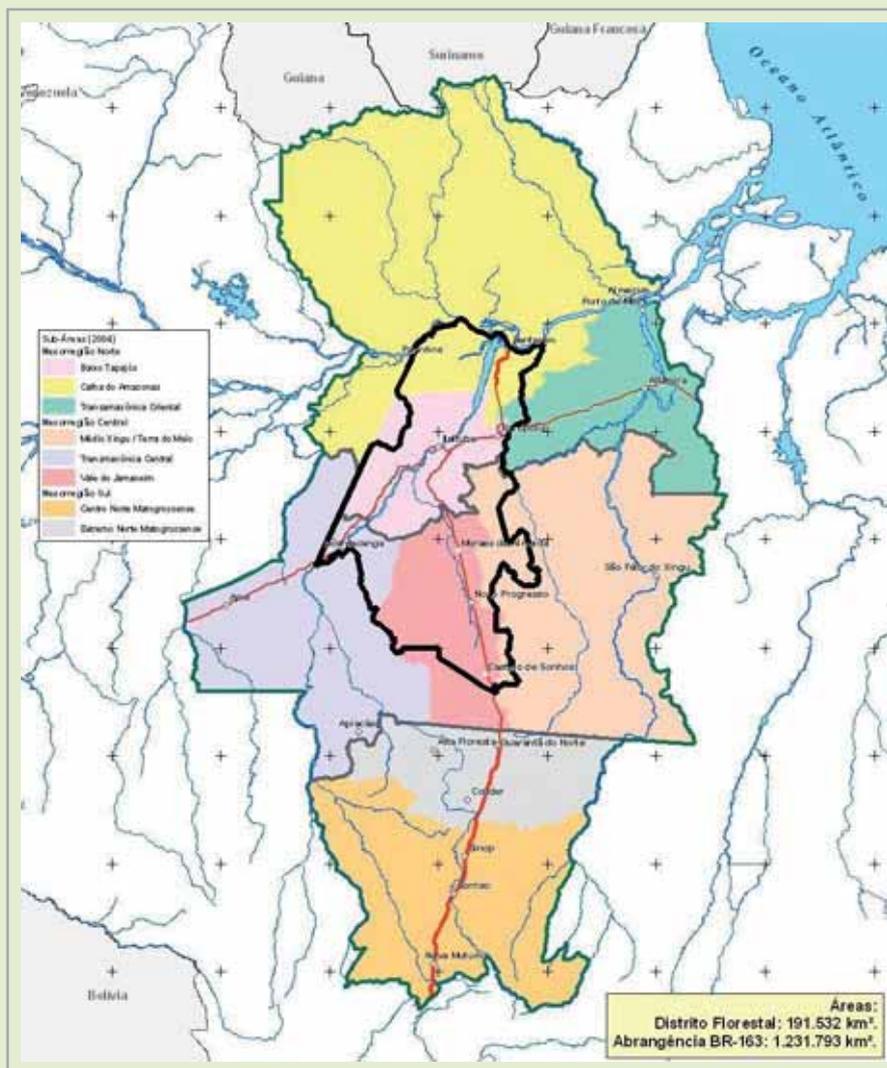
O Distrito Florestal Sustentável é uma área delimitada segundo aspectos geoeconômicos e sociais. Nela são implementadas atividades baseadas no uso sustentável dos recursos florestais, por meio de políticas públicas de vários ministérios e setores do governo, como a regularização fundiária, a construção de infra-estrutura, assistência técnica e educação.

A localização dos distritos florestais é definida a partir dos seguintes critérios:

- **potencial florestal:** a existência de recursos adequados ao manejo florestal, conservação ou recuperação, em especial de florestas públicas;
- **vocação florestal:** a existência de vocação da população local para o desenvolvimento de atividades florestais e o processamento de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros;

- **condições logísticas:** a presença de condições mínimas de infra-estrutura para viabilizar a vocação florestal identificada, como, por exemplo, o acesso por estradas.

O primeiro distrito florestal foi criado pelo decreto de 13 de fevereiro de 2006, na BR-163, estrada que liga Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, no Pará. A sua área de abrangência é de 19 milhões de hectares, sendo aproximadamente 90% de florestas, em sua maioria públicas. Na região já existem quatro pólos e quinze localidades com atividades relacionadas à produção florestal. Neles estão instaladas 205 empresas. A área de manejo florestal desse distrito será de aproximadamente 5 milhões de hectares e tem potencial para gerar uma renda bruta de aproximadamente R\$ 1 bilhão em produtos florestais.





Diversidades sociais e culturais associadas à biodiversidade

Considerado um país megadiverso, o Brasil supera as 200 mil espécies registradas. Estimativas indicam que esse número pode chegar a mais de 1,8 milhão de espécies, levando-se em conta o universo ainda desconhecido nos biomas brasileiros. A sociodiversidade brasileira é igualmente rica. São mais de 220 etnias indígenas e diversas comunidades tradicionais, como quilombolas, caiçaras, seringueiros, extrativistas e ribeirinhos. Todas elas detêm importantes conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Para o MMA, preservar o meio ambiente significa preservar, também, povos e comuni-

dades, suas culturas e tradições. Vários programas do ministério são dedicados à valorização e ao apoio dessas populações. São programas que reconhecem a contribuição social, econômica, ambiental e cultural que elas oferecem para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais do país.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, definida no Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, é um marco importante nesse contexto. Com ela, o país reconhece oficialmente a sua identidade nas comunidades tradicionais. E mais: reconhece as comu-

nidades tradicionais como sujeitos de direito. Ela é resultado de dois anos de trabalho na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2004 e presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O MMA ocupa a secretaria-executiva. Composta por quinze representantes do Governo Federal e quinze de instituições de povos e comunidades tradicionais, a comissão realizou encontros, oficinas e reuniões. A política foi discutida intensamente com a participação de representantes de povos indígenas de todos os estados em debates regionais realizados em Boa Vista, no Acre, em Belém, no Pará, em Paulo Afonso, na Bahia, em Curitiba, no Paraná, e em Cuiabá, no Mato Grosso.

Foram criadas mais de 21 Resex e RDSs nos últimos quatro anos, o que equivale a 5 milhões de hectares. Até 2002, existiam apenas 30 dessas unidades, que somavam 5,1 milhões de hectares. A área de Resex e RDSs dobrou, beneficiando diretamente mais 20 mil famílias.

Mais de sete mil pessoas participaram dos 230 eventos de capacitação e mobilização comunitária, realizados em todas as regiões do país, com o envolvimento de diversas ONGs. Os recursos investidos nesses eventos superam os R\$ 2,2 milhões. Também foram capacitados 1.617 extrativistas para a elaboração de projetos, liderança comunitária, comercialização de produtos, manejo florestal e agroecologia. Além disso, 177 extrativistas foram preparados para a realização de prestação de contas em projetos no Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Amazonas.

Ações que promovem a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, quilombolas e indígenas foram realizadas em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio dos programas Fome Zero, Comunidades Tradicionais e Carteira Indígena. Ao todo, essas

ações destinaram R\$ 21,7 milhões e beneficiaram 55 mil famílias (ver detalhes nos textos sobre Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Agroextrativismo e Carteira Indígena).

Entre os projetos de inclusão produtiva desenvolvidos pelo MMA, estão:

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Agroextrativismo permitiu o apoio a cerca de 1.300 projetos, com benefício de 65 mil famílias de povos e comunidades tradicionais, em 16 estados (nove da Amazônia, da Bacia do São Francisco, Paraná meridional e São Paulo), com investimento de R\$ 28,4 milhões. Desse total, R\$ 14 milhões foram investidos pelo Fome Zero. Portanto, parte das famílias beneficiadas por esse programa está incluída no número de famílias beneficiadas pelas iniciativas para a promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.

O Projeto Carteira Indígena foi criado para incrementar os esforços de promoção do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar e nutricional nos povos indígenas. Ele incentiva a adoção de práticas produtivas econômica e ambientalmente sustentáveis, que respeitem as identidades culturais dos povos, mantenham e revitalizem seus conhecimentos tradicionais e fortaleçam sua



autonomia. Em parceria com o Fome Zero, do MDS, foram revertidos R\$ 9.002.294,94 para 11.851 famílias indígenas, envolvendo cerca de 60 etnias, em 18 estados. Parte desse valor está inserido no total investido em ações de promoção de segurança alimentar. Mais de 80% dos projetos da Carteira Indígena foram apresentados diretamente por associações indígenas e todos envolvem as comunidades em sua execução. O projeto começou a operar em junho de 2004, com a realização de sua 1ª Oficina Nacional de Trabalho, organizada pelo MMA para definir, com os beneficiários, seus objetivos, diretrizes e prioridades de atendimento.

Os **Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia (PDA)** são um subprograma do Programa-Piloto. O PDA apoiou 253 projetos em comunidades rurais familiares e tradicionais da Amazônia e da Mata Atlântica, com o objetivo de gerar conhecimentos para a construção de sistemas de produção sustentáveis e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Os projetos também focaram o fortalecimento da organização dos produtores familiares e da sociedade civil. Eles foram subdivididos nos seguintes componen-

tes: consolidação de experiências bem-sucedidas (31); alternativas ao desmatamento e às queimadas (49); ações de conservação da Mata Atlântica (77); apoio a redes na Amazônia (5); e Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (92). Neles, o ministério investiu R\$ 59,8 milhões, doados pela Cooperação Financeira Alemã. Desse total, R\$ 22,1 milhões foram repassados entre 2003 e 2006 e o restante será desembolsado até 2010, beneficiando cerca de 14.750 famílias de agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas. Os projetos apoiados objetivam a recuperação de áreas de proteção permanente (APPs) e de reserva legal (RL), a criação e implementação de UCs e corredores ecológicos, fomento ao ecoturismo de base comunitária, consolidação de pólos do Proambiente, transição agroecológica, organização da produção e comercialização de polpas de frutas e derivados (cupuaçu, açaí, juçara, bacuri e outros), palmito e sementes de pupunha, guaraná, açúcar mascavo, mel e derivados, pescado e quelônios, óleos vegetais e artesanato.

Os **Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI)** são um componente do PDA e do Programa-Piloto e complementam o Pro-





jeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL). Eles propõem uma parceria interinstitucional e seu objetivo é melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e de conservação dos recursos naturais. Os PDPI beneficiaram cerca de 36.767 pessoas de 65 povos indígenas distintos.

O **Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia (Proambiente)** atendeu a 3.600 famílias e beneficiou outras 1.756 com financiamento para transição agroecológica, um novo modelo de assistência técnica e extensão rural e de planejamento integrado da produção familiar. Foram implantados onze pólos pioneiros do programa, localizados nos nove estados da Amazônia Legal. O programa permitiu que os agricultores beneficiados com os financiamentos elaborassem e implantassem seus planos de uso da unidade de produção familiar (PUS), de forma participativa e em parceria com agentes de assistência técnica e instituições

locais. Essas unidades especificam os pontos de conversão agroecológica, que devem ser implementados em dez anos, e apontam os serviços ambientais que serão gerados no processo de transição da propriedade e pelos quais a família será compensada.

O **Projeto Gestão Ambiental Rural (Gestar)** foi implantado em oito áreas distribuídas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará (os dois últimos na região de influência da rodovia BR-163) e abrange 86 municípios. Em cada uma dessas áreas foram realizadas atividades com representantes do poder público e das comunidades rurais com o objetivo de aumentar a capacidade de articulação, as políticas e os recursos públicos nas pequenas comunidades rurais e propiciar a elaboração, validação, transferência e difusão de instrumentos de gestão ambiental rural. Foram beneficiados com o Gestar: produtores familiares rurais, técnicos e líderes das organizações rurais locais, instituições envolvidas, dirigentes e técnicos de órgãos governamentais (especialmente das secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e de Assistência Técnica).



Acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios

A consolidação do sistema de regulação do acesso aos recursos genéticos e da repartição de benefícios, com base na legislação em vigor (Medida Provisória nº 2.186-16/01), foi uma das prioridades do MMA nos últimos quatro anos. Ações nessa área passaram a constar do PPA 2004-2007 e foram destinados recursos do orçamento próprio do ministério, na ordem de R\$ 750 mil por ano.

Para garantir maior participação social nas discussões sobre esses temas, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) foi fortalecido e representantes do setor acadêmico, povos indígenas, comunidades locais,

empresas e organizações ambientalistas foram convidados a participar permanentemente das reuniões.

Entre 2003 e 2006, o CGEN realizou 40 reuniões para deliberar sobre autorizações de acesso a recursos genéticos e sobre as decisões de suas câmaras temáticas, que fizeram 130 reuniões nesse período. Os resultados foram: 24 atos normativos (quatro proposições de decretos, 17 resoluções e cinco orientações técnicas) e mais de 225 autorizações de acesso ao patrimônio genético ou aos conhecimentos tradicionais associados (aqueles próprios de comunidades tradicio-

nais, particularmente quilombolas e indígenas), incluindo autorizações para pesquisa científica concedidas a partir do credenciamento do Ibama. Entre as autorizações, estão nove contratos de repartição de benefícios, sendo que três deles correspondem à bioprospecção em UCs federais.

As deliberações permitiram, por meio de ato normativo, a regulamentação das anuências prévias, junto aos provedores de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional, e dos termos de transferência de material (TTMs) para intercâmbio de material científico com instituições estrangeiras. Desde então, foram apresentadas ao CGEN 35 anuências prévias e firmados mais de 40 TTMs com instituições estrangeiras. Os resultados representam a implementação prática das disposições da convenção sobre diversidade biológica.

O MMA também trabalhou na elaboração de uma nova legislação sobre Acesso ao Patrimônio Genético, aos Conhecimentos Tradicionais e Repartição de Benefícios. A MP nº 2.186 exige aprimoramentos que só podem ser feitos por meio de um novo marco regulador. Para tanto, o ministério elaborou um anteprojeto de lei, com a contribuição de uma câmara temática do CGEN criada especificamente para tratar do tema e da sociedade. O anteprojeto foi submetido à Casa Civil da Presidência da República.

INICIATIVAS PARA PROTEGER OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Desde 2004, foram feitas 21 oficinas de formação para comunidades indígenas e locais. Realizadas no Acre, Amapá, Pará, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Tocantins, as oficinas contaram com a participação de 689 pessoas. Essa é uma iniciativa inédita e seu objetivo é atender às demandas, relacio-

nadas à proteção dos conhecimentos tradicionais associados, apresentadas pelas próprias comunidades.

O MMA lançou publicações especializadas, como calendários informativos. Direcionados às comunidades, os calendários têm linguagem acessível. Só em 2006 foram distribuídos mais de três mil exemplares para várias regiões do país. Um convênio com uma ONG do Acre, a Amazonlink, permitiu a implementação do Projeto Aldeias Vigilantes, com ações preventivas à biopirataria desenvolvidas junto aos povos indígenas.

Com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o MMA assinou um Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de avaliar os instrumentos existentes para proteger os conhecimentos tradicionais, garantindo os direitos das comunidades sobre o uso dos seus conhecimentos e identificando as salvaguardas necessárias para dar continuidade à produção e reprodução desses conhecimentos.

O ingresso do ministério no Grupo Intermistrial de Propriedade Intelectual (Gipi), em 2005, permitiu a introdução da perspectiva socioambiental nas decisões do Governo Federal relativas às interfaces entre propriedade intelectual e biodiversidade.

Em 22 de maio de 2006, nas comemorações do Dia da Biodiversidade, o MMA, ao lado do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e das Relações Exteriores, apresentou a "Lista Não-Exaustiva de Nomes Associados à Biodiversidade de Uso Costumado no Brasil". Esse documento foi enviado para os escritórios de registro de marcas de outros países. O objetivo é evitar o registro de nomes da biodiversidade brasileira no exterior, como aconteceu com o cupuaçu e o açaí, dois nomes registrados como marcas na União Européia e nos Estados Unidos. O

MMA apoiou tecnicamente o Ministério das Relações Exteriores (MRE) nas ações de anulação desses registros.

A Resolução nº 23/2006 do CGEN e a Resolução nº 123/2006 do Inpi vincularam a concessão de patentes de invenção à autorização de acesso. Isso significa que, a partir dessas duas normas, o inventor deverá informar o número e a data de autorização de acesso para obter, no Brasil, uma patente que envolva componente do patrimônio genético nacional ou informação sobre conhecimento tradicional associado. O inventor também deverá informar a origem desse material genético ou conhecimento tradicional. A medida tem a finalidade de assegurar que o titular da patente tenha feito previamente o acordo sobre as formas de repartição de benefícios, gerados a partir dos recursos genéticos ou dos conhecimentos tradicionais, com o Brasil ou com a comunidade local ou indígena envolvida.

PAÍS É PROTAGONISTA NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

O MMA participou ativamente das reuniões da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Na 7ª Conferência das Partes da CDB (COP-7), realizada na Malásia, em fevereiro de 2004, a atuação brasileira teve destaque no início das negociações de um regime internacional de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios. Para o Brasil, a adoção de um regime internacional é fundamental na implementação efetiva da repartição de benefícios e na proteção dos conhecimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades tradicionais.

O ministério também participou das negociações do Comitê Intergovernamental sobre Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, e do Conselho

de TRIPS (Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 2006, o Brasil apresentou com outros países uma proposta de emenda ao Acordo TRIPS, cujo texto foi elaborado e negociado com a colaboração do ministério.

O país ainda foi representado pelo MMA no encontro entre os países BRICS + G (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e Alemanha), em 2005. O objetivo era discutir os desafios comuns e estratégias nacionais para promoção do desenvolvimento sustentável. Cada um dos países envolvidos realizou eventos preparatórios ao encontro.

No Mercosul, o MMA atuou em diversas negociações. Apresentou o texto negociador “Bens ambientais para o desenvolvimento”, que defende uma política em favor dos interesses da indústria brasileira. O texto também estimula, pela desgravação tarifária, a produção de bens ambientalmente preferíveis, com grande potencial comercial, como os produtos florestais não-madeireiros. O país propôs também o texto “Meio ambiente e desenvolvimento sustentável” nas negociações sobre cooperação entre Mercosul e União Européia. Conforme esse documento, os países do Mercosul poderão desenvolver tecnologias ambientais de produção para exportação (requisitos ambientais). O país ainda defendeu a criação do Grupo *ad hoc* sobre Comércio de Bens e Serviços Ambientais, no âmbito do Subgrupo de Trabalho nº 6 Meio Ambiente do Mercosul, para harmonizar política interna regional e aumentar a força negociadora nos foros multilaterais (OMC) de negociação do tema.

O país ainda participou da criação do Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental, que consiste em um mecanismo de cooperação regional firmado no âmbito da Rede de Formação Ambiental do PNUMA.

Brasil sediou e coordenou evento da ONU sobre a CDB, a COP-8

Em março de 2006, o MMA e o MRE coordenaram os trabalhos da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade, a COP-8, e da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a MOP-3, ambas realizadas na região metropolitana de Curitiba, no Paraná. Foi a primeira vez, após a Rio-92, que o Brasil sediou eventos tão relevantes na área ambiental. Os encontros reuniram representantes de 160 países signatários das convenções e de outros 20 países observadores.

Na COP-8, decidiu-se adotar o Texto de Granada, documento elaborado em fevereiro de 2006, na Espanha, como referencial das negociações do regime internacional de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios. Outras deliberações abordaram formas para proteger os conhecimentos tradicionais. Na conferência, os países destacaram a necessidade da criação de um código de conduta ética para preservar a herança intelectual e cultural das comunidades tradicionais. O objetivo é garantir mecanismos capazes de beneficiar as comunidades que detêm o conhecimento tradicional usado em pesquisa, por exemplo.

Outra decisão importante da COP-8 refere-se às Tecnologias de Restrição de Uso Genético, chamadas de GURTS. Os países recomendaram que não sejam aprovados testes de campo com produtos, cuja composição incluir GURTS, até que haja informações suficientes sobre elas.

A oitava edição da conferência reuniu mais de 1.200 delegados. O número de observadores foi surpreendente. Estiveram presentes cerca de três mil pessoas, representando 608 entidades, entre órgãos das Nações Unidas, ONGs brasileiras e estrangeiras, empresas, instituições científicas, comunidades indígenas e tradicionais do país e de fora dele. No total, a COP-8 aprovou 34 decisões sobre diferentes temas da biodiversidade. Durante a conferência, o Brasil assumiu a presidência da CDB, com um mandato de dois anos, que encerra com a realização da próxima COP na Alemanha, em 2008.

Paralelamente à COP-8, foi realizada a Reunião de Alto Nível, aberta pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e que reuniu 45 ministros de meio ambiente e 85 vice-ministros, embaixadores e chefes de delegação.

O principal resultado da MOP-3 foi a determinação de que os países que comercializam cargas com organismos geneticamente modificados (OGMs), os transgênicos, devem identificá-las com a expressão "Contém OGMs" a partir de 2012. Até lá, essas cargas poderão ser rotuladas também com a expressão "Pode conter OGMs". O objetivo da identificação é permitir que países importadores possam adotar medidas necessárias de biossegurança. Esse é o conteúdo principal da Declaração de Curitiba sobre a rotulagem de transgênicos para uso na alimentação humana e animal.

Durante a MOP-3, foram aprovadas 18 decisões sobre biossegurança de OGMs. O evento reuniu 527 delegados e 735 observadores, que representaram 183 das 608 entidades presentes na COP-8.



AÇÕES INTEGRADAS NO COMBATE À BIOPIRATARIA

O MMA, o Ibama, a PF e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) assinaram, em junho de 2005, um acordo de cooperação técnica para integrar as ações relativas à investigação e repressão da biopirataria no Brasil. O ministério treinou 181 agentes de fiscalização, incluindo servidores do Ibama, da PF, da Funai, do Ministério da Defesa e da Abin. O Decreto nº 5.459/2005 disciplinou as sanções administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. As ações conjuntas de fiscalização e combate à biopirataria resultaram em várias apreensões.

Em dezembro de 2005, o Ibama, o Comando Ambiental da Brigada Militar e a Polícia Federal desarticularam uma organização de traficantes

de animais silvestres que atuava no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. A quadrilha operava na captura, intermediação, compra e venda de animais da fauna brasileira, negociados no Brasil e no exterior. Também trazia animais da Argentina para serem comercializados no Brasil.

Em 2006, o Ibama fez, em São Paulo, parceria inédita com os Correios e o Serviço de Remessas Postais Internacionais da Receita Federal (Serpi/IRF) para coibir a biopirataria. Desde então, fiscais do instituto passaram a verificar as remessas para o exterior de diversas localidades do Brasil, selecionadas pela Receita Federal com suspeita de conter material biológico. Somente de março a novembro de 2006, foram apreendidas 6.942 amostras, entre animais vivos, mortos, folíolos vegetais e extratos de glândulas de insetos (veja quadro abaixo).

Material biológico apreendido

- 270 aracnídeos
 - a) 48 escorpiões da fauna brasileira: 47 espécimes de *Tityus fasciolatus* e 1 *Rhopalurus rochai*;
 - b) 130 aranhas caranguejeiras nativas da espécie *Vitalius sorocabae*;
 - c) 92 aranhas da fauna exótica;
- 1.099 grilos;
- 2.034 borboletas e 1.583 abdômens de borboletas da fauna silvestre brasileira;
- 949 besouros da fauna silvestre brasileira;
- 13 onicóforos, animais da ordem Onychophora, acondicionados de duas formas, em "buffer" de solução salina e outra amostra em etanol;
- 10 cupins (5 casais) do gênero *Cornitermes*, prontos para iniciar a implementação de novas colônias;
- 210 pupas vivas de mariposa da espécie *Diatraea flavipennela* e 1 ampola de vidro contendo extrato de glândulas da mesma espécie;
- 5 peixes vivos do gênero *Beta*, importados da Tailândia;
- 768 folíolos de tomate.

A análise do material apreendido permitiu ao Ibama dividir as ocorrências em três grandes grupos, conforme os objetivos das remessas: troca de material científico de coleção entre instituições científicas e de pesquisa; tráfico internacional de animais e produtos da fauna silvestre brasileira e exótica; e biopirataria.

Apreensões de animais silvestres no Brasil

2003

Autos de infração	Total de animais apreendidos	Total das infrações em multa
2.192	39.451	R\$ 36.030.424,00

2004

Autos de infração	Total de animais apreendidos	Total das infrações em multa
4.238	68.699	R\$ 26.578.883,50

2005

Autos de infração	Total de animais apreendidos	Total das infrações em multa
5.178	59.990	R\$ 53.580.069,09

2006

Autos de infração	Total de animais apreendidos	Total de artesanatos apreendidos	Total de ovos apreendidos	Total das infrações em multa
3.833	59.804	675	732	R\$ 52.169.370,16

OBS.:

- Os dados de 2006 referem-se ao levantamento parcial concluído em novembro do mesmo ano;
- O total de animais apreendidos inclui invertebrados, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. São contabilizados animais vivos e mortos.

Melhorias em infra-estrutura para abrigar e recuperar animais apreendidos

Os Centros de Triagem e Recuperação de Animais Silvestres (Cetas) foram criados para abrigar os animais apreendidos, até que tivessem condições de serem destinados a outros lugares, conforme seu estado físico e de selvageria. Em 2003, o Ibama constatou que o baixo número de Cetas e a precariedade das instalações existentes não apenas comprometiam o atendimento dos animais, mas ameaçavam a biodiversidade. Por falta de infra-estrutura, alguns animais eram devolvidos à natureza sem critérios e a soltura de uma espécie em uma região estranha ao seu habitat natural é a segunda maior causa de danos à diversidade biológica.

O Ibama criou, então, o Projeto Cetas Brasil para implantar, reformar e ampliar os

centros de triagem. Ele prevê parcerias para construção de Cetas em locais estratégicos, auxiliando no combate ao tráfico e oferecendo condições adequadas para a recuperação, a manutenção e a destinação dos animais apreendidos.

Na primeira etapa do projeto foram construídos ou reformados 24 centros. Os novos Cetas, em fase final de construção e reforma, são equipados para receber uma média de 50 mil animais apreendidos por ano. O tamanho das construções é compatível com o volume de apreensões registradas em cada estado. Neles, os animais recebem cuidados veterinários e alimentares e permanecem em quarentena para verificação de possíveis zoonoses. Posteriormente, são encaminhados a criadouros conservacionistas autorizados, a zoológicos, a fiéis depositários ou são devolvidos à natureza.



Uso racional das águas brasileiras

Detentor de 12% da reserva de água doce do planeta, o Brasil está ciente das suas responsabilidades diante do desafio de ampliar o universo de pessoas com acesso à água potável e, ao mesmo tempo, racionalizar seu uso. Nos últimos quatro anos, o país contabilizou avanços em direção a esse ideal.

O mais importante deles é o Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a concluir seu planejamento estratégico para a gestão da água até 2020. Este relatório apresenta alguns detalhes do documento, mas não se restringe a ele apenas.

As iniciativas desenvolvidas pelo MMA para

reduzir a variabilidade de oferta de água no semi-árido e no Nordeste também estão registradas aqui. O mesmo tratamento foi dado às medidas de aperfeiçoamento na gestão do uso dos recursos hídricos, com a cobrança pelo uso da água iniciada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica em 2003. A experiência brasileira nessa área qualificou o Brasil a protagonizar as negociações no âmbito do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, que também reúne Paraguai, Uruguai e Argentina. Outras informações sobre esse tema estão descritas neste trecho.

PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a elaborar um plano para assegurar o uso racional da água até 2020. O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), lançado pelo presidente da República em março de 2006, atende ao compromisso assumido pelo país junto à Organização das Nações Unidas na Cúpula Mundial de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável. O plano é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, cujo objetivo é garantir à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos seus múltiplos usos.

O plano se baseia na divisão hidrográfica, definida em 2003 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), para a elaboração de diagnósticos e definição de metas, programas de investimento e de educação ambiental. O PNRH aponta o uso sustentável da água em diversos setores, tais como indústria, agricultura, setor elétrico, saneamento, e pelo próprio cidadão. Ele apresenta treze programas e trinta subprogramas, que serão implementados em parcerias do MMA com organizações públicas e privadas relacionadas ao setor.

O processo de elaboração do PNRH, iniciado em 2003, contou com a participação da sociedade e dos governos e envolveu mais de sete mil pessoas. O documento do PNRH foi consolida-

do em quatro volumes: I - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; II - Águas para o Futuro: Cenários para 2020; III - Diretrizes; IV - Programas Nacionais e Metas. Foram produzidos, ainda, doze cadernos regionais (com informações sobre cada região hidrográfica) e cinco cadernos setoriais (referentes aos setores usuários), lançados em novembro de 2006, durante feiras ambientais realizadas nas doze regiões hidrográficas do país.

O governo debateu e articulou o plano com a sociedade entre maio e junho de 2006, durante 25 encontros públicos estaduais, que reuniram cerca de duas mil pessoas. É a primeira vez que sociedade e governo dispõem de um plano para orientar a implementação da política para o setor, bem como o gerenciamento dos recursos hídricos, apontando os caminhos para o uso da água no Brasil.



ATENÇÃO ESPECIAL PARA O SEMI-ÁRIDO

É no semi-árido que estão concentradas algumas das principais ações do MMA. A região, atingida pela seca, abrange onze estados – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – e corresponde a 15,7% do território nacional.

No ano 2000, quase 32 milhões de pessoas viviam nos 1.482 municípios do semi-árido, sendo que 771 apresentam os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) mais baixos do país. Com exceção do Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Espírito Santo, os estados do semi-árido possuem, abaixo da linha de pobreza, mais da metade de sua população.

É para essa área que estão voltados os Programas de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil), Água Doce, Conviver e Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, todos coordenados pelo ministério.

O **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN/Brasil)** atende a compromissos assumidos pelo país com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação



e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD), em 1997. Lançado em dezembro de 2004, o programa está em fase de implementação. Suas ações estão divididas em quatro eixos temáticos: redução da pobreza e desigualdade; ampliação sustentável da capacidade produtiva; preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais; e gestão democrática e fortalecimento institucional.

Em linhas gerais, o PAN tem a finalidade de garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o semi-árido brasileiro, com a promoção do uso racional desse recurso, e garantir o desenvolvimento sustentável da região.

A partir de 2005, o PAN-Brasil passou a ser implementado nos estados com o apoio da Coordenação Técnica de Combate à Desertificação (CTC), da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) do MMA, para elaboração de planos estaduais. O apoio ao Projeto de Estruturação do Núcleo de Pesquisa de Recuperação de Áreas Degradadas (Nuperade), em Gilbués, no Piauí, e ao Projeto de Implantação de Módulos de Combate à Desertificação e Convivência com a Seca e Áreas Suscetíveis, em Pernambuco, é exemplo disso. As estimativas indicam que o programa beneficia mais de cinco milhões de pessoas. Entre os resultados positivos do PAN estão a redução de doenças propagadas pela água e a queda na mortalidade infantil.

O **Programa Água Doce** foi criado para aproveitar no consumo humano, de forma sustentável, as águas subterrâneas salobras e salinas. Dirigido ao semi-árido, o programa é gerido com participação social e proteção ambiental. Atualmente, estão sendo recuperadas 44 cisternas de dessalinização, sendo quinze em Alagoas e Sergipe e 29 na Paraíba. O programa conta com dois centros de referência: o Laboratório de Referência em Dessalinização da SRH/MMA, na Universidade Federal de Cam-

pina Grande (PB), e a Unidade Demonstrativa na Comunidade de Atalho (Petrolina/PE), em parceria com a Embrapa Semi-Árido.

O **Atlas Nordeste** é uma publicação da Agência Nacional de Águas (ANA) que faz o diagnóstico do abastecimento de água em mais de 1,3 mil municípios de nove estados do Nordeste e norte de Minas Gerais e apresenta alternativas de abastecimento com sustentabilidade hídrica e operacional. O Atlas Nordeste – Abastecimento Urbano de Águas foi desenvolvido ao longo

de 18 meses e é o primeiro estudo que abrange todo o semi-árido do país. A área compreendida pela publicação abriga 34 milhões de pessoas, o que representa 94% da população urbana do semi-árido. Conforme os dados do atlas, mais de 70% dos municípios avaliados terão um quadro crítico de abastecimento de água até 2025. Desses, 53% enfrentarão crise decorrente de incapacidade de seus sistemas de captação, adução e tratamento da água. As alternativas propostas pela ANA prevêem um investimento total de R\$ 3,6 bilhões.



O **Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco** já recebeu investimentos do governo na ordem de R\$ 250 milhões. Ele consiste em um esforço de articulação e integração de 15 ministérios, de vários órgãos de governos e da sociedade. Além de estar incluído no PPA 2004-2007 e no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o programa também integra as políticas nacionais de meio ambiente e de recursos hídricos.

Entre 2003 e 2006, foram consolidadas todas as instâncias de gestão e articulação do programa nos âmbitos federal, estaduais, intermunicipais e nos pólos de revitalização das sub-bacias prioritárias do São Francisco. Nesse período, o MMA iniciou as principais

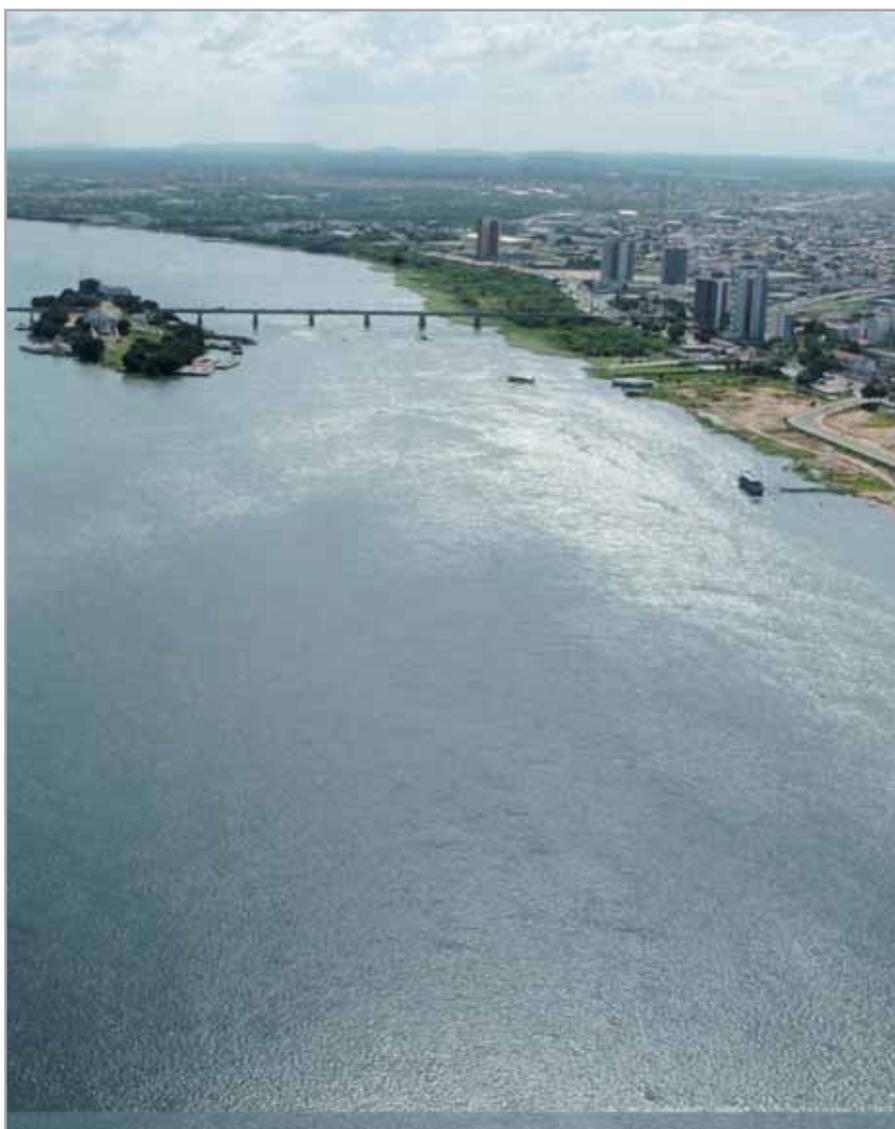


ações estruturantes do programa, implementando as seguintes iniciativas:

- elaboração do Sistema de Informações do São Francisco (Sisfran) e do Zoneamento Ecológico-Econômico do São Francisco;
- construção do Plano de Desenvolvimento Florestal do São Francisco;
- conclusão dos estudos técnicos do Plano de Criação de Unidades de Conservação do São Francisco para a criação do Parque Nacional Cânion do São Francisco e da Área de Proteção Ambiental (APA) de Xingó e iniciada a primeira expedição sobre a fauna da bacia. As iniciativas ajudarão a preservar e a recuperar uma parcela da Caatinga, desenvolvendo o potencial turístico da região. A APA de Xingó terá 250 mil hectares e

atingirá pelo menos oito municípios de três estados. Já o parque nacional terá 35 mil hectares. O MMA começou a consolidar o “Corredor Ecológico da Caatinga”, em plena bacia do rio São Francisco, e, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), apóia a elaboração dos planos de manejo das APAs de Piaçabuçu e Marituba do Peixe, em Alagoas, e da APA de Sobradinho, na Bahia;

- no Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros do São Francisco, pesquisadores do Ibama fazem o mapeamento do passivo ambiental para apontar soluções e incentivar a adoção de tecnologias de produção e gestão dos resíduos pesqueiros na bacia;



- Plano de Racionalização da Rede de Monitoramento das Águas do São Francisco;

- Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Baixo São Francisco, que atinge os estados de Alagoas e Sergipe e deverá orientar os futuros projetos e financiamentos nessa área;

- início do Cadastro dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco.

O MMA desenvolve, ainda, ações para reduzir o passivo ambiental na Bacia do São Francisco com projetos de recuperação de nascentes e matas ciliares, orçados em R\$ 3 milhões, e de conservação e manejo

de 52 microbacias em Minas Gerais. Já na recuperação de áreas degradadas por mineração, nas regiões de Pains e dos rios Paraopeba e Velhas, em Minas Gerais, e do Araripe, em Pernambuco, os recursos destinados chegam a R\$ 2,5 milhões.

Com a Codevasf, o MMA destinou R\$ 6 milhões para gestão de resíduos sólidos nos municípios da região e mais R\$ 21 milhões em projetos de saneamento na bacia. Também foram efetivados 58 municípios mineiros em projetos demonstrativos de recuperação e manejo de microbacias. Em parcerias com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) e também com a Codevasf, foram implementados quinze Viveiros de Referência.

Foram implantados os primeiros quatro Centros de Referência de Recuperação Florestal do país (dois para o Cerrado e dois para a Caatinga), numa ação conjunta do MMA, Codevasf e as universidades federais de Lavras (Ufla), de Brasília (UnB), de Sergipe (UFSE) e do Vale do São Francisco (Univasf).

O MMA também promoveu cursos e oficinas, principalmente de educação ambiental, para a elaboração de projetos de revitalização, com o envolvimento de mais de 1.500 lideranças da região. Ao lado dos ministérios públicos estaduais da bacia, o MMA desenvolveu ações de fortalecimento institucional e monitoramento ambiental da região. Entre elas, destacam-se os projetos "S.O.S. São Francisco", em Minas Gerais, e de "Fiscalização Preventiva", na Bahia.

Foram firmadas, ainda, parcerias com as populações tradicionais da bacia, que resultaram na aprovação de 18 pequenos projetos direcionados às comunidades pesqueiras, extrativistas, quilombolas e povos indígenas. O ministério também assessorou a elaboração e implantação da Agenda 21

por sub-bacias, como as das represas de Três Marias e de Xingó.

Desde a consolidação do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas no PPA 2004-2007, já são cerca de 150 projetos em andamento, voltados para a revitalização na bacia do rio São Francisco. Além disso, 137 municípios da bacia firmaram compromisso formal com a revitalização ambiental do rio.

O **Proágua Semi-árido**, ou Subprograma de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro, contou com investimentos de cerca de US\$ 236 milhões, desde 1998, quando começou a ser desenvolvido. Desse montante, US\$ 158 milhões foram financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e US\$ 78,6 milhões constituíram contrapartida nacional (União e estados). Os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe foram o alvo do programa, o primeiro a estimular o envolvimento dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.

De 2003 a 2006, o Proágua Semi-árido financiou a elaboração de 23 estudos de viabilidade e projetos básicos de sistemas de abastecimento de água, que devem beneficiar 1,5 milhão de habitantes. Foi elaborado ainda o Atlas de Obras Prioritárias do Semi-árido, que apresenta um conjunto de empreendimentos de adução de água bruta, em nível de estudo de concepção, para mais de 1.000 municípios da região.

Nos últimos quatro anos, foram construídas, ou estão em execução, 33 obras de adução de água em Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, totalizando um investimento de R\$ 478,9 milhões e beneficiando 2,4 milhões de pessoas.

APERFEIÇOAMENTOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Os comitês de bacia hidrográfica em rios de domínio da União iniciaram, em março de 2003, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A primeira bacia a arrecadar recursos com a cobrança foi a do rio Paraíba do Sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). A partir de 2005, foi a vez da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (MG/SP). Até o final de 2006, a arrecadação com a cobrança pelo uso da água acumulou recursos da ordem de R\$ 35 milhões nas duas bacias. O valor arrecadado foi repassado integralmente para projetos e investimentos voltados a melhorias nas bacias, conforme as prioridades definidas pelos comitês.

Entre 2003 e 2006, a ANA emitiu mais de duas mil outorgas de direito de uso dos recursos hídricos de domínio da União para as mais diversas finalidades. Também concluiu a estruturação do comitê da bacia do rio Verde Grande (Bahia e Minas Gerais), onde cadastrou 1.800 usuários. Ainda orientou tecnicamente a definição de marcos reguladores para o uso das águas nas bacias dos rios Piranhas-Açu (Paraíba e Rio Grande do Norte), Paranã (Goiás), Pípiripau (Distrito Federal e Goiás) e

Poti-Longá (Ceará e Piauí), realizando estudos de disponibilidade hídrica, cadastrando e regularizando os usuários. As bacias dos rios Vaza Barris, no açude Cocorobó (Bahia), Lagoa Mirim (Rio Grande do Sul) e Pardo, no reservatório da Hidrelétrica Machado Mineiro (Minas Gerais), já possuem os seus marcos regulatórios.

O cadastro realizado na bacia do rio São Francisco identificou cerca de 85.734 novos usuários de água. Além disso, foi implementado o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, desenvolvido pela ANA em parceria com os estados, para conhecer o universo dos usuários das águas e regularizá-los. Com os estados de São Paulo e Minas Gerais, foram articuladas negociações para que um novo modelo de outorga, com alocação negociada das águas pelos comitês de bacia, fosse implementado no Sistema Cantareira. Também foi negociada a transposição das águas da bacia do rio Piracicaba para a bacia do Alto Tietê, que atende à capital paulista. A partir do novo modelo, foram beneficiadas aproximadamente 8 milhões de pessoas na grande São Paulo e feitas importantes melhorias quanto ao uso racional do sistema. Os resultados foram: recuperação do volume útil dos reservatórios em cerca de 10% do seu volume total; atendimento pleno às necessidades das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e da grande São Paulo; recuperação da qualidade das águas no trecho inicial do rio Jaguari, na vazante do Sistema Cantareira; e término do dissenso sobre a alocação mensal das águas entre as bacias.

Na área de saneamento ambiental, o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes) realizou investimentos de R\$ 19,56 milhões em 18 estações de tratamento de esgotos (ETEs) nesta gestão, através da compra de água tratada. Em contrapartida, as prestadoras de serviço de saneamento também investiram em estações de tratamento – o que



resulta num retorno de R\$ 3,00 para cada R\$ 1,00 gasto pelo programa. Todos os empreendimentos do Prodes, criado em 2001, beneficiarão 3,5 milhões de brasileiros. O Orçamento Geral da União de 2007 prevê recursos para ampliação do programa.

A pesquisa científica e tecnológica também foi incentivada através do Fundo Setorial de Recursos Hídricos do Ministério de Ciência e Tecnologia (CTHidro), com investimentos de cerca de R\$ 70 milhões e apoio a 411 projetos e bolsas de pesquisa voltadas para o mesmo tema.

Experiências do Brasil são destaque em fóruns internacionais

O Brasil deverá propor um marco comum institucional, legal e técnico de gerenciamento e preservação do Aquífero Guarani para o Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Esse é um dos resultados do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani (PSAG -2003/2008). O Aquífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo e ocupa uma área de 1,2 milhão de km², estendendo-se pelos quatro países. O MMA é o coordenador nacional do projeto SAG e articula com os governos argentino, paraguaio e uruguaio o desenvolvimento do Plano de Ações Estratégicas.

Nos últimos quatro anos, foram realizadas oficinas para dar uniformidade à Análise de Diagnóstico Transfronteiriço (ADT), que reuniram órgãos públicos federais e estaduais, usuários, universidades e sociedade. A participação social no projeto também foi ampliada com a criação da Unidade Nacional de Execução do Projeto (Unep), em maio de 2005.

O PSAG finalizou a confecção de um mapa de base digital para toda a região do aquífero (191 cartas), na escala 1:250.000, que servirá de subsídio aos estados na gestão e outorga

de recursos hídricos subterrâneos. Também elaborou um manual de perfuração de poços tubulares profundos no Aquífero Guarani, lançou, em agosto de 2006, o segundo Relatório Geológico do Aquífero e está ampliando a base de informações hidrogeológicas sobre a região.

A Gestão da Água na América Latina e Caribe (ALC) é tema do Programa Internacional de Gerenciamento de Aquíferos Transfronteiriços das Américas (ISARM Américas) do MMA. Ele identifica, caracteriza e busca a expansão da base científica e técnica dos conhecimentos sobre os aquíferos transfronteiriços do continente americano. O programa já elaborou um inventário com os 11 aquíferos principais transfronteiriços brasileiros, produziu seus mapas geológicos e hidrogeológicos e fez o levantamento preliminar das características desses sistemas. O Inventário dos Aquíferos Transfronteiriços das Américas foi publicado em setembro/2006, durante o VII Congresso Latino-Americano de Hidrologia Subterrânea.

Outra iniciativa nessa área é o Projeto DELTAmérica. Criado pelo MMA para desenvolver e implementar mecanismos de divulgação das experiências de gestão da água desenvolvidas na América Latina e no Caribe, o projeto foi financiado com US\$ 970 mil doados pelo GEF e com US\$ 430 mil de contrapartida não financeira do governo brasileiro e da Organização dos Estados Americanos (OEA). O DELTAmérica auxilia a Rede Interamericana de Recursos Hídricos (RIRH), que reúne governos, empresas privadas, ONGs, academia e profissionais interessados no tema. Os 34 países que compõem a OEA participam do DELTAmérica. No âmbito do projeto, foram criados a Biblioteca Virtual de Referência em Boas Práticas de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com informações sobre experiências bem-sucedidas em diversos países da região, e o sistema de informação e comunicação da RIRH.



Respostas às mudanças do clima e qualidade ambiental

Consciente de que as atividades humanas estão impulsionando o aumento acelerado da temperatura no planeta, o governo brasileiro priorizou ações para enfrentar os desafios decorrentes da mudança do clima em sua agenda ambiental.

Em respeito ao princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, o Brasil entende que cabe aos países desenvolvidos cumprir as metas quantificadas de redução de emissões de gases de efeito estufa, conforme estabelece o Protocolo de Quioto. Entende também que o problema, por sua dimensão, exige um esforço global. Imbuído desse espí-

rito, está fazendo sua parte. O empenho para reduzir as emissões provocadas pelo uso do solo é notório diante da estimativa de queda de 52% na taxa acumulada de desmatamento da Amazônia nos últimos dois anos. Além disso, as matrizes elétricas e energéticas brasileiras são limpas – as hidrelétricas representam cerca de 76% da capacidade instalada de geração de energia elétrica.

O MMA tem papel importante nesse contexto. O ministério participa ativamente nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e demais fóruns de negociação inter-

nacional. Como vice-presidente da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e membro do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o ministério fortalece a construção de uma política para enfrentar as questões associadas à mudança global do clima.

DESMATAMENTO

Responsável por $\frac{3}{4}$ das emissões de CO₂ no Brasil, o desmatamento tem sido fortemente combatido. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, elaborado por treze ministérios sob a coordenação da Casa Civil, fez a taxa de desmatamento da Amazônia cair em 31%, entre 01 de agosto de 2004 e 31 de julho de 2005. A estimativa para o período de 2005 a 2006 confirma a tendência: uma nova queda, desta vez, em 30%. Isso corresponde a uma queda de 52% na taxa acumulada do desmatamento. Ou seja, confirmada a taxa de 2005-2006, terá sido evitada a emissão de 430 milhões de toneladas de gás carbônico.

Orçado em R\$ 394 milhões, o plano previu a realização de 31 ações estratégicas de ordenamento fundiário e territorial, de monitoramento e controle, de fomento à atividade produtiva e de infra-estrutura. O Deter, baseado em imagens de satélite, passou a disponibilizar na internet os dados relativos ao desflorestamento e a orientar a fiscalização do Ibama. Ele foi criado para atender a uma reivindicação da sociedade, que pedia mais transparência no processo.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada no Congresso Nacional com apoio de todos os partidos políticos e sancionada em 2006, é outro marco importante. Ela combate a grilagem de terras do governo, resultado da especulação da iniciativa privada sobre a expectativa de privatização e quase sempre associada ao desmatamento ilegal e às atividades agropecuárias predatórias. A lei define

regras para o uso sustentável das florestas públicas. Também foi criado o 1º Distrito Florestal Sustentável na região de influência da BR-163, abrangendo mais de 19 milhões de hectares e os instrumentos de fomento foram alterados para apoiar o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia (ver mais detalhes nas páginas 25 e 55).

Proposta brasileira

Durante a 11ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Montreal, em 2005, foi aprovada uma proposta de incentivos positivos aos países em desenvolvimento para a redução de emissões provenientes do desmatamento.

Em consenso com outros setores do governo, especialmente MCT e MRE, o MMA construiu uma proposta concreta para viabilizar esses incentivos financeiros, a partir do desempenho brasileiro no combate ao desmatamento. Uma versão preliminar foi submetida a um workshop técnico da convenção realizado em Roma, em agosto de 2006. Três meses depois, a proposta foi oficialmente apresentada pelo MMA na COP-12, em Nairóbi, no Quênia.

Conforme a proposta do MMA, os países em desenvolvimento que efetivamente reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa por desmatamento poderão receber recursos internacionais para aprimorar suas ações nessa área. Os países desenvolvidos serão responsáveis por investir recursos no mecanismo – a adesão não lhes beneficiará com créditos a serem contabilizados nas suas metas de redução de emissões.

De caráter voluntário, tanto para os países em desenvolvimento que reduzirem suas taxas de desmatamento quanto para os países desenvolvidos que os apoiarem, o mecanismo foi concebido de forma simples. A participação no arranjo requer dos países em desenvolvimento apenas uma linha com a evolução histórica do seu desmatamento e uma ferramenta técnica

cientificamente comprovada para monitorá-lo.

A proposta é fundamentada na provisão de incentivos positivos pela redução líquida das emissões decorrentes do desmatamento, relativas a uma taxa de emissões de referência calculada de acordo com uma taxa média de desmatamento predefinida, num período de tempo a ser determinado e num conteúdo definido de toneladas de carbono por bioma ou por tipo de vegetação. A taxa média de desmatamento e as emissões decorrentes do desmatamento, para comparação com a taxa de referência, deverão ser baseadas num sistema de monitoramento do desmatamento que seja transparente, consistente e cientificamente validado, tal como existe no Brasil.

O valor dos recursos aportados pelos países desenvolvidos será distribuído proporcionalmente à redução de emissões conquistada pelos países em desenvolvimento. A diferença registrada com a queda nas emissões de gases de efeito estufa, provenientes do desmatamento, será convertida em incentivo financeiro a receber para os países em desenvolvimento. Em caso de aumento das emissões do desmatamento, a diferença será convertida em valor a descontar de futuros incentivos financeiros.

MATRIZ ELÉTRICA

O MMA, ao lado do Ministério de Minas e Energia (MME), trabalha para aumentar a participação de fontes renováveis na matriz brasileira, que já representa 43,9% da Oferta Interna de Energia (OIE). O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), do MME, estabelece a contratação de 3.300 MW de energias renováveis, com fontes eólica, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. As ações de eficiência energética também receberam destaque nos últimos quatro anos.

O ministério firmou cooperação técnica

com distribuidoras de energia elétrica para substituir refrigeradores domésticos antigos, de alto consumo de eletricidade, por equipamentos novos, mais eficientes, em comunidades de baixa renda. Os refrigeradores antigos, além de ineficientes, usam substâncias como CFCs (clorofluorcarbonos) e HCFCs (clorofluorcarbonos hidrogenados) – potentes gases de efeito estufa que, por também destruir a camada de ozônio, são controlados pelo Protocolo de Montreal. Com isso, a proteção da camada de ozônio alia-se à proteção do sistema climático global em uma única estratégia de ação, ainda mais relevante quando associada à sua contribuição para a redução da pobreza: a redução no valor e na inadimplência das contas de luz.

BIOCOMBUSTÍVEIS

O Brasil é o único país do mundo que possui um programa de biocombustíveis renováveis capaz de funcionar sem subsídios permanentes.

O etanol, em particular, deverá assumir um papel importante na mudança da matriz energética mundial. Somente em 2003, a adição de etanol na gasolina evitou a emissão de 27,5 milhões de toneladas de gás carbônico no Brasil – isso equivale aproximadamente ao total anual de emissões da Noruega.

Além da mistura de 23% do etanol na gasolina, o país convive com os veículos flex-fuel (que funcionam tanto com um quanto com outro combustível). Em 2006, as vendas de flex-fuel ultrapassaram 2 milhões de unidades, segundo dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Em 2003, eram apenas 48,2 mil unidades.

O biodiesel, combustível renovável derivado de óleos vegetais, como girassol, mamona, soja, babaçu e demais oleaginosas, ou de gorduras animais, pode ser usado em substitui-

ção ao óleo diesel convencional (de origem fóssil) em qualquer mistura. Por esse motivo, seu uso tem sido incentivado no país, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Desde 2005, a mistura de 2% do biodiesel é voluntária. Em 2008, passará a ser obrigatória e a adição de 5%, voluntária. A partir de 2013, a meta de 5% será obrigatória.

O ministério atua, principalmente, no controle do ciclo produtivo do álcool e do biodiesel para prevenir e minimizar impactos ambientais que possam ser causados nos processos industriais e nas etapas agrícolas da produção. Para tanto, mantém diálogo com órgãos ambientais dos estados atingidos pela expansão do setor sulcraolcooleiro e do cultivo de oleaginosas (para produção de biodiesel) com a finalidade de fortalecer e harmonizar procedimentos de controle e monitoramento.

MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL)

O MDL, fruto de uma proposta brasileira originalmente voltada para um Fundo de Desenvolvimento Limpo, permite que os países desenvolvidos possam financiar projetos nos países em desenvolvimento como forma de cumprir parte de seus compromissos de redução de emissões, desde que consentido entre as partes. Assim, os países desenvolvidos podem recorrer às Certified Emissions Reductions (Reduções Certificadas de Emissões) de projetos aprovados, como contribuição à conformidade com a parcela de compromisso que lhes compete.

O MDL tem dois objetivos: diminuir o custo global de redução de emissões de gases lançados na atmosfera e que produzem o efeito estufa e, ao mesmo tempo, apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento. Esses ob-

jetivos simultâneos refletem a necessidade de ação coordenada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, que, apesar das posições distintas, dividem o objetivo comum, e global, de reduzir o acúmulo de gases de efeito estufa.

Até fevereiro de 2007, haviam sido submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima 143 projetos de MDL. A maior parte deles refere-se a atividades de geração elétrica e de cogeração com biomassa. Juntos eles contribuem com 24% do total das reduções anuais provenientes de projetos de MDL. Mas são os projetos de aterro sanitário e os de redução de N₂O que terão maior impacto na queda das emissões: suas reduções estimadas representam 61% do total das reduções anuais provenientes de projetos de MDL. Isso representa um total de cerca de 15 milhões de toneladas de carbono equivalente reduzidas anualmente.

O Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking mundial dos países com maior quantidade de redução de emissões. Os 210 projetos brasileiros projetam uma redução na ordem de 195 milhões de toneladas de CO₂, considerando-se apenas o primeiro período de obtenção de créditos (de sete ou dez anos). O Brasil também está em terceiro lugar entre os países com as maiores reduções anuais de emissões de gases de efeito estufa: 26 milhões de toneladas de CO₂, o que corresponde a 8% do total mundial.

No que se refere a medidas de incentivo ao desenvolvimento de projetos de MDL, entre 2003 e 2006, foram apresentados os resultados de 12 estudos de viabilidade para o MDL, fruto de um edital lançado pelo MMA e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente em 2001. Os recursos oferecidos pelo edital tiveram origem na cooperação técnica firmada entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos. Alguns desses projetos conseguiram captar mais recursos e hoje têm continuidade.

Por meio de um convênio de cooperação técnica firmado entre o MMA e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), foi finalizado um diagnóstico sobre o mercado de carbono na área de resíduos sólidos urbanos.

Esse diagnóstico deu origem ao “Estudo do potencial de geração de energia renovável proveniente dos aterros sanitários nas regiões metropolitanas e grandes cidades do Brasil”, cuja finalidade foi difundir a possibilidade de aproveitamento do metano gerado pela decomposição de material orgânico nos aterros, um dos principais causadores do efeito estufa, na geração de energia. Além de reduzir emissões e gerar energia, esse processo também equaciona questões sociais, técnicas, de saúde e outros problemas ambientais causados pela disposição inadequada dos resíduos. Ele ainda permite gerar Reduções Certificadas de Emissões, a partir de projetos de MDL, e auxiliar na obtenção de financiamentos para a recuperação de lixões.

A partir desse trabalho, o MMA e o Ministério das Cidades lançaram um edital para selecionar municípios a serem contemplados com estudos de viabilidade de projetos de MDL, baseados na redução de emissões de metano em aterros de resíduos sólidos. Foram escolhidos 30 municípios, entre os 200 mais populosos. Os recursos para essa iniciativa tiveram origem no acordo de cooperação firmado entre o Brasil e o Japão, por meio do Policy and Human Resources Development Fund e com a intermediação do Banco Mundial. O edital não prevê repasse de recursos para os municípios, mas o apoio à elaboração de estudos de viabilidade.

Ainda na área de MDL, o governo brasileiro firmou parcerias com Espanha, Holanda, Canadá e Itália para criar um foro de consultas políticas bilaterais regulares para permitir que todas as partes alcancem seus objetivos de redução de gases de efeito estufa.

COMUNICAÇÃO NACIONAL

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima prevê que todos os países signatários preparem relatórios sobre suas ações no combate às mudanças climáticas. Esse relatório chama-se Comunicação Nacional. Em 2004, o Brasil apresentou o relatório com o inventário das emissões e absorções de gases de efeito estufa causadas por atividades humanas. Elaborada pelo MCT, a Comunicação Nacional demonstrou as emissões dos setores de energia, indústria, uso da terra, tratamento de resíduos e desmatamento. Nesse documento, o Brasil também apresentou as medidas adotadas para reduzir suas emissões, mencionando o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a Redução dos Índices de Desmatamento na Amazônia, instituído em 2003.

RELAÇÕES COM A SOCIEDADE

Entre 2003 e 2006, o MMA deu especial atenção às ações de divulgação e ampliação do conhecimento sobre mudanças do clima e aquecimento global. Participou ativamente do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que reúne representantes dos ministérios, de governos estaduais e sociedade, além de apoiar a secretaria-executiva da entidade.

Manteve amplo diálogo com universidades e instituições de pesquisa. O convênio firmado em 2001 com a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe/UFRJ), que permitiu a criação do Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente de Mudanças Climáticas (Centro Clima) em 2001, teve continuidade. Em 2003, o Centro Clima estabeleceu os critérios e indicadores nacionais de elegibilidade para a avaliação de projetos de redução de gases de efeito estufa, que serviram de base para a elaboração do Anexo III da Resolução nº 01 da

Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Inúmeros debates, seminários e cursos de capacitação também foram promovidos a partir dessa parceria.

Ao lado da Coppe, o MMA criou o Centro de Economia Energética e Ambiental (Cenergia), cuja função é disseminar informações do setor energético e ambiental do país, por meio de estudos, publicações, livros e artigos. O Cenergia também dá apoio técnico ao MMA em fóruns internacionais sobre o tema e na discussão do novo modelo do setor elétrico do país.

Todas as ações do ministério têm sido fortalecidas pelo GT de Mudança do Clima. Instituído em 2004, o GT reúne representantes da sociedade, especialistas, universidades e ONGs, facilita o diálogo com a comunidade e amplia os debates sobre o tema.

ADAPTAÇÃO AOS EFEITOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA

O MMA desenvolveu, entre 2004 e 2006, oito projetos de pesquisa, cujo tema foi "Mudanças Climáticas e seus Efeitos sobre a Biodiversidade Brasileira". Eles abordaram a vulnerabilidade de determinadas regiões do país e medidas de adaptação à mudança do clima. Traçaram um perfil da evolução do clima no Brasil e projetaram possíveis cenários para os próximos 100 anos (de 2010 a 2100). Também sugeriram efeitos da elevação do nível do mar e apresentaram indicadores para aferir as mudanças climáticas com mais precisão.

O objetivo foi consolidar uma cultura de prospecção permanente do conhecimento científico que sirva de subsídio para a elaboração de políticas públicas direcionadas ao aquecimento global e seus múltiplos efeitos. Essas pesquisas foram realizadas por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio/MMA) e envolveram mais de uma

dezena de instituições de pesquisa.

No plano internacional, o Governo Federal firmou um acordo com o Reino Unido e criou um GT para viabilizar a colaboração científica entre os países, a transferência de tecnologia de baixa emissão de carbono (incluindo biocombustíveis), a discussão dos aspectos econômicos relacionados à mudança do clima e medidas de adaptação (que envolvam a elaboração de estudos de vulnerabilidades regionais combinados com o desenvolvimento de modelos climáticos de alta resolução).

PROTEÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO

O Brasil, como signatário do Protocolo de Montreal, comprometeu-se a eliminar o consumo das substâncias destruidoras da camada de ozônio, entre elas os clorofluorcarbonos (CFCs) e o brometo de metila.

O Plano Nacional de Eliminação de CFCs, aprovado pelo Comitê Executivo do Fundo Multilateral em julho de 2002, com orçamento de U\$ 26,7 milhões, prevê a redução gradativa do consumo de CFCs no país entre 2002 e 2010. Isso significa que o Brasil eliminará, até 2010, o consumo de todos os CFCs controlados pelo protocolo nos setores de aerossóis, esterilizantes, espumas, refrigeração doméstica e comercial e ar condicionado.

Com a Resolução do Conama nº 267, de 2000, o Brasil antecipou-se aos prazos estabelecidos no âmbito do Protocolo de Montreal e proibiu a importação dos CFCs a partir de 01 de janeiro de 2007, exceto a destinada a usos essenciais regulamentados pelo protocolo. Vale destacar que o país não produz CFCs desde 1999. Com a execução do plano, o Brasil reduziu significativamente o consumo dessas substâncias: de 10.000 toneladas, em 1995, para cerca de 1.000 toneladas, em 2005. O fato de o Brasil ter eliminado os CFCs em 2007 e não em 2010, como previa a meta, significou a redução das emissões

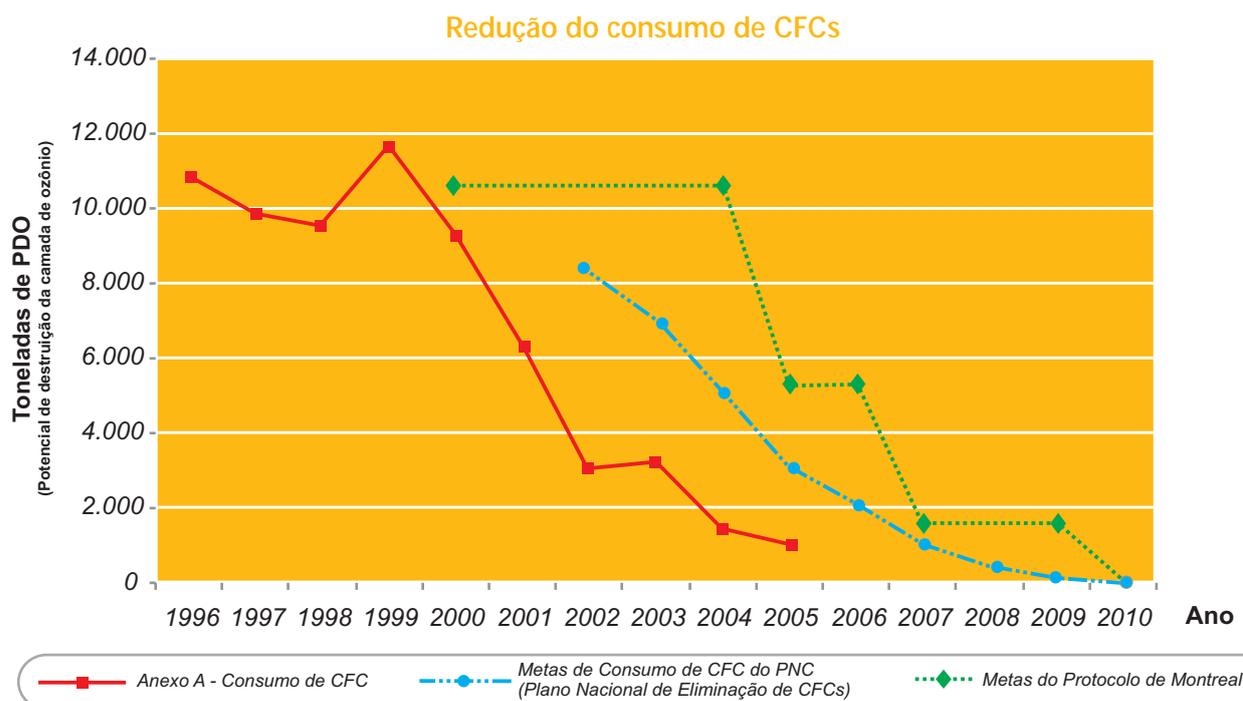
equivalente a aproximadamente 43 mil toneladas da substância na atmosfera, com efeitos benéficos tanto para a proteção da camada de ozônio quanto para a mitigação do aquecimento global.

Ao lado do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o ministério treinou mais de sete mil refrigeristas em Boas Práticas de Refrigeração para evitar o vazamento de CFC na atmosfera. Com o PNUD, distribuiu 335 máquinas recicladoras de CFC para o setor de ar condicionado automotivo, implantou uma Central de Regeneração de CFC no estado de São Paulo e distribuiu 562 máquinas recolhedoras de CFC. A previsão é de que aproximadamente mais 1.500 sejam distribuídas em 2007 – ano em que o MMA intensificará o controle sobre a importação dessas substâncias, com o apoio do Cadastro Técnico Federal do Ibama e da Receita Federal.

O Brasil se comprometeu a reduzir em 20% o consumo de brometo de metila em 2005 (em relação à média consumida entre 1995 e 1998). Deverá eliminar completamente a

substância até 2015. Com a Instrução Normativa Conjunta nº 1/2002, do Ministério da Agricultura, Ibama e Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o país eliminou, em janeiro de 2007, por completo, o uso do brometo de metila como agrotóxico na cultura do fumo e nas sementeiras de hortaliças e flores. A substância ainda é usada somente no tratamento quarentenário e fitossanitário (desinfecção de produtos importados).

No processo de substituição do brometo de metila como agrotóxico, o MMA, o Ministério da Agricultura e a Unido (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), que atua como agência implementadora da iniciativa, distribuíram caldeiras e coletores solares para o tratamento do solo – inofensivos para a camada de ozônio. Esse trabalho é inédito e a experiência tem inspirado outros países a fazerem o mesmo. Estão sendo treinados em manejo integrado de pragas 475 agricultores, distribuídos em 27 caldeiras e injetores de vapor para associações de agricultores e 1.000 coletores solares para tratamento de solo e substrato com tecnologia alternativa ao brometo de metila.



COMBATE À POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

O MMA está trabalhando no Inventário Nacional de Emissões de Poluentes Atmosféricos, de acordo com o tipo de fonte: móveis (veículos), fixas (indústrias e produção de energia) e agrossilvopastoris (queimadas). O ministério também capacita tecnicamente órgãos estaduais de meio ambiente, acompanha estudos para elaboração e avaliação de políticas públicas de controle da qualidade do ar e participa de forma cooperativa em GTs relacionados ao tema. O Inventário de Fontes Móveis (veiculares) está sendo finalizado no âmbito do acordo de cooperação técnica entre o MMA e a Fundação Hewlett, pela empresa de consultoria Environmentality S/A. Os outros dois ainda estão na fase inicial.

O ministério fez várias parcerias para realização de cursos e estudos sobre o controle da poluição. O Curso de Gerenciamento da Qualidade do Ar, que capacitou 55 técnicos de Oemas e contou com a participação de técnicos de 25 estados, em 2006, é um exemplo. O MMA firmou convênios de cooperação técnica com Goiás e o município de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, acompanhou o Programa Vigiar, do Ministério da Saúde, e participou das discussões do Conama sobre o assunto, especialmente dos GTs de Fontes Fixas e Diesel Metropolitano. Além disso, integrou o Conselho Nacional de Trânsito, influenciando os debates sobre os aspectos ambientais da Política Nacional de Trânsito.

O MMA ainda integrou o Grupo *ad hoc* de Qualidade do Ar, no âmbito da Reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul. O grupo é responsável pela elaboração de uma proposta de estratégia para a melhoria da qualidade do ar dos países integrantes do Mercosul e busca harmonizar as legislações dos estados-membros sobre esse assunto. Em 2006, o Brasil assumiu a presidência *pro tempore*, deu início a estudos comparativos e apresentou uma

nova proposta de protocolo adicional.

Em 2005, o MMA, em cooperação com a Fundação Hewlett, deu início a estudos técnico-científicos para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas de melhoria da qualidade do ar. Dois deles estão em andamento. Um é intitulado "Efeitos Ambientais, de Saúde e Socioeconômicos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve)" e está sendo realizado em seis regiões metropolitanas brasileiras. Outro aborda os efeitos da poluição gerada pelas queimadas em canaviais na saúde humana e na economia. A execução dos dois estudos está a cargo do Laboratório de Poluição Atmosférica Experimental da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), coordenador do projeto, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da empresa de consultoria Environmentality.

RESULTADOS DO PROCONVE

O Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) foi instituído pela Resolução do Conama nº 18, de 1986, e reduziu, em média, 94% das emissões de veículos leves nas grandes cidades nos últimos vinte anos. Reduziu também os gastos com saúde pública. Estudos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo indicam que o Proconve evitou 14.495 mortes em decorrência da poluição (doenças cardiovasculares, pulmonares crônicas e câncer do pulmão) na região metropolitana da capital paulista, entre 1996 e 2005.

Para avaliar os benefícios do Proconve, divulgar os resultados e elaborar novas propostas de aperfeiçoamento, o MMA lançou, em 2006, dois estudos, em parceria com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (Coppetec) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio



Ambiente (Feema): “Avaliação do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores” e “Avaliação do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Rio de Janeiro”. Também lançou o caderno institucional “Proconve - 20 anos respirando um ar melhor”, com o histórico e o resumo das ações já executadas pelo programa.

O MMA realizou, em 2006, evento comemorativo aos 20 anos do programa, com a entrega de condecorações aos principais colaboradores da iniciativa durante esse período.

PREVENÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS COM PRODUTOS QUÍMICOS

Em 2004, foi lançado o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2). Criado por meio de um decreto presidencial, o plano definiu uma estratégia para combater os acidentes provocados por produtos químicos. A implementação do P2R2 exige a articulação de diversos setores dos governos federal, estaduais e municipais, do setor privado e da sociedade

civil no mapeamento das áreas de risco e definição dos roteiros para elaboração de planos de ação de emergência (PAEs) para o país e para os estados. O P2R2 também previu um programa de capacitação de agentes de controle e fiscalização para o atendimento de emergências químicas. Essa é uma iniciativa inédita.

O MMA firmou seis convênios com os órgãos estaduais de meio ambiente de São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Acre, Ceará e Rio Grande do Sul para implementação do P2R2. Paraná e Pernambuco estão finalizando suas propostas de projeto e devem enviá-las ao ministério em 2007.

Nos últimos quatro anos, o MMA honrou com compromissos assumidos nas convenções internacionais que tratam de produtos químicos e que foram ratificadas pelo Brasil – Convenção de Basiléia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito; Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos; e a Convenção de Estocolmo sobre

Poluentes Orgânicos Persistentes.

No âmbito da Convenção da Basiléia, avançaram as discussões sobre manuais e guias relativos ao desmanche e ao abandono de navios, ao destino final dos telefones celulares, aos resíduos eletroeletrônicos e aos resíduos de poluentes orgânicos.

O ministério firmou convênio com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb) para implantação de um laboratório de análise de dioxinas e furanos. A parceria favoreceu a realização de um seminário de capacitação sobre a destruição ambientalmente saudável de poluentes orgânicos persistentes e a geração de dioxinas e furanos.

Com isso, o Brasil segue atuando de acordo com os princípios da Convenção de Estocolmo, ou Convenção POPs (poluentes orgânicos), ratificada em 2004. Para viabilizar sua implementação, o ministério buscou recursos em fundos internacionais, principalmente no GEF. Três projetos foram aprovados, orçados em US\$ 3,9 milhões, e outros estão em avaliação. Todos têm a finalidade de promover maior proteção ao meio ambiente e à saúde humana frente aos riscos químicos. O texto da Convenção POPs foi distribuído pelo ministério em reuniões sobre o tema realizadas em todo o país e encaminhado aos países participantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O MMA promoveu um seminário internacional que ajudou a divulgar e ampliar a discussão a respeito da implementação da Convenção de Roterdã, também ratificada em 2004. O MMA, em parceria com a Comissão Nacional de Segurança Química (Conasq), também lançou o Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas – o primeiro trabalho a apresentar um diagnóstico da situação brasileira em relação ao assunto. Trata-se de um documento básico, orientador de decisões sobre medidas corretivas e pre-

ventivas necessárias à redução dos níveis de riscos dessas substâncias ao meio ambiente e à saúde humana. Com esse perfil, o Brasil atende também a uma recomendação feita no Fórum Intergovernamental de Segurança Química (FISQ), onde é representado pelo MMA.

O ministério atuou na elaboração, em 2006, da proposta de plano de ação para a implementação da Abordagem Estratégica para o Manejo Internacional de Químicos (SAICM), no âmbito do Subgrupo de Trabalho nº 6 (SGT 6) do Mercosul. A proposta foi apresentada ao PNUMA na busca de recursos para execução de atividades regionais. Com ela, a discussão sobre o tema no Mercosul passou a ter um referencial comum a todos os países.

No âmbito das atividades do Comitê Técnico de Agrotóxicos (CTA), foram elaboradas, em parceria com o Ibama e os ministérios da Saúde e da Agricultura, normas técnicas sobre agrotóxicos. Entre elas, destacam-se as instruções normativas de Registro Especial Temporário (2005), de produtos bioquímicos (2005), de produtos semioquímicos (2006), de agentes biológicos de controle (2006) e de produtos microbiológicos (2006). Elas abordam aspectos técnicos específicos do processo de registro de agrotóxicos.

É importante destacar também as publicações do Decreto nº 5.548, de 22 de setembro de 2005, que trata do registro de componentes de formulação de agrotóxicos e de rótulos e bulas, e do Decreto nº 5.981, de 6 de dezembro de 2006, que institui o registro de produtos técnicos equivalentes e de produtos formulados com base em produtos técnicos equivalentes.

Sobre o gerenciamento de mercúrio, o ministério elaborou o Plano de Ação Regional para Prevenção e Controle da Contaminação por Mercúrio nos Ecossistemas Amazônicos, com o apoio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Embaixada dos Estados Unidos.

PROPOSTA PARA A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Ao lado de outros ministérios, o MMA sistematizou a proposta de projeto de lei para criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A proposta considerou documentos, como a Proposição nº 259/99, aprovada pelo Conama, e contribuições feitas durante um seminário promovido pelo mesmo conselho. O documento foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República. Além de instituir o planejamento como um dos alicerces para prestação de serviços de manejo de

resíduos sólidos, a política deverá instituir a logística reversa como instrumento de desenvolvimento ambiental, social e econômico.

Ainda na área de resíduos, o MMA e o Ministério das Cidades desenvolveram o Projeto para Aplicação do MDL na Redução de Emissões em Aterros de Resíduos Sólidos, financiado pelo Banco Mundial (ver texto sobre MDL, na pág. 77).

RESÍDUOS PERIGOSOS

O Conama aprovou uma resolução que trata da gestão dos resíduos dos serviços de saúde

Resolução do Conama sobre pneus

A Resolução do Conama nº 258, de 1999, definiu um cronograma de coleta e destinação de pneus inservíveis, com metas progressivas a partir de 2002. Segundo essa resolução, a cada quatro novos pneus fabricados ou importados deve-se dar destino correto a um inservível. Em janeiro de 2005, a meta passou a ser a coleta de cinco pneus inservíveis para cada quatro pneus novos fabricados ou importados.

O não cumprimento dessas metas, nos últimos dois anos, levou o Ibama a multar, em cerca de R\$ 54 milhões, fabricantes, comerciantes e importadores de pneus. Desse to-

tal, aproximadamente R\$ 20 milhões foram aplicados somente aos fabricantes e importadores de pneus novos. Foram identificadas aproximadamente 20 empresas que importam pneus usados para processá-los no Brasil e que não cumprem a Resolução nº 258/99.

Além disso, o Ibama identificou um grupo de empresas que vendia os pneus usados, chamados "meia-vida", diretamente ao consumidor, descumprindo até mesmo as liminares obtidas na Justiça. Foram aplicadas multas em mais de 15 empresas, no valor aproximado de R\$ 24 milhões.



e está revisando as resoluções sobre a destinação de pneus inservíveis e pilhas e baterias usadas. O Brasil tem tomado medidas internas para garantir a proibição da importação dos pneus usados. Paralelamente, o governo brasileiro defende na OMC as restrições à importação de pneus reformados, questionadas pela União Européia. O MMA atua ativamente na defesa do país nessa disputa. Na abertura do painel, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, numa iniciativa inédita, explicou as razões brasileiras em proibir a importação de pneus reformados. A defesa do Brasil está baseada em aspectos ambientais e de saúde pública.

APOIO À GESTÃO AMBIENTAL URBANA

O MMA, o Ministério das Cidades e os programas das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat) e para o Meio Ambiente (PNUMA) uniram-se para realizar o projeto "Apoio à Gestão Ambiental Urbana".

A iniciativa prevê a integração metodológica de três instrumentos de planejamento urbano ambientais: o relatório GEO Cidades, a Avaliação de Vulnerabilidade Ambiental e os planos de diretores participativos. O objetivo é fortalecer os municípios para avaliar e implantar o planejamento ambiental urbano integrado. O projeto também influencia nos processos de adoção e implementação dos planos diretores municipais e nos mecanismos nacionais de apoio técnico aos processos locais. Além disso, enfatiza a inserção de conceitos ambientais nos planos diretores municipais, gerados a partir da Avaliação da Vulnerabilidade Ambiental, que apresenta o diagnóstico, a caracterização física e ambiental do município, bem como a análise das áreas vulneráveis, dos seus conflitos e potencialidades de uso.

Na etapa-piloto, o projeto está sendo aplicado em quatro municípios brasileiros: Beberibe (CE), Piranhas (AL), Marabá (PA) e Ponta

Porã (MS). Os dois últimos já incluíram as diretrizes apontadas pelos estudos ambientais em seus planos diretores.

MONITORAMENTO DA RESOLUÇÃO SOBRE DISPOSIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES USADOS

A Resolução do Conama nº 362, de 2005, que trata da disposição adequada de óleos lubrificantes usados e/ou contaminados, determina que o MMA deve coordenar o grupo responsável por monitorar a sua aplicação. O ministério deve, ainda, apresentar ao Conama, a cada início de ano, o percentual mínimo de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado com as justificativas num relatório atualizado.

Entre 2005 e 2006, esse grupo se reuniu cinco vezes. Ele é composto por representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP), de produtores e importadores de petróleo, de coletores, dos rerrefinadores, de entidades dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e de ONGs ambientalistas. No final de 2006, o ministério realizou um seminário, com participação de 120 pessoas, para uniformizar os entendimentos sobre a resolução.

Isso permitiu que o MMA conhecesse melhor o setor e o papel de cada um dos agentes envolvidos, com dados estatísticos, informações sobre fiscalização e licenciamento e o funcionamento do mercado de óleo lubrificante.

GESTÃO AMBIENTAL INFLUENCIA ATIVIDADES PORTUÁRIAS E MARÍTIMAS

Entre 2003 e 2006, foi consolidado um conjunto de medidas e projetos que inserem mecanismos de gestão ambiental nas atividades de planejamento urbano, portuárias e marítimas. O Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho (Gercom)

coordenou e concluiu o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Revizee), um vasto estudo sobre os estoques marinhos e uma ampla avaliação do potencial da pesca em águas brasileiras. Por meio do Projeto Orla, publicou material de apoio para orientar gestores locais e estaduais nas formas de se compartilhar responsabilidades no gerenciamento do uso e ocupação do litoral brasileiro, especialmente em áreas sob domínio da União.

Em parceria com outras instituições públicas e privadas, o ministério desenvolveu as especificações e normas técnicas para a elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo (Cartas SAO) e lançou o Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo das Bacias do Ceará e Potiguar. Os trabalhos são instrumentos voltados ao planejamento de contingência e, no caso de acidentes com poluição por óleo, à avaliação de danos e combate ao derramamento.

O MMA representou o Brasil nas negociações para aprovação do texto da Convenção Internacional sobre Controle e Gestão de Água de Lastro e Sedimentos de Navios. Apoiou também a elaboração das Agendas Ambientais Portuárias Locais e a implementação do curso "Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil", atendendo a uma demanda dos gestores portuários, de terminais, operadores privados, órgãos ambientais e de controle estadual e municipal.

Em 2006, o ministério apoiou a elaboração da Agenda Ambiental Portuária do município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. O apoio às agendas portuárias locais tem a finalidade de ampliar a articulação do setor portuário, dos órgãos de meio ambiente das três esferas de governo e da sociedade civil para a consolidação de práticas de gestão ambiental. O MMA ainda implementou o Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária em cinco portos do país.

GESTÃO DE CONFLITOS RELACIONADOS À MINERAÇÃO (GESCOM)

É uma iniciativa que conjuga o mapeamento do passivo da mineração com o acesso democrático à informação, o fortalecimento da gestão participativa e a difusão de tecnologias ambientais. Com isso, o MMA estimula a criação de novos modelos de desenvolvimento sustentável em regiões onde a mineração se destaca como atividade produtiva. O Gescom prioriza a gestão de conflitos relacionados à mineração e que envolvem comunidades e Poder Público, o ambiente natural, o patrimônio cultural e as populações tradicionais. O Gescom beneficia 44 municípios, em cinco pólos da Bacia do Rio São Francisco, não só com a administração de conflitos e o mapeamento do passivo socioambiental, mas com a implementação de projetos de uso de resíduos minerais e de recuperação de microbacias.



TAL Ambiental

O Brasil contratou um empréstimo, junto ao Banco Mundial, para a realização da Reforma Programática em Sustentabilidade Ambiental, no valor de US\$ 1,2 bilhão. O primeiro dos três contratos previstos, no valor de US\$ 505,2 milhões, foi assinado em novembro de 2004 pelo governo e o Banco Mundial e já foi internalizado junto ao Tesouro Nacional.

O contrato sustenta-se no reconhecimento de avanços já realizados na política ambiental do Brasil. Dentre esses avanços, destaca-se o forte enfoque da estratégia do governo de incluir os temas ambientais nas políticas e programas setoriais.

O Projeto de Assistência Técnica para Apoio à Agenda da Sustentabilidade Ambiental (TAL

Ambiental), associado ao Empréstimo Programático para Sustentabilidade Ambiental (SAL Ambiental), contribui para os objetivos da agenda de sustentabilidade ambiental do governo brasileiro.

O TAL Ambiental, como um dos elementos da estratégia de política ambiental integrada, conta com a participação de sete ministérios. Além do MMA, participam os ministérios das Cidades, Integração Nacional, Minas e Energia, Turismo, Fazenda e Desenvolvimento Agrário. Representantes da sociedade civil também participam de suas instâncias de gestão.

O TAL Ambiental teve início no primeiro semestre de 2006, mediante contrato de empréstimo com o Banco Mundial no valor de US\$ 7,9 milhões. É coordenado pelo MMA e tem os recursos voltados para assistência técnica, envolvendo a realização de estudos, diagnósticos, análises e capacitações necessárias à consolidação e ao avanço de programas nos sete ministérios.

Os componentes do projeto são:

- Fortalecimento do Sistema de Gerenciamento Ambiental, que divide claramente os papéis e responsabilidades entre os três níveis de governo quanto à gestão ambiental, incluindo o licenciamento, o fortalecimento da capacidade institucional do MMA e do Ibama e o apoio à definição de indicadores ambientais.
- Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, que contempla a definição de programas específicos para os biomas Mata Atlântica e Cerrado. Inclui, também, a elaboração de uma proposta para a melhoria da Taxa de Reposição Florestal e reuniões públicas de esclarecimentos sobre o Projeto de Lei das Florestas Públicas.
- Gestão de Riscos Ambientais com Substâncias Químicas Perigosas, que propõe o inventário de fontes de poluição e de áreas de risco, a definição de estratégias para a implementação do Registro Nacional de Emissões e Transferência de Contaminantes, bem como a elaboração de estudos e consultas públicas destinados à construção de um plano nacional para prevenir a ocorrência de acidentes com produtos químicos perigosos.
- Gestão de Recursos Hídricos, cujo objetivo é auxiliar na elaboração, lançamento e detalhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, assim como na definição de diretrizes gerais para a implementação de procedimentos de outorga e cobrança pelo uso da água.
- Inserção da sustentabilidade ambiental em pautas específicas dos sete ministérios, com a finalidade de facilitar a elaboração de estudos, assistência técnica e processos de consulta pública para questões como:
 - ações pela revitalização da bacia do São Francisco, detalhamento do ZEE para a área de influência da rodovia BR-163 e subsídios para a elaboração da versão final do PAS. Tais pautas envolvem trabalhos conjuntos com o Ministério da Integração Nacional;
 - melhorias no processo de certificação do Prodes e desenvolvimento de uma metodologia para elaborar planos diretores municipais, levando em conta critérios de sustentabilidade ambiental. Esses temas são desenvolvidos com o Ministério das Cidades;
 - identificação de instrumentos financeiros e fiscais para a promoção da sustentabilidade ambiental, empreendida com o Ministério da Fazenda;
 - desenvolvimento e validação de uma metodologia de avaliação ambiental estratégica para o setor hidrelétrico e o desenvolvimento de estudos sobre eficiência energética, pauta desenvolvida em conjunto com o Ministério de Minas e Energia;
 - definição de procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental de assentamentos de reforma agrária, desenvolvida com o Ministério do Desenvolvimento Agrário;
 - elaboração de um sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) para o Plano Nacional de Turismo, com ênfase na sustentabilidade ambiental e vistas à formulação da Agenda Ambiental do Turismo.



Novas regras para o licenciamento ambiental

Entre 2003 e 2006, a média de licenciamentos ambientais, emitidos no âmbito federal, cresceu de 145 empreendimentos por ano para 220. Esse é o reflexo de várias medidas adotadas numa área considerada prioritária pelo MMA. A criação de uma dire-

toria específica para o licenciamento no Ibama é exemplo disso. Ela funciona com três coordenações-gerais: de petróleo e gás, de energia e transporte e de mineração e obras civis. A equipe técnica do instituto responsável por essa área recebeu reforços. Eram seis servidores públicos efetivos e 68 contratados temporariamente. Hoje são 120 efetivos, ou seja, 120 analistas ambientais concursados, num universo de 136 funcionários. A expectativa é de que esse número aumente ainda mais no primeiro semestre de 2007, com a chamada de outros 300 concursados para o instituto.

Licenças Concedidas	2003	2004	2005	2006
Licença Prévia	28	47	47	45
Licença de Instalação	37	76	77	142
Licença de Operação	80	99	113	91
Total	145	222	237	278

Ainda para agilizar obras consideradas fundamentais para o crescimento do país, sem prejuízos para o meio ambiente, o MMA e o Ibama instituíram normas e procedimentos que deram mais transparência e eficiência ao processo. Isso resultou na redução de casos de licenciamento paralisados pela Justiça.

A Instrução Normativa nº 65 do Ibama estabeleceu, pela primeira vez, os procedimentos necessários para a solicitação, análise e emissão de licenças ambientais para usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas. A partir disso, foi possível disponibilizar na internet todas as informações relativas aos licenciamentos de competência do Ibama, por meio do Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental (Sislic). Os estudos ambientais, relatórios de impacto ambiental, pareceres técnicos e editais de convocação de audiências públicas também já estão na internet. Foi construído também o Portal do Licenciamento, que permite o acesso às informações sobre processos conduzidos pelos órgãos ambientais dos 26 estados e do Distrito Federal. Tudo isso para garantir participação e controle social no processo – uma das diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

Essa diretriz ainda orientou a realização de diversos fóruns de discussão sobre o licenciamento. Em abril de 2004, o seminário “Rumos do Licenciamento Ambiental” ampliou os debates sobre o assunto. Participaram representantes das associações Brasileira de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), do Ibama e de setores da sociedade. O resultado se traduziu nos compromissos de fortalecer e aperfeiçoar o licenciamento ambiental como instrumento de gestão para o desenvolvimento sustentável, e de construir uma agenda transversal para que as políticas públicas setoriais incorporem os temas relativos ao meio ambiente.

Em julho de 2004, o seminário “Licenciamento, Proteção Ambiental e Desenvolvimento” ampliou ainda mais a discussão. Desta vez, também participaram instituições responsáveis pelo planejamento setorial, poderes Legislativo e Judiciário, ministérios públicos federal e estaduais, setor empresarial e imprensa. Em agosto de 2006, o debate teve continuidade com o seminário “Licenciamento Ambiental: da Avaliação de Impacto Ambiental à Avaliação Ambiental Estratégica”, promovido pelo Conama. O objetivo do evento era consolidar o licenciamento como instrumento de gestão ambiental, a partir da análise antecipada e integrada de políticas, planos e programas que afetam o meio ambiente.

O Seminário Latino-Americano de Avaliação Ambiental Estratégica, com a participação de treze países sul-americanos e do Caribe, e o Diálogo Técnico sobre Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) foram realizados pelo MMA para capacitar funcionários públicos a respeito do processo. A partir desses dois eventos, foi criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação dos grandes projetos de infra-estrutura no âmbito do PPA, que usa conceitos de Avaliação Ambiental Estratégica e é composta pelos ministérios do Planejamento, Fazenda e Meio Ambiente e pela Casa Civil.

Foram realizados, ainda, os seminários sobre sistemas de tratamento de esgotos e sobre a disposição final de resíduos sólidos urbanos. Esses eventos permitiram que o MMA qualificasse o diálogo com os demais integrantes do Sisnama para fortalecer o sistema de licenciamento e harmonizar os procedimentos. O mesmo aconteceu com o “Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária”, que discutiu formas de disciplinar o uso e exploração dos recursos naturais e garantir a proteção do meio ambiente de forma sustentável. Esses seminários indicaram a necessidade de revisão de algumas normas de licenciamento

de empreendimentos e atividades, que foram avaliadas e aprovadas pelo Conama (ver capítulo II).

O ministério ainda desenvolveu cursos de capacitação para aproximadamente 1.500 técnicos de todo o país. Além disso, elaborou e publicou manuais e estudos para esclarecer a sociedade, o setor público e o setor privado a respeito de temas importantes ao licenciamento.

A Avaliação Ambiental Integrada de Bacias (AAIB) é mais um instrumento de gestão ambiental que está articulado com o licenciamento. Ela inclui a dimensão ambiental no processo de planejamento energético. Também avalia as bacias hidrográficas a partir de suas potencialidades e restrições para implantação de aproveitamentos hidrelétricos e considera os aspectos socioambientais e os diferentes usos das bacias. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, está realizando a AAIB nas nove principais bacias do país. O resultado desse trabalho será utilizado no reinventário, já em curso, de bacias prioritárias.

IBAMA LICENCIOU 21 HIDRELÉTRICAS

Em quatro anos, o Ibama concedeu licença para 21 hidrelétricas, o que representa mais de 4.690 MW. Dessas, 18 receberam licença para início das obras (LI), sendo que oito já estão em operação (LO), e três receberam a licença prévia (LP). Com a licença prévia, os empreendimentos estão aptos a participar dos leilões de energia. Além das hidrelétricas, o Ibama concedeu licença para três termelétricas nesse período, capazes de produzir 744 MW.

O licenciamento ambiental feito pelo Ibama permitiu a auto-suficiência brasileira no setor de petróleo. Há quase quatro anos, a produção de petróleo no país era de aproximadamente 1.300.000 barris por dia. O Ibama licenciou projetos nessa área que permiti-

ram o aumento de produção para 1.910.000 barris de petróleo por dia. Em 2006, o Ibama autorizou a perfuração de 220 poços de petróleo. Desse total, 131 referem-se ao Termo de Ajuste de Conduta da Bacia de Campos, 56 ao Termo de Ajuste de Conduta da Bacia do Espírito Santo, além de 33 referentes a onze licenças emitidas pelo Ibama.

O Ibama concedeu LP para 4.074 km de gasodutos. Desse total, 2.772 km receberam licença para o início das obras. O restante está em fase de análise ou aguardando a solicitação, do empreendedor, de licença para a construção.

TRABALHO INTEGRADO COM OUTROS MINISTÉRIOS E COM A SOCIEDADE

Para atingir esses resultados, o MMA trabalha em conjunto com os responsáveis pelo planejamento dos setores estratégicos para o desenvolvimento, como os ministérios de Minas e Energia (MME), dos Transportes, da Integração Nacional e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

Exemplo desse trabalho é o Programa Nacional de Regularização Ambiental de Rodovias Federais. Resultado de parceria do MMA com o Ministério dos Transportes, o programa adapta a malha rodoviária federal já pavimentada e suas necessidades de conservação, restauração e melhorias às normas ambientais.

Ao lado do Ibama e de órgãos estaduais que trabalham com diretrizes ambientais para as licitações do setor petrolífero, o MMA subsidia a Agência Nacional de Petróleo (ANP) na definição dos blocos de petróleo que serão licitados. Os blocos com restrições ambientais relevantes são eliminados do processo de licitação. Essas orientações servem para alertar os investidores quanto às questões ambientais que poderão ser enfrentadas.

Numa parceria com vários setores do go-

verno, foi aprovada a exigência de avaliação prévia dos impactos socioambientais (LP) dos projetos de concessão de aproveitamentos hidrelétricos no Novo Modelo do Setor Elétrico. A medida resultou na superação dos impasses que acarretavam embargos e ônus para o setor público e privado.

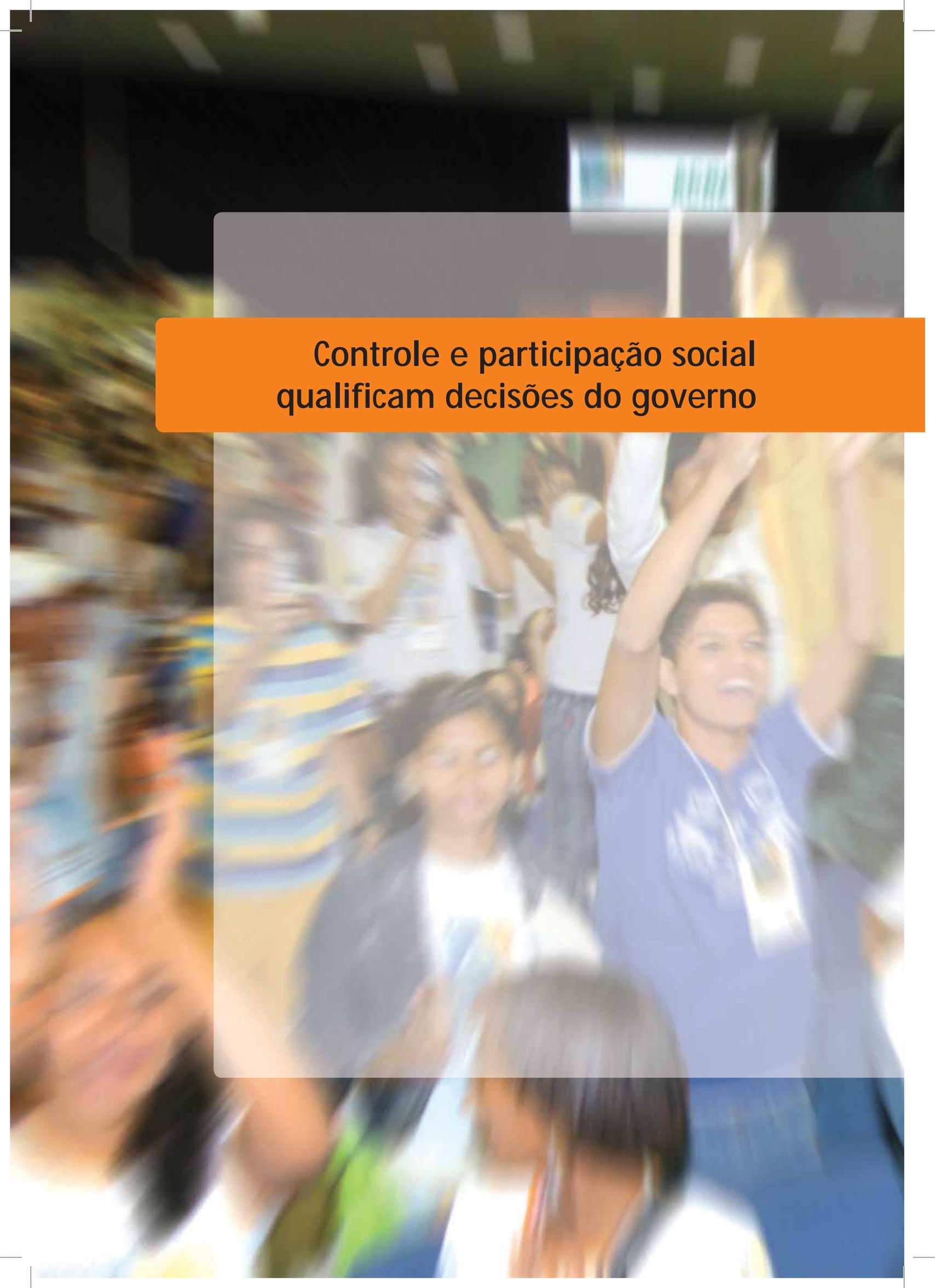
A regularização do licenciamento ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária, promovidos pelo Incra, por meio do Termo de Ajustamento de Conduta firmado em outubro de 2003 pelo MDA e MMA perante o Ministério Público Federal, resultou em 474 processos de solicitação de LI e LO e 1.086 processos de solicitação de LP.

Com o Ministério da Saúde, o MMA desenvolveu uma agenda para o licenciamen-

to ambiental de empreendimentos em áreas de risco para a ocorrência de malária. Com a Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o MME, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR) e o Ministério Público Federal, o MMA discutiu as questões de direitos humanos na construção de barragens.

O ministério também manteve constante diálogo com representantes da sociedade, como o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente (FBOMS). Com eles, debateu aspectos gerais do licenciamento ambiental para as grandes áreas da infra-estrutura: energia, transportes, saneamento e mineração.





**Controle e participação social
qualificam decisões do governo**



PROPOSTAS, RESOLUÇÕES, deliberações, sugestões, críticas, recomendações. Foi por meio delas que a sociedade se fez ouvir nos últimos quatro anos. Ao colocar em prática a segunda diretriz da política ambiental – a do controle e da participação social –, o MMA fortaleceu conselhos e comissões e criou novos espaços para garantir o envolvimento efetivo da sociedade nas decisões políticas.

Os desejos dos ambientalistas, dos povos e comunidades tradicionais, dos empresários, dos trabalhadores, dos agricultores familiares, dos acadêmicos e outros tantos segmentos sociais foram traduzidos em ações, projetos, programas e planos. Os exemplos são vários. Foi para atender a reivindicações da sociedade que o governo lançou o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia e o Plano Nacional de Educação Ambiental.

Neste capítulo, o relatório lista e detalha, num primeiro momento, os espaços institucionais de participação popular do MMA, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a Conferência Nacional do Meio Ambiente. Em seguida, faz um relato sobre as novas instâncias de participação social, criadas a partir de programas e projetos desenvolvidos pelo ministério.





Conama é revigorado

A Política Ambiental Integrada fortaleceu o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nos últimos quatro anos. O conselho é formado por 106 representantes dos governos federal, estaduais e municipais, do setor empresarial e da sociedade civil. Os ministérios públicos estadual e federal e o Congresso Nacional também são representados no colegiado, mas não têm direito a voto. Suas reuniões são abertas a todos os interessados.

Entre 2003 e 2006, o Conama aprovou decisões abrangentes que há muito tramitavam em suas câmaras técnicas, e debateu temas de interesse nacional nas reuniões realizadas em todas as regiões do país.

A discussão em torno das resoluções consolidou o diálogo entre os ministérios que integram o Conama sobre a política ambiental e demais políticas públicas. As negociações nas comissões tripartites nacional e estaduais, que

antecederam alguns debates no plenário do conselho, favoreceram a articulação entre os governos federal, estaduais e municipais.

O trabalho desenvolvido nos GTs, nas câmaras técnicas, no Comitê de Integração de Políticas Ambientais (Cipam) e no plenário permitiu a aprovação de resoluções complexas. Entre elas, destacam-se:

- Compensação ambiental (Resolução nº 371/06);
- Uso excepcional de áreas de preservação permanente - APPs (Resoluções nº 341/03 e nº 369/06);
- Classificação dos corpos d'água (Resolução nº 357/05);
- Reciclagem de óleo lubrificante usado (Resolução nº 362/05);
- Tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde (Resolução nº 358/05);
- Licenciamento ambiental simplifica-

do de Sistema de Esgotamento Sanitário (Resolução nº 377/06), de assentamentos de reforma agrária (Resolução nº 387/06), de cemitérios (Resolução nº 335/03), de agroindústria familiar (Resolução nº 385/06) e de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto (Resolução nº 349/04);

■ Critérios e procedimentos para uso agrícola de lodos de esgoto (Resoluções nº 375/06 e nº 380/05);

■ Informações sobre gestão florestal no Sisnama (Resolução nº 379/06) e regulamentação do artigo 19 do Código Florestal, alterado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Resolução nº 378/06).

Encontros e seminários subsidiaram as discussões e facilitaram a votação de algumas propostas. Em 2004, duas reuniões discutiram a revisão da Resolução nº 020/86, sobre corpos d'água. O resultado foi a aprovação da Resolução nº 357/2005. Para discutir a proposta sobre as exceções de uso das APPs, o Conama realizou, em 2005, seis audiências públicas no país. Antes de ser apreciado no plenário, o assunto foi tratado em dois seminários, um jurídico e outro técnico, e pautou duas reuniões de uma comissão de negociação.

Em maio de 2005, a 44ª Reunião Extraor-

dinária do Conama, realizada em Campos do Jordão, em São Paulo, comemorou o Dia da Mata Atlântica. Em setembro do mesmo ano, os conselheiros se reuniram em Cuiabá, no Mato Grosso, para a 45ª Reunião Extraordinária. Desta vez, a pauta se concentrou nas iniciativas do Governo Federal e dos governos estaduais da Amazônia para controle e combate ao desmatamento. Curitiba, no Paraná, sediou a 47ª Reunião Extraordinária, em março de 2006, quando foram aprovadas decisões para a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8). A 48ª Reunião Extraordinária foi promovida na capital de São Paulo, em agosto e setembro de 2006, e marcou as comemorações dos 25 anos do conselho. O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) de São Paulo e o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades) da cidade de São Paulo participaram dessas comemorações.

BALANÇO DOS TRABALHOS

Como última instância administrativa de recursos a autos de infração, e outras penalidades impostas pelo Ibama, o Conama analisou 175 processos, entre 2003 e 2006. Foram 110

Eventos sobre áreas de preservação permanente (APP)

LOCAL	DATA	REUNIÕES	PAUTA
São Paulo/SP	Julho/2005	Audiência Pública	Primeiro debate sobre proposta de resolução para APPs
Porto Alegre/RS	Set/2005	Reunião Pública	Esclarecimento sobre resolução para APPs
Belém/PA	Set/2005	Reunião Pública	Esclarecimento sobre resolução para APPs
Belo Horizonte/MG	Out/2005	Reunião Pública	Esclarecimento sobre resolução para APPs
Recife/PE	Out/2005	Reunião Pública	Esclarecimento sobre resolução para APPs
Goiânia/GO	Out/2005	Reunião Pública	Esclarecimento sobre resolução para APPs

reuniões de câmaras técnicas e 189 reuniões dos 47 GTs, criados para apoiar as câmaras com propostas de resolução. A legalidade das matérias foi analisada em 31 sessões da Câmara de Assuntos Jurídicos. O Comitê de Integração de Políticas Ambientais (Cipam) reuniu-se 36 vezes e o plenário do Conama fez 16 reuniões ordinárias e nove extraordinárias.

Entre janeiro de 2003 e novembro de 2006, foram aprovadas:

66 resoluções, sendo 33 técnicas;

5 decisões;

1 proposição;

4 recomendações; e

33 moções.

APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES

Para fortalecer os instrumentos de avaliação e monitorar a aplicação das resoluções, o conselho criou o Grupo Assessor ligado ao Cipam. Sua função é analisar a aplicabilidade e a difusão de pelo menos dez resoluções importantes aprovadas nos 25 anos do conselho.

PRIORIDADES

Em setembro de 2003, um seminário definiu as prioridades a serem debatidas pelo conselho a curto e médio prazo. Também definiu quais temas seriam tratados em eventos temáticos. Esse trabalho teve continuidade com a formulação participativa da Agenda Nacional de Meio Ambiente, que recomendou programas e ações prioritárias para o biênio 2007-2008.

COLABORAÇÃO COM OUTROS COLEGIADOS

O Conama colaborou com a Conferência Nacional de Meio Ambiente, acompa-

nhando a aplicação de suas deliberações. Essa colaboração se estendeu, também, ao Programa de Capacitação de Gestores e Conselheiros em Meio Ambiente. Além disso, a secretaria do Conama passou a integrar a Comissão Gestora da Agenda da Administração Pública (A₃P), que busca implementar uma gestão ambientalmente correta para as atividades administrativas e operacionais do Estado.

DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES

A divulgação das decisões foi feita a partir de iniciativas pioneiras, como a publicação do Livro de Resoluções do Conama, que marcou as comemorações do 25º aniversário do conselho e reuniu o texto consolidado de resoluções vigentes desde 1984. O sítio eletrônico do conselho passou a ser atualizado diariamente e tornou-se a página mais visitada do MMA na internet. Também foi lançado o Informe para Conselheiros, com informações quinzenais sobre as atividades do conselho e seu calendário de atividades.

CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS (CNEA)

Foi instituído pela Resolução do Conama nº 06, de 1989, e é um banco de dados com registro das entidades ambientalistas não-governamentais brasileiras. O CNEA conta com 461 entidades homologadas. A média anual no cadastramento de novas entidades passou de 28, no período 1989-2002, para 50, em 2003-2006, revelando o crescimento do interesse e da participação desse segmento tanto no Conama quanto no Conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Órgãos estaduais e municipais, como os Fundos Socioambientais, começaram a considerar o CNEA como referência para a composição de seus colegiados.



Mais representatividade no CNRH

A decisão do MMA de ampliar a participação social na gestão da política ambiental se refletiu no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Em 2003, a composição do CNRH passou de 29 para 57 membros. A realização de reuniões itinerantes de câmaras técnicas, a exemplo do que aconteceu

com o Conama, foi outra característica desse período. O conselho, criado em 1998, é a instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O colegiado é responsável pela definição de regras e pela mediação entre os diversos usuários da água.

Evolução da composição do CNRH

Setores	Decreto nº 2.612, de 12/06/1998	Decreto nº 4.613, de 11/03/2003
Governo Federal	15	29
Conselhos estaduais de RH	5	10
Usuários de RH	6	12
Organizações civis	3	6
TOTAL	29	57

O governo também assegurou a participação de todos os representantes da sociedade no conselho ao se responsabilizar pelo pagamento das despesas de deslocamento e estadia (Portaria Ministerial nº 27, de 25/01/2005).

Entre as principais ações aprovadas pelo CNRH, estão:

- nova Divisão Hidrográfica Nacional em doze regiões (Resolução nº 32, de 2003);
- definição dos critérios gerais para a cobrança pelo uso da água e dos valores e critérios para a cobrança pelo uso da água nos comitês de bacias do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Resolução nº 48, de 2005);
- estabelecimento de modalidades, diretrizes e critérios para a prática de reuso direto não potável da água (Resolução nº 44, de 2005);
- criação das câmaras técnicas de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (Resolução nº 39, de 2004);
- criação das câmaras técnicas de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira

(Resolução nº 51, de 2005);

- criação dos comitês de bacia hidrográfica Verde Grande (Resolução nº 39, de 2004) e Piranhas-Açu (decisão da 19ª Reunião Extraordinária, de 24 de agosto de 2006).

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos realizou sete reuniões ordinárias e dez extraordinárias. Foram aprovadas 32 resoluções. Entre os temas discutidos nas 266 reuniões realizadas pelas dez câmaras técnicas do CNRH, estão: definição de vazão ecológica; articulação de procedimentos para obtenção de outorga e licenciamento ambiental; integração de sistemas de informação; capacitação e educação ambiental; outorga de lançamento de efluentes; enquadramento de corpos d'água; representatividade na composição do conselho; integração de procedimentos para aproveitamento das águas minerais e gestão de recursos hídricos; reuso da água; gestão compartilhada de rios transfronteiriços; e detalhamento de programas para a implementação do PNRH. Em março 2005, um decreto presidencial instituiu a Década Brasileira da Água.





CGEN divulga CDB e legislação nacional sobre recursos genéticos

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), instituído em abril de 2002, é a autoridade nacional em acesso e repartição de benefícios. Nos últimos quatro anos, representantes do setor acadêmico, dos povos indígenas, das comunidades locais, das empresas e das organizações ambientalistas passaram a participar do conselho como convidados permanentes, com direito a voz nas reuniões.

Entre 2003 e 2006, o conselho também realizou congressos, oficinas e cursos para dar ampla divulgação à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e à legislação nacional referente aos recursos genéticos e à repartição de benefícios. Os participantes desses eventos,

especialmente povos indígenas e populações tradicionais, receberam informações e orientações dos técnicos do CGEN sobre formas de preservar e defender os recursos genéticos e o conhecimento tradicional.

Um dos resultados da atuação do CGEN em encontros internacionais sobre diversidade biológica foi a coleta de subsídios para elaboração de um anteprojeto de lei sobre acesso ao patrimônio genético, aos conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios. O objetivo da proposta é superar as deficiências da atual legislação (MP nº 2.186-16/01). Sociedade e governo participaram da construção do anteprojeto, que foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República.

Conabio identifica áreas prioritárias para conservação

A Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) baseia sua atuação na CDB e nas leis vigentes sobre biodiversidade. Foi criada pelo Decreto nº 4.703, em 2003, e tem papel fundamental na implementação da Política Nacional de Biodiversidade. Formada por representantes de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, a Conabio é responsável por promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à CDB, identificando e propondo áreas e ações prioritárias de pesquisa, conservação e uso sustentável da diversidade biológica brasileira.

Entre as principais deliberações da comissão, destacam-se:

- aprovação do 2º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, um documento elaborado a cada dois anos pelos países signatários da convenção que apresenta os progressos feitos na conservação de biodiversidade;
- aprovação do texto do decreto de Oficialização das Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira;
- aprovação das Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional de Biodiversidade.

Entre 2003 e 2006, a comissão criou diversas câmaras técnicas e realizou um seminário para definir as metas nacionais para a preservação da biodiversidade até 2010. Essa decisão deve orientar a elaboração das políticas públicas e influenciar no PPA 2008-2011, orientando a aplicação de recursos e a priorização de projetos.

Capacidade de atuação da CPDS é ampliada

A Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 (CPDS) é outro fórum que ganhou mais representatividade com um decreto presidencial, em 2004. O número de membros passou de dez para 34. Com isso, aumentou a capacidade da comissão para coordenar o processo de internalização da Agenda 21 e os demais setores do governo se agregaram ao processo. Além de treze ministérios, da Vice-Presidência da República e da Casa Civil, participam da comissão representantes da Anamma, Abema, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e do Fórum da Reforma Urbana. Também integram a CPDS entidades representativas da juventude, de comunidades indígenas e tradicionais, de organizações de direitos humanos e de direitos do consumidor, das comunidades empresariais e científicas, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS) e das centrais sindicais.





Conaflor dá apoio ao Programa Nacional de Florestas

A Comissão Nacional de Florestas (Conaflor) foi criada pelo Decreto nº 4.864, de 2003, com a denominação de Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (PNF). Foi revista pelo Decreto nº 5.794, de 2006, para apoiar a implantação do PNF, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso e a conservação dos recursos florestais. É um órgão de caráter consultivo. A comissão possui 39 membros, incluindo representantes do governo (20) e da sociedade civil (19). Desde sua instalação, já se reuniu treze vezes. Ela estimula a descentralização da execução das ações e assegura a participação no processo dos setores interessados. A Conaflor teve papel fundamental na formulação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Em 2005, o MMA criou o Fórum Nacional

Socioambiental do Setor de Florestas Plantadas, por meio da Portaria nº 85, um espaço de interlocução para debater, propor, avaliar e divulgar informações, projetos e ações relacionadas à adoção de procedimentos operacionais. Nesse espaço, foram discutidos temas como a relação da conservação ambiental com o setor de florestas plantadas, as espécies em extinção e a proteção de mananciais. O fórum também debateu a necessidade da inclusão e da participação social nos empreendimentos florestais para produção de alimentos, auxiliando, assim, no combate à fome, por meio de atividades relacionadas à agrissilvicultura, piscicultura, apicultura e ecoturismo. Além disso, abordou a melhoria das condições de vida, quanto à saúde e à educação, em comunidades do entorno das áreas de florestas plantadas.

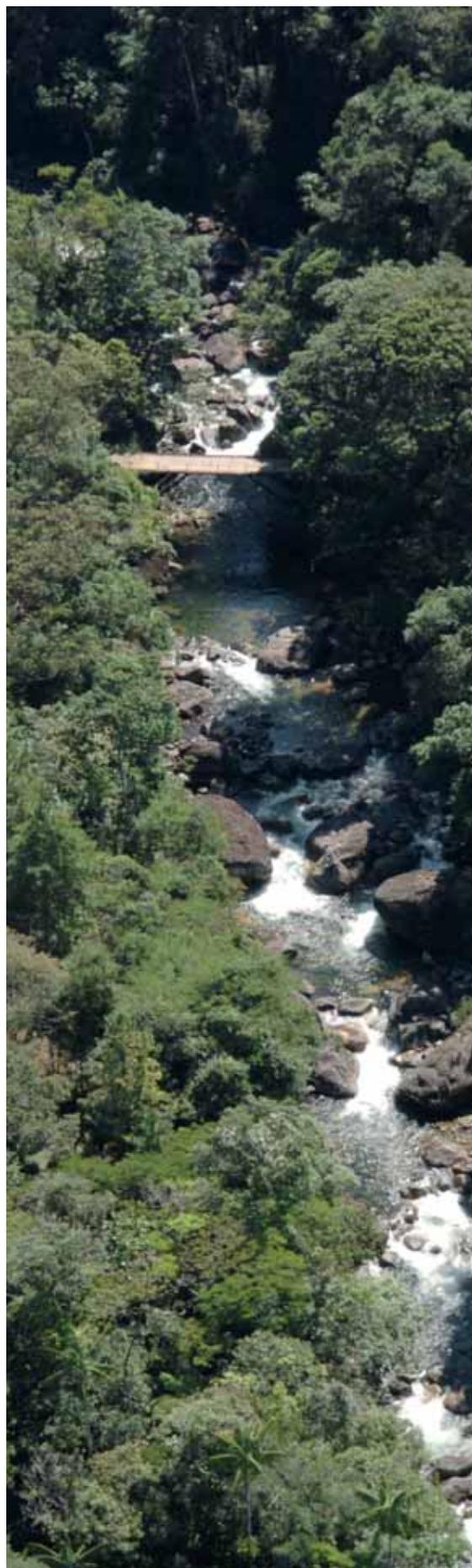
Congen discute implementação do Proambiente

Em 2006, o MMA criou o Conselho Gestor Nacional (Congen) para discutir com a sociedade civil organizada a implementação do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia (Proambiente). Além disso, instituiu os conselhos gestores dos pólos (Congep), que devem seguir as orientações do Congen e acompanhar o desenvolvimento das atividades do programa. Os conselhos de pólos também trabalham para firmar parcerias e mobilizar a sociedade.

CGFLOP é criada para assessorar a gestão das florestas públicas

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (nº 11.284) criou a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), no âmbito do MMA. De natureza consultiva, a comissão tem como responsabilidade assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas da União, além de manifestar-se sobre o Plano Anual de Outorga Florestal da União.

A CGFLOP é composta por representantes do Poder Público, de empresários, de trabalhadores, da comunidade científica, dos movimentos sociais e das ONGs. Seus membros exercem função não remunerada e, quando convocados, fazem jus a transporte e diárias. A Lei nº 11.284 ainda prevê que estados, Distrito Federal e municípios tenham órgãos semelhantes nas suas esferas de atuação.



Conselho do FNMA define estratégias a partir de demandas sociais

O Conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) também foi ampliado. Depois de 17 anos de existência, conta agora com um representante da Abema e cinco conselheiros eleitos pelas ONGs, um por região. Além deles, integram o conselho: um representante da Anamma, dois de ONGs nacionais (indicados pelo Conama e pelo FBOMS) e um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O Governo Federal possui sete vagas.

A partir da I Conferência Nacional do Meio Ambiente, o FNMA pautou suas estratégias de longo prazo pelas demandas da sociedade. O edital 04/2005 é exemplo disso. Ele foi elaborado para atender às principais reivindicações,

como apoio ao fortalecimento de fundos estaduais e municipais, compartilhamento de recursos com fundos estaduais e municipais e apoio a pequenos projetos e a projetos de educação ambiental. Esse edital foi concluído após a realização de consultas públicas que culminaram com um seminário em Fortaleza, no Ceará. Desde então, consultas públicas são frequentes. Quando o FNMA tratou de rede de fundos, fez a consulta pública por meio eletrônico.

A adoção dessa nova postura fez com que o fundo desenvolvesse parcerias com o Ministério da Educação (E-Proinfo) e o Banco Mundial (Bird-WBI) para a realização de videoconferências e debates à distância para um público maior.





CNMA reúne mais de 150 mil pessoas

A Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) é a mais importante iniciativa desta gestão para atender à mobilização da sociedade, cujo interesse em participar ativamente da política ambiental do país é manifestado desde a década de 80. Por isso, inaugurou um novo momento na gestão do meio ambiente no Brasil. Em quatro anos, foram realizadas duas edições da CNMA, que reuniram mais de 150 mil representantes dos mais diversos segmentos de governo e da sociedade. O objetivo era discutir e apontar os caminhos para o uso sustentável dos recursos naturais.

A 1ª CNMA, realizada em novembro de 2003, superou os 65 mil participantes. De forma ampla e democrática, discutiu políticas ambientais a partir dos temas: “Vamos Cuidar do Brasil” e “Fortalecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)”. As discussões se deram a partir da realidade de cada uma

das regiões do país e dos estados brasileiros. O resultado: 4.151 propostas. Na plenária final, 1.500 pessoas (912 delegados e 588 observadores) aprovaram 659 resoluções, sendo 323 deliberações de competência do MMA e 336 recomendações de competência de outros setores do Governo Federal, dos estados e dos municípios.

O ministério transformou mais de 70% das resoluções em ações. Entre elas, destacam-se o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, a criação de UCs de proteção integral e a ampliação das já existentes, a criação das comissões técnicas tripartites estaduais, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama e o Plano BR-163 Sustentável.

A primeira edição da CNMA também contou com uma versão infanto-juvenil, realizada

em parceria com o Ministério da Educação. O número de estudantes, entre 11 e 15 anos, de professores e funcionários de escolas envolvidos com a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente superou os 5 milhões. Foram realizadas 15 mil conferências nas escolas, que antecederam o evento nacional e discutiram formas de "Cuidar do Brasil".

A 2ª CNMA, realizada em 2005, consolidou o espaço de discussões. Cerca de 86 mil pessoas participaram das conferências municipais, regionais e estaduais. A plenária final reuniu 2 mil pessoas: 1.331 delegados (1.038 eleitos nas conferências estaduais de meio ambiente, 174 natos e 119 setoriais) e 669 convidados, entre artistas e visitantes. Foram quatro dias de debate para a aprovação de 831 resoluções (427 de competência do MMA, 353 compartilhadas e 51 de competência externa).

Das decisões da segunda edição da conferência, destacam-se: a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com ênfase à regularização fundiária das UCs já existentes; fortalecimento das ações de revitalização da Bacia do Rio São Francisco; desenvolvimento sustentável da BR-163 e de outras regiões, como a BR-319; e implementação em caráter de urgência de planos de ação para a prevenção e o controle do desmatamento, similares ao da Amazônia, para os demais biomas brasileiros, especialmente Caatinga e Cerrado.

O plenário da CNMA ainda aprovou o texto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e a consolidação do processo de fortalecimento do Sisnama. Os delegados, ainda, manifestaram apoio à regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, ao aprofundamento do programa de capacitação de gestores e conselheiros municipais de meio ambiente e ao envio do Projeto de Lei de Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição de Be-

nefícios ao Congresso Nacional.

Na 2ª CNMA, foram divulgados e discutidos os principais temas da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8). O plenário também aprovou a inclusão da CNMA como instância permanente do Sisnama, com caráter deliberativo, e assegurou sua realização a cada dois anos, inclusive na versão infanto-juvenil. Também foi criado um sistema permanente de informação e comunicação da CNMA.

Em 2006, outras propostas da conferência foram colocadas em prática: a sanção da Lei de Gestão de Florestas Públicas; a posição do governo brasileiro a favor da rotulagem de produtos que contém Organismos Geneticamente Modificados (OGMs); a aprovação oficial do Plano Nacional de Recursos Hídricos e o anúncio de criação de UCs no Paraná para proteger os últimos remanescentes da floresta de araucárias. As operações de combate à corrupção pelo Ibama e órgãos estaduais e o lançamento do Documento de Origem Florestal (DOF), em substituição à Autorização



de Transporte de Produtos Florestais (ATPF), são mais dois exemplos.

Ainda em 2006, o MMA criou um GT interno da CNMA. O objetivo é implementar e divulgar as deliberações da conferência. Ele já realizou 32 reuniões plenárias de avaliação da 2ª CNMA em todo o país, com a presença de delegados, comissões organizadoras estaduais (COEs) e demais interessados no processo. Mais de 5 mil pessoas apresentaram sugestões e contribuições para a institucionalização da CNMA e organização da próxima edição, a 3ª CNMA. Para isso e também para monitorar as deliberações da última conferência, a Comissão Organizadora Nacional (CON) da CNMA já realizou três reuniões e criou GTs específicos. Além disso, as 27 COEs devem iniciar

em breve um programa de capacitação para a próxima edição da conferência.

A 2ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada em abril de 2006, em Luziânia, em Goiás, reuniu 602 crianças e adolescentes para debater uma série de acordos multilaterais, dos quais o Brasil é signatário. Eles produziram um documento inédito, a “Carta das Responsabilidades – Vamos cuidar do Brasil”. O documento foi entregue ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e aos ministros do Meio Ambiente e da Educação. A “Carta das Responsabilidades” contém os compromissos assumidos pelos jovens na construção de uma sociedade justa e sustentável. Mais de cinco milhões de jovens participaram do processo que culminou no documento.

Novos espaços ampliam participação e controle social

O MMA abriu espaço para ampliar o debate ambiental em novos conselhos, comissões e comitês. Neles, sociedade e governo dividiram as responsabilidades de elaborar, aprovar e definir as ações da política de meio ambiente.

AGENDA 21

Com a necessidade de implementar políticas voltadas para a gestão local, a Agenda 21 foi transformada em um programa do PPA 2004-2007. Entre 2003 e 2006, o programa aprovou 153 projetos locais e conveniou outros 68. Neste período, formou 11 mil agentes. A implementação das agendas locais contou com a integração e articulação de outros programas estratégicos do MMA e do Governo Federal, como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), Programa Nacional de Educa-



ção Ambiental, Proecotur, Proambiente, Gestar, Revitalização da Bacia do São Francisco e Fome Zero.

Foram realizados, ainda, o Encontro Nacional das Agendas 21 Locais, com cerca de 2.000 participantes, e o Seminário da Amazônia de Agenda 21, em parceria com o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Durante a Expo 2005, representantes dos 35 processos em curso, apoiados pelo programa, participaram do encontro dos Fóruns da Agenda 21 Locais.

O programa promoveu visitas técnicas e oficinas de trabalho nos municípios do Arco do Desmatamento da Amazônia, cidades históricas, grandes capitais e regiões metropolitanas.

O programa publicou, nos últimos quatro anos, oito edições do Caderno de Debates Agenda 21 e Passo a Passo da Agenda 21. As publicações são instrumentos de apoio ao processo descentralizado de construção das agendas locais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pesquisa feita com delegados da 2ª Conferência Nacional do Meio Ambiente revelou que as iniciativas referentes à educação ambiental são as que recebem mais destaque. A principal delas, no MMA, é o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

A implementação do ProNEA aproximou o MMA do público infanto-juvenil, dos educadores e dos formadores de opinião. Foi criado o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, instalado no início de 2003, numa parceria com o Ministério da Educação, e comissões estaduais interinstitucionais de educação ambiental (CIEAs).

O órgão gestor conta com um Comitê Assessor, integrado por diferentes segmentos da sociedade (treze representantes da sociedade, com direito a voto, e cinco representantes de diversos setores, como convidados), com a função de assessorar o planejamento e avaliar as diretrizes e ações do processo de implementação do ProNEA. É uma instância de controle social e uma das vias que mais contribuíram para a difusão da educação ambiental no território brasileiro.

Ao longo dos últimos quatro anos, o MMA apoiou a criação, o fortalecimento e a democratização das CIEAs, que atualmente estão presentes em 24 estados da federação, à exceção de São Paulo, Paraná e Distrito Federal. A sociedade também atua nas CIEAs com re-

presentação que varia de estado para estado. Geralmente, as comissões são integradas, de forma paritária, por membros do governo e da sociedade civil.

Essas comissões têm a finalidade de mapear a situação da educação ambiental nos estados, promover o intercâmbio de informações, o debate de opiniões e a sistematização de propostas de ação, democratizando o acesso à formulação, implementação e avaliação de projetos, programas e políticas públicas estaduais. Em parceria com o órgão gestor, foi atribuído o papel de apoiar a descentralização da gestão e planejamento da educação ambiental para as CIEAs, incentivando a criação de espaços públicos colegiados democráticos e representativos nos municípios.

Para consolidar o ProNEA, o MMA realizou, em setembro e outubro de 2004, uma consulta pública em que participaram mais de 800 educadores ambientais de 22 estados. A consulta foi precedida de oficinas promovidas pelas CIEAs e pelas redes de educação ambiental.

Outras formas de envolvimento popular, na área de educação ambiental, foram o Programa de Formação de Educadores Ambientais e a interlocução com as redes de educação ambiental. O primeiro programa desenvolve processos permanentes e continuados de educação ambiental a partir da constituição dos Coletivos Educadores Territoriais. Até o momento, o ministério contabiliza 143 coletivos educadores implementados, envolvendo 1.064 municípios e 852 instituições.

As redes de educação ambiental representam novos modelos de organização social. Nos últimos quatro anos, o MMA apoiou a criação desse instrumento, que hoje soma 44 redes estaduais, regionais e locais, além da Rede Brasileira de Educação Ambiental.

Outra iniciativa mobilizadora de educação ambiental é o Projeto Sala Verde, que consiste no incentivo à implantação de espaços

socioambientais pelo país, com o objetivo de transformá-los em centros de informação e formação ambiental. Existem 391 Salas Verdes distribuídas em 297 municípios. Elas contêm acervo bibliográfico do ministério e obras de referência em educação ambiental.

O MMA também implementou o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (Sibea) para facilitar o acesso público a dados e informações referentes ao tema. Apoiou o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em 2004, em Goiânia, que reuniu aproximadamente quatro mil educadores de todo o Brasil, e promoveu o 5º Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, em 2006, com cerca de cinco mil pessoas, representantes de 23 países. Ainda investiu na formulação de uma política para articular municípios que pertencem a uma mesma realidade socioambiental com o objetivo de desenvolver um trabalho integrado na busca de soluções sustentáveis, mediado por ações educadoras.

Também foi criado um espaço virtual para a socialização de informações sobre a década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Fórum Nacional de Áreas Protegidas (FNAP) foi criado pela Portaria nº 134, de 2004, para permitir a participação efetiva da sociedade no debate sobre áreas protegidas e na elaboração e implementação do Plano Nacional de Áreas Protegidas, que foi submetido ao fórum para consulta em janeiro de 2006.

A participação da sociedade também foi fundamental para a criação e implementação dos conselhos de gestores das UCs, na capacitação dos conselheiros e na formulação dos planos de manejo participativos dessas unidades.

Entre 2003 e 2006, foram criados 19 conselhos deliberativos nas seguintes reservas



extrativistas: Chico Mendes, Ciriaco, Tapajós-Arapiuns, Soure, Cazumbá-Iracema, Lago do Cuniã, Mãe Grande de Curuçá, Rio Cajari, Corumbau, Rio Jutaí, Mandira, Rio Ouro Preto, Alto Juruá, São João da Ponta, Maracanã, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Arai-Peroba e Gurupi-Piriá.

Nesses 19 conselhos, os representantes dos movimentos sociais defendem seus interesses e necessidades diante dos diferentes aspectos da gestão ambiental através do ordenamento do uso dos recursos (planos de manejo) ou das negociações envolvendo mitigações e compensações ambientais referentes aos licenciamentos de competência da União.

Para democratizar a gestão ambiental, o Ibama procurou definir diretrizes e dar transparência e publicidade às ações institucionais. Assim, iniciou um processo de encontros de Resex para discutir propostas e emendas com a participação de representantes de seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, quilombolas, gerazeiros, parceiros,

pescadores, ribeirinhos, catadores de caranguejo, comunidades atingidas por barragens, agricultores e grupos indígenas, entre outros.

Nas unidades de conservação de proteção integral foram criados 40 conselhos e desenvolvidos os planos de manejo de 52 UCs. Outros 26 planos de manejo estão em fase de elaboração e sete em fase de revisão.

Em janeiro de 2005 foi instituído o Programa Voluntariado em Unidades de Conservação, pela Portaria do MMA nº 19, para criar o serviço voluntário e estimular a participação da sociedade na gestão de UCs. A partir da Instrução Normativa nº 66, do Ibama, foram sistematizadas as informações de 40 UCs inscritas no programa, disponibilizadas as vagas e os perfis dos voluntários requeridos pelas unidades e realizados cursos de capacitação em diversos estados. Além disso, o Ibama dispõe do Programa Agente Ambiental Voluntário, que envolve cerca de três mil pessoas, parte delas no trabalho com unidades de conservação.

FAUNA E ASSUNTOS PESQUEIROS

A sociedade atuou em todo o processo que resultou no plano de ação para fauna e assuntos pesqueiros, desde a elaboração até a finalização. Apesar de os comitês do plano serem técnicos e, portanto, formados por cientistas, especialistas, representantes de órgãos públicos e ONGs, a sociedade foi chamada sempre que um assunto referente à cultura local era discutido. Um exemplo é o caso do Comitê para Conservação e Manejo da Arara-azul-grande, onde a participação da sociedade foi imprescindível. Em outros casos, foi necessária a



participação de proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) ou de criadouros de animais silvestres. Entre 2003 e 2006, aumentou significativamente o número de comitês criados ou que passaram por reformulação.

Na gestão do uso dos recursos pesqueiros sobreexplotados ou ameaçados de sobre-exploração, o instituto também trabalhou em parceria com a sociedade, buscando a sustentabilidade dessas atividades. As reuniões técnicas de ordenamento tiveram sempre a participação dos usuários.

Em quatro anos, foi implantada uma nova forma de gestão em regime de compartilhamento de poder e responsabilidades. Foram criados, por exemplo, os comitês de uso sustentável para a pesca da lagosta e da sardinha verdadeira, com a formulação de planos de manejo. Esses comitês são órgãos de assessoramento e consultivos, com paridade entre setor governamental e produtivo e com a participação de ONGs. Nos estados, foram criados grupos de gestão para que as discussões sejam realizadas com os reais usuários dos recursos.

Esse modelo previu a criação de grupos municipais e de vários comitês para outras espécies ou para o conjunto das pescarias, tais como arrasto e emalhe. O Ibama também criou o Comitê de Gestão do Uso Sustentável

dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica (CGBA) e está constituindo o Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros do Rio São Francisco.

No que compete ao ordenamento pesqueiro de águas continentais, o trabalho foi pautado em reuniões que envolvem órgãos federais. Porém, ONGs, associações de pesca amadora e artesanal, colônias, federações e sindicatos de pescadores também participaram dessas reuniões. Em números, esses fóruns e comitês atingem um contingente de cerca de 400 mil pescadores e, de forma indireta, 1 milhão de trabalhadores do setor pesqueiro nacional.

Esse modelo de gestão tem por princípio básico a participação dos usuários dos recursos pesqueiros. O Processo de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros prevê, obrigatoriamente, a discussão desde a geração de conhecimento até a formulação, a aplicação e o acompanhamento das medidas de gestão de uso pactuadas. As ações do Programa de Ordenamento Pesqueiro de Águas Marinhas, Estuarinas e Continentais e do Programa de Revitalização do Rio São Francisco foram definidas a partir de consultas públicas e eventos semelhantes.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Além de atuar no CNRH, a sociedade participou efetivamente das ações para regular o uso da água. A elaboração dos planos de bacia, com a instituição dos comitês de bacias hidrográficas, é um exemplo. Nos rios de domínio dos estados foram instalados 110 comitês de bacias hidrográficas.

A participação social iniciou com a realização de audiências públicas regionais. Nos comitês, o número de vagas de usuários de água está fixado por lei em 40% do total e da sociedade em, no mínimo, 20%. Nas comissões de açudes, os quantitativos são menos rígidos e não foram previstos em lei, mas tendem a ser iguais aos dos comitês.

A partir da instalação dos primeiros comitês, foi criado o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, envolvendo mais de uma centena deles. O fórum se reúne anualmente desde 2003.

Nos processos de elaboração dos planos de bacia, também foram realizadas consultas públicas regionais, conduzidas pelos próprios comitês e apoiadas pelos órgãos gestores de



recursos hídricos. Entre 2003 e 2006, foram discutidos e aprovados os planos das bacias dos rios São Francisco (Minas Gerais, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Pernambuco, Alagoas e Sergipe) e Piracicaba-Capivari-Jundiá (São Paulo e Minas Gerais). Estão em elaboração e discussão os planos das bacias dos rios Araguaia e Tocantins (Goiás e Tocantins), Doce (Minas Gerais e Espírito Santo) e Guandu (Rio de Janeiro). Ainda em processo de complementação estão os dos rios Verde Grande (Minas Gerais e Bahia) e Paraíba do Sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)

O processo de construção do PNRH registrou grande participação popular, envolvendo mais de sete mil pessoas. Em cada uma das doze regiões hidrográficas do país o ministério constituiu, em 2004, comissões executivas regionais (CERs). Cada comissão é formada por 16 membros (com exceção da CER Amazônica, que conta com 20 membros), sendo quatro do Governo Federal, quatro dos sistemas estaduais de recursos hídricos, quatro dos setores usuários e quatro da sociedade civil (ONGs ou instituições técnicas).

Durante a elaboração do PNRH, as CER auxiliaram no desenvolvimento dos Cadernos Regionais de Recursos Hídricos, na estruturação dos seminários regionais, no processo de mobilização social e na organização de encontros públicos estaduais.

PROGRAMA DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA (PAN-BRASIL) E PROGRAMA ÁGUA DOCE

A elaboração do PAN-Brasil foi outro processo que contou com forte participação da sociedade. Foi caracterizada por dois aspectos:

o técnico, centrado em estudos e revisão das políticas existentes; e o político, relacionado ao envolvimento dos diversos atores institucionais, tanto governamentais como não-governamentais.

Em 2003, o governo criou o GT de Combate à Desertificação (GTCD) com a missão de articular a rede de organizações sociais nas áreas suscetíveis à desertificação. Em 2004, duas oficinas realizadas nos onze estados compreendidos pelo programa reuniram mais de 1.200 representantes de aproximadamente 400 instituições do governo e de ONGs. O objetivo foi incluir no processo de elaboração participativa do PAN-Brasil as experiências já desenvolvidas pela sociedade civil organizada, principalmente as da Articulação no Semi-Árido (ASA). Desde 1999, a ASA mantém articulações interinstitucionais e intersetoriais, voltadas para a implementação de políticas públicas dirigidas à construção de instrumentos de convivência com o semi-árido.

Com o lançamento do programa, em dezembro de 2004, foi criado o GT Interministerial (GTIM) com a função de implementar o programa e harmonizar as políticas públicas de combate à desertificação e de convivência com o semi-árido. Representantes de sete ministérios, de seis instituições públicas federais, de quatro órgãos de governos estaduais e de quatro instâncias da sociedade civil, todos com atuação direta nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), integram o GTIM.

O MMA também incentivou a criação de pontos focais nos onze estados atendidos pelo programa. Esses pontos focais representam os governos estaduais, a sociedade civil e as assembleias legislativas e têm como principais funções: sensibilizar, articular e coordenar as atividades e ações de abrangência estadual, em torno do processo de elaboração do PAN-Brasil. Eles também servem de

interlocutores qualificados junto ao Ponto Focal Nacional. O mesmo processo se estende para a elaboração dos planos de ação estadual de combate à desertificação (PAEs).

Para fortalecer esse processo, foi criado, ainda, o Ponto Focal Parlamentar, sob a articulação do GT da Câmara dos Deputados. Ele conclui as articulações das estratégias estaduais.

No âmbito do Programa Água Doce, o MMA instituiu o Núcleo Nacional (antes denominado Comitê Interministerial), de caráter consultivo e composto por representantes dos estados e de órgãos federais envolvidos no programa. Foram criados ainda núcleos estaduais de gestão do programa (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e núcleos locais nos municípios compreendidos por ele. Integram esses núcleos representantes dos governos estaduais e municipais, instituições federais, ONGs, universidades e associações comunitárias.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE)

A participação popular no ZEE foi exercida por meio de redes regionais.

A **Rede ZEE Amazônia Legal** começou a ser implementada a partir do seminário "ZEE & Instrumentos de Políticas Públicas", com participação de instituições, como o Banco da Amazônia, o Museu Emílio Goeldi, a Universidade Federal do Pará, as instituições do Consórcio ZEE Brasil, GTA, Fase e Fundação Viver, Produzir, Preservar.

A **Rede ZEE Caatinga** conta com a participação dos Oemas e instituições do Conselho da Reserva da Biosfera da Caatinga.

A **Rede ZEE Ride - DF** desenvolve um trabalho articulado com o Fórum de Entidades Ambientais do Distrito Federal e Entorno para execução de atividades e debate.

A **Rede São Francisco** permitiu a criação dos centros de capacitação e centros de apoio e referência à gestão, em parceria com universidades e entidades civis.

A₃P

O MMA instituiu também a Rede A₃P (Agenda Ambiental da Administração Pública), hoje com a participação de 350 órgãos públicos. A rede funciona como um canal para difundir informações sobre incentivo e desenvolvimento de programas de formação e mudanças organizacionais.

O MMA, o Ministério da Cultura e parceiros, que se distribuem em Brasília, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Acre e Paraná, comprometeram-se a apoiar famílias de baixa renda com a doação de material para reciclagem e implantação da coleta seletiva (papel e papelão). Pelo menos 70% dos órgãos parceiros da Rede A₃P já estão implementando a coleta seletiva com as cooperativas de catadores e apoio do Fórum Lixo e Cidadania e do MDS.

A Rede A₃P desenvolve também iniciativas com ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), que trabalham com o tema "consumo responsável". A compra de merenda escolar com produtos 100% orgânicos em cidades da região Sul, parceiras da A₃P, é um exemplo. A iniciativa também apóia e capacita os agricultores familiares para atender à demanda dos governos locais.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS TAMBÉM INFLUENCIAM DECISÕES

Os povos e comunidades tradicionais também têm espaços garantidos para participarem das decisões sobre políticas públicas. Além da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), foram criadas instân-

cias deliberativas para permitir a participação popular qualificada de extrativistas, indígenas e caiçaras nos processos decisórios.

No caso do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Agroextrativismo, foi criado o Comitê Gestor da Coordenadoria de Agroextrativismo, composto por representantes do MMA, MDA, MDS, Ibama, Núcleo de Pesquisa sobre Populações Tradicionais e Áreas Úmidas da Universidade de São Paulo, Conselho Nacional dos Seringueiros, GTA, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento Nacional dos Pescadores e Rede Cerrado. Antes de receberem apoio financeiro, os projetos que recebem apoio do programa são analisados e aprovados por esse comitê.

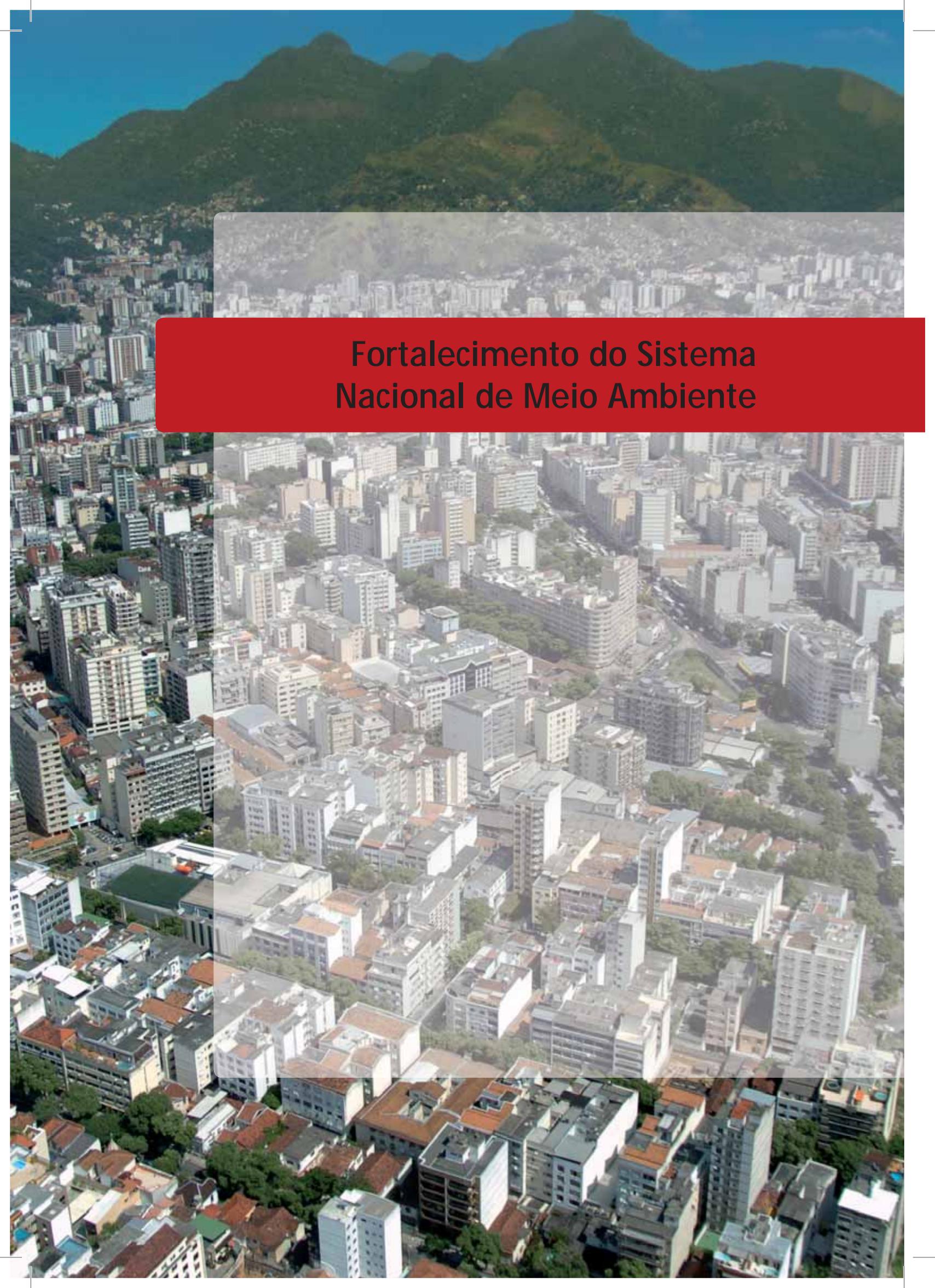
As instâncias deliberativas do Projeto Carteira Indígena foram criadas no mesmo ano em que ele começou a operar: o Grupo Gestor e a Comissão de Avaliação de Projetos (CAP). Os sete representantes do Governo Federal e os sete indígenas que integram a CAP foram indicados na 1ª Oficina Nacional, promovida no âmbito do programa, reforçando a efetiva participação e o controle social dos beneficiários. A Carteira Indígena estimula a construção de mecanismos de participação das comunidades indígenas nos processos decisórios da ação. Em quatro anos, foram realizados mais

de 120 eventos em todo o país, entre oficinas de divulgação e de capacitação e visitas técnicas de apoio a projetos em execução. Em 2006, foi realizado o seminário nacional de avaliação do projeto, com representantes indígenas de todas as regiões brasileiras.

Os Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia (PDA) caracterizaram-se pela ampla participação de grupos sociais tradicionalmente excluídos dos processos de definição e implementação das políticas públicas ambientais e de desenvolvimento no Brasil. No PDA, a sociedade participa tanto da elaboração e execução dos subprojetos locais quanto das instâncias de planejamento e de decisão interna. E o faz de forma paritária com os órgãos governamentais.

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia (Proambiente) é outro fruto da mobilização social. Ele foi originalmente proposto por organizações representativas de trabalhadores rurais e organizações ambientalistas da Amazônia. Assumido pelo Governo Federal, passou a fazer parte do PPA 2004-2007. O Proambiente estimula produtores familiares rurais a adotarem um novo padrão de ocupação territorial e uso dos recursos naturais, preservando os serviços ambientais.



An aerial photograph of a densely populated urban area, likely in Brazil, showing a mix of high-rise apartment buildings and lower-rise structures. In the background, there are large, green mountains under a clear blue sky. A semi-transparent red banner is overlaid on the middle of the image, containing the title text.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente

FORAM MAIS DE 30 ANOS de construção social, legal e institucional da política ambiental no Brasil, desde a constituição da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1973. Em 1981, foi instituído o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e aprovada a Política Nacional de Meio Ambiente. A partir de então, a criação e transformação de estruturas organizacionais e a definição de marcos legais acompanharam a democratização do país, a evolução conceitual dos temas ligados ao meio ambiente no mundo e o avanço da consciência e mobilização da sociedade brasileira.

Em 2003, o MMA iniciou a construção da Política Ambiental Integrada, descentralizando as responsabilidades pela gestão ambiental entre União, estados e municípios. Intensificou os contatos com as organizações estaduais e municipais de meio ambiente e com representantes da sociedade civil, buscando, com isso, organizar e implementar instrumentos para gerir, de maneira ágil, a política proposta, baseada no fortalecimento e na consolidação do Sisnama. Esses instrumentos estão descritos na primeira parte deste capítulo.

Para apoiar as iniciativas de descentralização, o ministério investiu, por meio do FNMA e dos programas Nacional de Capacitação de Gestores e Nacional do Meio Ambiente, em projetos para preparar técnicos e assessorar comunidades no desenvolvimento de ações voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais. Na estrutura do MMA, também foi criado o Serviço Florestal Brasileiro, órgão responsável pela gestão das florestas públicas. O terceiro e último capítulo deste relatório está concentrado nessas ações. Ele também detalha as mudanças organizacionais do MMA, tanto em recursos humanos quanto em infra-estrutura e orçamento, para adaptá-lo às novas diretrizes da política ambiental.





Instrumentos de gestão consolidam estrutura do sistema

Para fortalecer a estrutura e a articulação do Sisnama e qualificar o seu funcionamento, o MMA revitalizou a Comissão Tripartite Nacional – criada na gestão anterior – e instituiu 26 comissões tripartites estaduais e a Bipartite do Distrito Federal. Também promoveu articulações para apressar a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, que trata das competências de cada um dos entes federados, e instalou o Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Conselheiros do Sisnama.

O ministério trabalhou, ainda, no aperfeiçoamento dos procedimentos de Licenciamento Ambiental e implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima), no âmbito do Sisnama. Para isso, instituiu um comitê gestor, responsável pela

formulação das diretrizes da Política Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente, formado por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil organizada.

COMISSÕES TRIPARTITES

As comissões tripartites foram criadas como espaço de diálogo entre os órgãos ambientais dos municípios, estados, Distrito Federal e União. O objetivo foi qualificar a interlocução e a articulação interna do Sisnama. Esses órgãos participam das comissões por representações paritárias. Os trabalhos são desenvolvidos a partir de uma lógica de consenso, com decisões construídas por unanimidade.

A criação dessas comissões atende a uma das deliberações feitas pela CNMA, em 2003.

Em dezembro do mesmo ano, o MMA publicou a Portaria nº 473/03, instituindo-as. No final de 2005, todas estavam implantadas.

As comissões são espaços fundamentais para a promoção da gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre os órgãos ambientais das três esferas de governo. Embora não esteja regulamentado, o artigo 23 da Constituição Federal estabelece que a proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas são competências comuns da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O governo decidiu encaminhar o projeto de lei complementar que regulamenta esse artigo ao Congresso Nacional em 2007.

Desde que foi criada, em maio de 2001, a Comissão Técnica Tripartite Nacional discutiu temas de relevância para o país (licenciamento ambiental, regulamentação do artigo 23, Sinima, Programa Nacional de Capacitação) e para as diferentes regiões (licenciamento ambiental para projetos de carcinicultura, de saneamento básico, de assentamentos de reforma agrária). A comissão nacional aborda questões relativas aos temas prioritários para a gestão ambiental brasileira. Os temas, porém, voltam a ser debatidos com maior profundidade nas comissões técnicas tripartites estaduais, formadas por seis representantes, sendo dois de cada esfera de governo. No caso da Comissão Bipartite do Distrito Federal, figuram os representantes federais e distritais.

Os temas abordados nas pautas e os encaminhamentos da comissão nacional são desdobrados nas agendas das comissões estaduais e a coordenação dos trabalhos é feita por alternância, em sistema de rodízio. O coordenador fica responsável pela secretaria-executiva e agendamento das reuniões da comissão. Em um seminário realizado em São Paulo, em agosto de 2006, foi alterada a frequência da rotatividade para períodos de oito meses, com o objetivo de dar melhor ritmo para as coordenações.

O regulamento das comissões e outras informações sobre a Comissão Tripartite Nacional e as comissões estaduais estão disponíveis no endereço eletrônico www.mma.gov.br/tripartites.

REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 23 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Os últimos quatro anos foram marcados pelas articulações para regulamentar o artigo 23 da Constituição Federal, no que se refere às atribuições de estados e municípios na gestão ambiental. O ministério colaborou na elaboração do projeto de lei complementar que fixa normas para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O projeto define regras para a fiscalização e a gestão florestal, além de harmonizar as competências para a realização do licenciamento ambiental e autorizar a supressão de vegetação.

A regulamentação do artigo 23 é aguardada pelas instituições integrantes do Sisnama, devido à sua importância para a sociedade. Afinal, apesar de afirmar que a proteção do meio ambiente é responsabilidade da União, estados, Distrito Federal e municípios, o artigo não define claramente as situações em que cada um deve atuar. Portanto, a regulamentação dará à política ambiental um importante instrumento de gestão compartilhada e descentralizada – elemento vital para o fortalecimento do Sisnama.

Sobre esse assunto, o MMA promoveu, em outubro de 2004, no Rio de Janeiro, o seminário “Repartição de competências – A regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal e o fortalecimento do Sisnama”. O encontro reuniu representantes de órgãos de meio ambiente de estados e municípios, dos ministérios públicos federal e estaduais, além de gerentes executivos do Ibama, para iniciar um amplo debate sobre as competências e

responsabilidades da União, dos estados e dos municípios em relação à proteção ambiental.

CAPACITAÇÃO DE GESTORES E CONSELHEIROS MUNICIPAIS

Uma parceria entre o MMA, a Abema, a Anamma e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) implementou um importante projeto de qualificação e fortalecimento da estrutura do Sisnama: o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama. Com o ele, o ministério amplia para a esfera municipal a compreensão da estrutura e funcionamento do sistema.

O programa está focado na discussão sobre o papel dos gestores e conselheiros municipais, na participação e mobilização social, na criação das formas de financiamento da estrutura municipal de meio ambiente e no estabelecimento do compartilhamento de competências entre os entes federados. Dessa forma, estabelece um espaço para a discussão da gestão ambiental integrada nos municípios. Além disso, um dos principais objetivos do programa é propiciar ao município maior clareza de suas responsabilidades e de suas competências relativas à proteção ambiental.

A articulação local garante uma proposta de projeto realista e adequada às características de cada região. A inexistência de recursos, de condições de trabalho e de informações sobre o sistema condiciona alguns municípios a um isolamento que precisa ser enfrentado para que se chegue a resultados concretos. O programa, que completou um ano em agosto de 2006, tem execução de longo prazo, que corresponde a um processo pedagógico continuado, até que os municípios tenham condições de assumir plenamente o seu papel na gestão ambiental e estejam integrados no conjunto do Sisnama.

Até o final de 2007, doze estados receberão R\$ 4,75 milhões para capacitar 6.866 gestores



em 1.675 municípios. Com isso, serão atingidos mais de 30% dos municípios brasileiros. Os recursos são do MMA e da Petrobras.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE (SINIMA)

O Sinima é o instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) responsável pela organização, integração, compartilhamento, acesso e disponibilização da informação ambiental no âmbito do Sisnama. A estratégia de implementação está baseada em três eixos estruturantes: desenvolvimento de ferramentas de acesso à informação; organização do processo de produção, coleta e análise da informação; integração e interoperação de bancos de dados e sistemas de informação, a partir de uma SOA (Service Oriented Architecture).

Para viabilizar as diferentes formas de acesso pela rede mundial de computadores, o MMA desenvolveu ferramentas de geoprocessamento que permitem a composição de mapas interativos com informações integradas de diferentes temáticas e sistemas de informação. Tais ferramentas encontram-se disponíveis para o uso de qualquer instituição interessa-

da. Esse desenvolvimento é viabilizado pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática do ministério, a partir de soluções tecnológicas baseadas no uso prioritário de programas computacionais livres, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Eletrônico (e-Gov).

A organização do processo de produção, da coleta e análise das informações ambientais está sendo coordenada pelo MMA, em articulação com diversas instituições relacionadas à matéria. O objetivo é estabelecer um conjunto nacional de estatísticas e indicadores ambientais.

Um dos mais importantes produtos do Sinima é o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, que agrega e sistematiza as informações sobre o licenciamento nas esferas federal, estaduais e distritais. O mecanismo assegura transparência ao processo, permitindo o controle social, e se constitui numa ferramenta de suporte para a formulação de políticas e diretrizes de ação do MMA. Já participam do portal todos os estados da federação.

Além dos portais, o Sinima agrega outros sistemas como, por exemplo, os que reúnem os dados compartilhados da região amazônica, as informações sobre o ZEE do bioma da Caatinga, o cadastro de UCs, as ações do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, as informações sobre os instrumentos de Gerenciamento Costeiro e Marinho, as competências profissionais relacionadas à educação ambiental, entre outros temas.

O Comitê Gestor do Sinima, instituído pela Portaria do MMA nº 310, de 13 de dezembro de 2004, define diretrizes, acordos e padrões nacionais para a integração da informação ambiental. O comitê gestor é composto por representantes do MMA, Anamma, Abema, Ibama, ANA, Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do FBOMS.

PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE II (PNMA II)

O objetivo do programa é contribuir para o fortalecimento da infra-estrutura organizacional e de regulamentação do poder público no exercício da gestão ambiental, adotando práticas produtivas sustentáveis e de gestão integrada.

Compreendendo dois componentes – Desenvolvimento Institucional (subcomponentes: Licenciamento Ambiental, Monitoramento da Qualidade da Água e Gerenciamento Costeiro) e Gestão Integrada de Ativos Ambientais –, o PNMA II teve sua primeira fase encerrada em 30 de junho de 2006, quando foram investidos cerca de R\$ 43,6 milhões e apoiados 43 projetos estaduais, envolvendo diretamente 17 estados e cerca de 380 municípios.

Em maio de 2006, foi autorizada pela Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a preparação de duas etapas da segunda fase do PNMA II. Para isso, o programa contará com US\$ 63,2 milhões, com ênfase no componente Desenvolvimento Institucional (subcomponentes: Gestão Ambiental Compartilhada – Sistema de Licenciamento Estaduais e Municipais, Informação Ambiental e Sustentabilidade da Gestão Ambiental).

Os recursos aprovados no orçamento de 2006 e os programados para o orçamento de 2007 serão aplicados na preparação da Fase II do programa e na consolidação de ações iniciadas na Fase I, como: aprimoramento dos sistemas de licenciamento ambiental em quinze unidades da federação que não participaram do programa; implementação de sistemas estaduais de informações sobre meio ambiente; e implementação de projetos-piloto voltados para identificar estratégias de sustentabilidade à gestão ambiental estadual.

FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (FNMA)

O FNMA chegou ao fim da gestão 2003/2006 com uma carteira de 622 projetos e um total de R\$ 90,58 milhões de recursos investidos. Esse resultado representa um aumento de, aproximadamente, 60% do número de projetos apoiados e 90% do volume de recursos investidos de toda a história do FNMA.

Parcerias com os ministérios das Cidades, da Saúde e da Integração Nacional e com a GTZ e o KfW (Agência de Cooperação Técnica e Cooperação Financeira Alemã) possibilitaram a ampliação do orçamento do fundo em 44% para o período 2003-2007. Nos últimos quatro anos, começou a ser constituída, ainda, uma rede, cujo investimento inicial é de R\$ 3,3 milhões para implantação-piloto de um sistema de financiamento ambiental baseado em fundos.

Abaixo, são apresentados os resultados.

Apoio a projetos

De 2003 a 2006, foram lançados 20 editais e apoiados projetos de demanda espontânea com o comprometimento de R\$ 90.580.000, dos quais destacam-se:

■ Apoio à agricultura familiar e acesso ao Pronaf Florestal

- Edital para a Mata Atlântica – dez instituições contratadas, 367 municípios atendidos e 5.400 produtores assistidos;

- Edital para a Caatinga – doze instituições contratadas, 219 municípios atendidos, 280 extensionistas capacitados e 2.100 produtores assistidos;

- Edital para o Cerrado – oito instituições contratadas, 557 municípios atendidos, 880 extensionistas capacitados e 2.300 produtores assistidos;

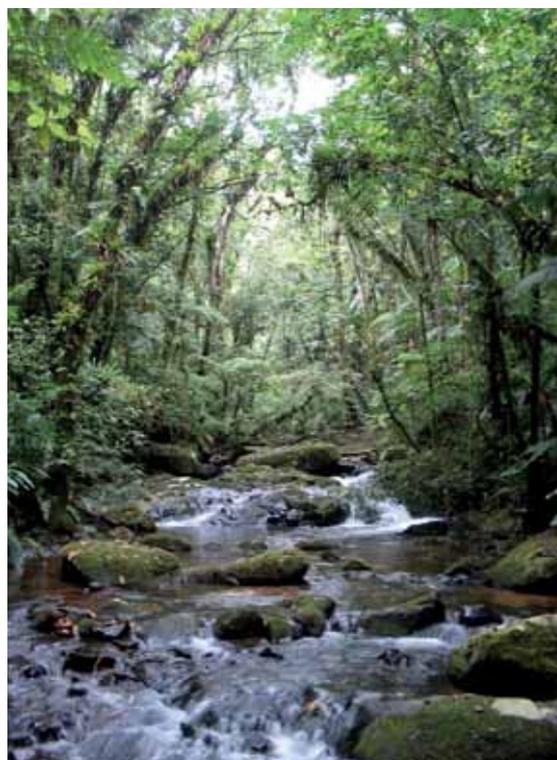
- A previsão do edital para a Amazônia sugere a contratação de 20 instituições, capaci-

tação de 1.200 extensionistas e prestação de assistência técnica a 4.000 produtores;

- O acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Florestal (Pronaf), por parte dos agricultores assistidos ou que espontaneamente procuraram os bancos oficiais de crédito, aumentou consideravelmente em virtude do trabalho realizado pelas instituições contratadas. O número total de projetos aprovados passou de 25, durante o biênio 2002-2003, para 594 no período de 2003-2004. Outro grande salto ocorreu no biênio 2004-2005, quando foram aprovados 1.348 projetos de acesso ao crédito do Pronaf Florestal.

■ Proteção e Recuperação de Nascentes

- Nesta ação, iniciada em 2005, foram investidos cerca de R\$ 14 milhões em 45 projetos, em todo o território nacional.



■ Gestão de Resíduos Sólidos

- O FNMA está fomentando a implementação de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos e Aterros Sanitários em 128 mu-

nicípios brasileiros, com intervenção na Política de Saneamento Ambiental e de Saúde Pública de mais de 750.000 pessoas.

- Apoio a comunidades de pescadores
 - Os 21 projetos apoiados encontram-se em execução. Mais de 50 comunidades de pescadores estão diretamente envolvidas nos programas de capacitação desses projetos.

- Fortalecimento à gestão ambiental de municípios e elaboração de Agendas 21 Locais
 - Na elaboração de Agendas 21 foram investidos mais de R\$ 20 milhões em 108 projetos, em todas as regiões do país. Entre 2003 e 2005, esse investimento foi de R\$ 16,5 milhões em 86 projetos.

Fortalecimento da gestão ambiental

- Capacitação de atores sociais
 - No período 2003/2006, a capacitação foi um elemento de destaque para o FNMA e alcançou, aproximadamente 14 mil pessoas, sendo capacitadas cerca de 5 mil pessoas apenas em 2006, em contraposição ao período de 2000/2002, quando esse número não ultrapassou 3,5 mil.

- A ampliação na escala resultou numa mudança de abordagem. Até 2003, as capacitações do FNMA foram orientadas por ações pontuais, caracterizadas pela realização de eventos. Hoje, adota-se o conceito de formação, pautada pela implementação de processos, apoiados por um conjunto de materiais, como novos manuais de elaboração e execução de projetos, ferramentas via internet, videoconferências e a continuidade da realização de eventos.

- Fundos socioambientais
 - Em 2006, uma portaria do MMA instituiu a Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, uma iniciativa conjunta do ministério com a Abema e a Anamma. A rede, composta por

fundos brasileiros públicos e privados, tem o objetivo de fortalecer o Sisnama, por meio da melhoria da atuação pública no financiamento ambiental. Assim, os fundos estaduais e municipais de meio ambiente, florestais, de recursos hídricos e direitos difusos são estimulados a melhorar sua capacidade de gestão com capacitação, troca de experiências e ampliação dos recursos disponíveis ao financiamento ambiental.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

É um órgão autônomo da administração direta vinculado ao MMA. Foi instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (nº 11.284), de 2006. Teve sua estrutura regimental criada no ministério pelo Decreto nº 5.776, do mesmo ano.

Além de cumprir a função de órgão gestor das florestas públicas federais, o serviço florestal é responsável pela gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e pela implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e do Sistema Nacional de Informações Florestais. O órgão também atua na promoção do manejo florestal sustentável com programas de capacitação, assistência técnica e de pesquisa e desenvolvimento.

Um conselho diretor é responsável pelo serviço florestal, que conta também com uma unidade de assessoramento jurídico e uma ouvidoria, cuja finalidade é receber pedidos de esclarecimento, acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e responder diretamente aos interessados a respeito das providências tomadas.

O serviço florestal preenche uma lacuna no Sisnama e atende a uma demanda do setor florestal (iniciativa privada, academia e sociedade civil), que reivindicou durante anos um espaço institucional na esfera federal dedicado ao desenvolvimento de atividades florestais em bases sustentáveis.



MMA, Ibama, ANA e Jardim Botânico são reestruturados

O fortalecimento do Sisnama depende, também, da consolidação da estrutura organizacional e do aprimoramento da capacidade de gestão do MMA e das suas entidades vinculadas. Assim, a implantação da atual Política Ambiental Integrada exigiu uma reestruturação do ministério, do Ibama, da ANA e do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A finalidade foi atender a dois objetivos centrais da nova política: adequar a atuação dos órgãos às diretrizes governamentais de desenvolvimento sustentável, transversalidade, participação social e fortalecimento do Sisnama; e alterar a trajetória institucional do ministério e das entidades vinculadas para torná-los compatíveis com suas responsabilidades legais.

Entre 2003 e 2006, o MMA fez uma importante reforma administrativa na sua estrutura

e na estrutura do Ibama. No ministério, foram criadas a Assessoria de Assuntos Internacionais, o Departamento de Gestão Estratégica, o Serviço Florestal Brasileiro e reforçadas as secretarias nacionais com a ampliação de diretorias e coordenações-gerais. Além disso, a Secretaria de Coordenação da Amazônia foi reestruturada e passou a assumir um papel de articulação das políticas relacionadas à Amazônia Legal, deixando a atribuição de executar projetos finais às demais secretarias.

A reforma no Ibama levou em consideração o fato de o órgão ser o maior responsável pela implementação da política no país. Afinal, cabe ao instituto: gestão direta de área superior a 7% do território nacional; licenciamento dos empreendimentos de infra-estrutura pública e investimentos privados; gestão e fiscalização dos recursos naturais (fauna, flo-

ra, recursos florestais e pesqueiros); e atendimento às emergências ambientais (incêndios florestais e produtos químicos).

Com a reestruturação, o Ibama ganhou novas diretorias e desmembrou outras:

- criação da Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental, integrada por três coordenações-gerais, com atribuições relacionadas à gestão e ao manejo das UCs federais de uso sustentável, à educação ambiental, à integração socioambiental e à promoção do controle social da gestão ambiental;
- desmembramento da Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental em dois novos órgãos: a Diretoria de Licenciamento Ambiental, que atua de forma especializada nas ações referentes ao licenciamento, e a Diretoria de Qualidade Ambiental, com atribuições relativas ao zoneamento ambiental, controle de substâncias químicas, agrotóxicos, componentes e afins, controle do transporte de substâncias nocivas e resíduos perigosos e à gestão da pesquisa e

do desenvolvimento tecnológico aplicáveis à gestão ambiental;

- alocação de 61 cargos de chefia para as unidades descentralizadas e adequação da nomenclatura, permitindo, inclusive, o fortalecimento daquelas localizadas em áreas de conflito no Pará e na região do Arco do Desmatamento na Amazônia. Com isso, o órgão ganhou maior flexibilidade para o arranjo das unidades avançadas, representadas pelos escritórios regionais e UCs;
- remanejamento interno de cargos em comissão, reforço no quantitativo de cargos das diretorias e mudanças nas denominações de subunidades a elas vinculadas, além de ajustes na redação das competências regimentais. No total, foram remanejados para o Ibama 80 novos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, compatíveis com os dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal, especialmente a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Política de recursos humanos se adapta às novas diretrizes

Desde 2003, o ministério implanta uma política de recursos humanos condizente com os propósitos do governo e em conformidade com os princípios da administração pública. O objetivo é adequar os recursos humanos ao cumprimento da sua missão institucional e, conseqüentemente, dar maior eficiência ao serviço prestado, com respostas mais ágeis à sociedade.

Foi definido um quadro de funcionários mais estável e especializado, formado a partir dos primeiros concursos públicos realizados pelo MMA.





MINISTÉRIO TEM SEU PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO

O MMA, ao longo de sua história, não teve um suporte técnico adequado, representado por um quadro estável de recursos humanos. A capacidade técnica necessária para dar resposta à ampliação das atribuições do ministério era suprida por meio de servidores requisitados de outros órgãos da administração pública, de contratados por empresas prestadoras de serviços e de consultores e equipes-base vinculados a projetos de cooperação internacional.

Até 2003, a força de trabalho do MMA era constituída, em sua grande maioria, por profissionais contratados por meio de projetos de cooperação internacional. Isso trazia inconvenientes sob o ponto de vista da gestão pública, pois os profissionais estavam vinculados aos

objetivos dos projetos de cooperação e não aos objetivos e metas do ministério. Além disso, a situação provocava um questionamento do Ministério Público Federal do Trabalho, que considerava ilegal essa forma de contratação.

Em meados de 2003, o MMA realizou processo seletivo para a substituição desses técnicos e convocou 652 profissionais como temporários (quatro anos). Atualmente, encontram-se em exercício 405 temporários.

Em dezembro de 2004, foi realizado o primeiro concurso público desde a criação do ministério para o cargo de analista ambiental (havia sido realizado concurso para esse cargo pelo Ibama). Em março de 2005, 150 novos servidores ingressaram para o quadro efetivo da carreira de especialista em meio ambiente e em 2007 deverão ser chamados todos os concursados aprovados.

Quadro de pessoal – MMA

Força de trabalho	2003	2006
Efetivos	99	236
Nomeados	83	102
Requisitados	103	104
Projeto	449	0
Temporários	0	405
Terceirizados	242	280
TOTAL	976	1.127

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)

Entre 2003 e 2006, a força de trabalho do instituto foi recomposta por 1.525 novos servidores. Foram contratados 709 analistas ambientais do primeiro concurso público (2002/2003) e 610 analistas ambientais do concurso de 2005.

O quadro demonstrativo a seguir especifica os quantitativos de pessoal do Ibama, com o incremento de 982 novos servidores, já deduzidas as demissões, aposentadorias e falecimentos.

A contratação de novos servidores possibilitou a estruturação de áreas estratégicas e prioritárias com recursos humanos definitivos e com vínculo compatível às atribuições do cargo. Os servidores contratados por meio de projetos de cooperação internacional estão sendo, gradativamente, substituídos por servidores selecionados em concursos públicos para quadros permanentes e temporários, a exemplo do concurso específico, realizado em 2004, quando foram substituídos 279 colaboradores.

As equipes-bases dos projetos/acordos de cooperação internacional, que em 2002 contavam com 680 colaboradores, estão limitadas, atualmente, a apenas 67 contratados.

Nos procedimentos utilizados para recompor a força de trabalho do instituto, foram considerados aspectos importantes, a começar pela mudança do perfil dos servidores. Os novos funcionários atenderam, quase que exclusivamente, aos cargos de nível superior, voltados para as atividades finalísticas do órgão e para as unidades descentralizadas, que compõem a capilaridade do Ibama no interior do país.

Em 2007, deverão ser chamados mais 309 servidores selecionados no último concurso público (2005).

Em 2002, a força de trabalho permanente do Ibama era composta por 63% de cargos efetivos de nível médio ou auxiliar e 37% de cargos de nível superior. De 2002 a 2006, houve uma inversão, pois os cargos de nível superior somam, hoje, 56% de toda a força de trabalho do órgão.

É relevante registrar que, dentre os atuais servidores ocupantes de cargos efetivos de

Quadro de pessoal – Ibama

VÍNCULOS	Out/2002	Out/2006
Ativos permanentes	4.905	5.867
Cedidos	179	196
TOTAL QUADRO PERMANENTE	5.084	6.063
Requisitados	44	54
Nomeados sem vínculo	250	135
Carreira jurídica	166	217
TOTAL EFETIVOS	5.544	6.469
Concursados temporários	-	180
Trabalhadores sazonais (brigadistas)	551	1.093
TOTAL VÍNCULOS DIRETOS	6.095	7.742
Terceirizados	864	1.026
Temporários (organismos internacionais)	283	0
Permanentemente (organismos internacionais – equipe-base)	397	67
TOTAL VÍNCULOS INDIRETOS	1.544	1.093
TOTAL GERAL	7.639	8.835

Novo perfil do quadro efetivo – Ibama

Níveis dos cargos efetivos	2002	2006
Nível superior	37%	56%
Nível intermediário	61%	42%
Nível auxiliar	2%	2%
TOTAL	100%	100%

nível intermediário e auxiliar do quadro permanente, um percentual superior a 20% já possuem nível superior, mas estão impedidos pela Constituição de assumirem cargos correspondentes à sua formação; no contingente representado pelos profissionais de nível superior, aproximadamente 25% detêm algum tipo de especialização pós-acadêmica (especialização, mestrado e doutorado); o reordenamento da força de trabalho priorizou as unidades descentralizadas, principalmente

as localizadas na Amazônia Legal; e as áreas de licenciamento ambiental, em Brasília e no estado do Rio de Janeiro, receberam significativo aporte de novos servidores.

Ainda para conciliar os interesses institucionais com os dos servidores, foram abertos dois concursos internos de remoção. O objetivo foi adequar os perfis dos profissionais, os postos de trabalho, as áreas de conhecimento e especialização e, também, os programas/projetos/ações sob gestão ou execução no instituto.

Força de trabalho do Ibama, por região	2002	2006
Administração central	19%	17%
Norte	20%	24%
Nordeste	28%	26%
Centro-Oeste	7%	8%
Sudeste	17%	17%
Sul	9%	8%
TOTAL	100%	100%

Qualificação e requalificação profissional

Em termos qualitativos, houve nos últimos quatro anos o empenho do Ibama na promoção de mudanças estruturais possibilitando a participação de servidores em eventos, a destacar a capacitação dos novos analistas ambientais selecionados por meio dos concursos públicos realizados em 2002 (709 ser-

vidores) e 2005 (605 servidores).

Da mesma forma, um número significativo de analistas e técnicos ambientais tiveram apoio e incentivo para cursar pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), o que tem elevado significativamente a competência técnica qualificada e especializada dos serviços prestados pela instituição.

Cursos oferecidos

EVENTOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES			
	2003	2004	2005	2006
Realizados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos	914	1.607	607	1.125
Realizados pelas unidades descentralizadas	119	613	169	96
Oferecidos por outras instituições	62	95	68	47
Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)	58	53	38	20
TOTAL	1.153	2.368	882	1.288

Outras ações de incremento da força de trabalho

O Ibama conta, também, com aproximadamente 600 estagiários distribuídos em várias unidades organizacionais do instituto, em todo o território nacional. Houve continuidade e incrementou-se quantitativamente a contratação dos serviços de brigadistas – mão-de-obra sazonal (entre 90 e 180 dias) – para as atividades de prevenção e combate a incêndios florestais nas UCs federais, com cerca de 1.150 contratados no exercício de 2006.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA)

A ANA, a partir de sua criação, em 2000, exercia atribuições por meio da força de trabalho formada, basicamente, por servidores e empregados requisitados de diversos órgãos e entidades da Administração Pública, de contratados temporários e de serviços terceirizados. Em 2003, foram criados para o quadro de pessoal da agência 239 cargos efetivos de especialista em recursos hídricos, 27 de especialista em geoprocessamento e 84 de analista administrativo e, em 2004, foram criados 45 cargos de técnico administrativo.

Diante de um quadro de pessoal reduzido

e grande demanda de serviços, a agência realizou, em 2003, seu primeiro concurso público. Foram destinadas 110 vagas (99 para a área de recursos hídricos e onze para a área de geoprocessamento), sendo aprovados 107 candidatos.

Em 2005, outro concurso abriu vagas para 65 cargos efetivos: 30 de especialista em recursos hídricos, cinco de especialista em geoprocessamento e 30 de analista administrativo. Os novos servidores tomaram posse em 20 de novembro de 2006.

Como medida preventiva, a ANA aguarda pedido de autorização feito ao Ministério do Planejamento para realizar o segundo curso de formação do concurso público. Com isso, espera somar mais 32 cargos efetivos, sendo quinze para especialista em recursos hídricos, dois para especialista em geoprocessamento e quinze para analista administrativo.

A agência também espera resposta do Ministério do Planejamento para aumentar seu quadro de pessoal. A solicitação foi feita em agosto de 2006, por conta do acúmulo das ações executadas sob a responsabilidade das unidades organizacionais. No encaminhamento, a agência solicita acréscimo de 155 cargos efetivos de técnico administrativo, 66 cargos efetivos de analista administrativo e 80 cargos de técnico em recursos hídricos.

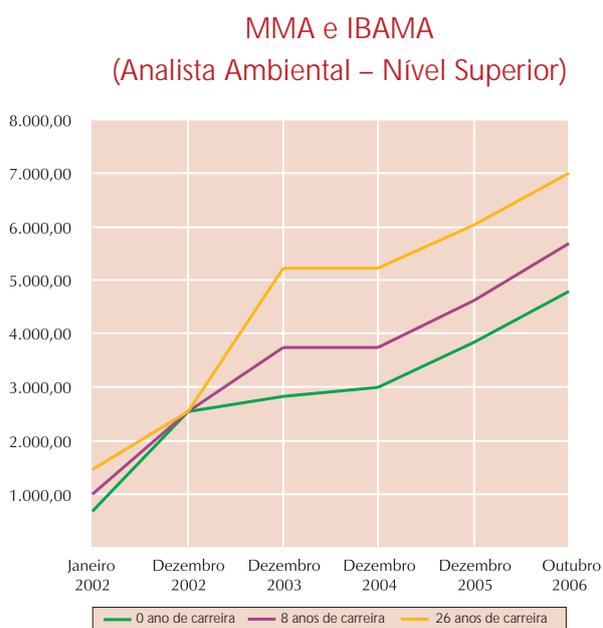
Evolução do quadro de pessoal – ANA

Força de trabalho	2002	2003	2004	2005	2006
Requisitados	48	45	40	41	34
Nomeados sem vínculo	41	42	50	49	50
Ativos	3	70	96	89	147
Procuradores Federais	-	4	6	6	5
Consultores	38	9	10	10	14
Temporários	55	28	-	-	-
A) Subtotal	185	198	202	195	250
B) Terceirizados	144	191	185	228	261
C) Estagiários	19	-	28	32	24
TOTAL = A + B + C	348	389	415	455	535



AUMENTO DE SALÁRIOS

Em termos de remuneração, os ganhos foram expressivos. Criou-se a gratificação de desempenho sobre o valor da tabela remuneratória para os cargos pertencentes à carreira de especialista em meio ambiente (MMA e Ibama), especialista em recursos hídricos (ANA) e especialista em geoprocessamento (ANA). O Ibama e a ANA, em 2003, reclassificaram os servidores na tabela remuneratória, pois todos estavam classificados no primeiro nível após a aprovação da carreira, em 2002, independente do histórico funcional. Os servidores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pertencentes à carreira de ciência e tecnologia, tiveram aumento no desempenho básico



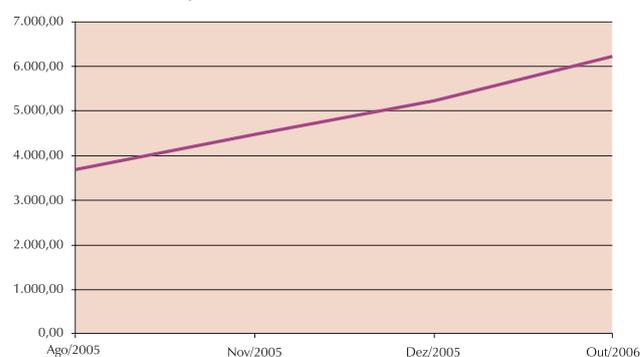
e na gratificação de titulação.

Entre 2003 e 2006, os servidores de nível médio do MMA e do Ibama tiveram uma evolução salarial, que variou de 102% a 161%, e os de nível superior, de 102% a 159%. Essa evolução foi consequência do reenquadramento na carreira de especialista ambiental de todos os servidores de cargo efetivo; da institucionalização da gratificação de desempenho de atividade de especialista ambiental (GDAEM), para os técnicos de nível superior; e de gratificação de atividade técnica para o pessoal de nível médio do MMA.

Na ANA, os salários dos servidores de nível superior evoluíram, em média, 30%. Os ganhos foram motivados pela ampliação dos percentuais da gratificação de desempenho de atividade de recursos hídricos (GDRH), passando de 15% para 40% o valor correspondente à avaliação institucional, e de 20% para 35% a parte relativa à avaliação individual.

Com esses ganhos salariais, os servidores

ANA – Especialista em Recursos Hídricos



IJBRJ – Pesquisador



que fazem parte das diversas carreiras vinculadas a órgãos do MMA passaram a ter remuneração condizente com as responsabilidades de seus cargos.

INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA

Para criar condições de trabalho compatíveis com a nova realidade, o MMA investiu na modernização das instalações físicas e da infra-estrutura tecnológica. As obras, que mudaram o aspecto da fachada da sede do ministério, garantiram mais segurança, conforto e agilidade ao trabalho dos funcionários. Foram substituídas as instalações elétrica, para reduzir os riscos de incêndio, e hidráulica, com a instalação de válvulas de redução de consumo e temporizadores em todos os pontos de consumo, além da eliminação de vazamentos.

A reforma garantiu condições de acesso aos portadores de necessidades especiais, permitiu a troca de mobiliário e divisórias e a instalação de mais 200 postos de trabalho. Remodelado, o arquivo central teve a área aumentada de 300 m² para 700 m², possibilitando o armazenamento e tratamento técnico da documentação, além de desafogar os arquivos setoriais. Possibilitou, também, a criação da sala de treinamento, espaço destinado exclusivamente a programas permanentes de qualificação profissional. A ANA ganhou um auditório para a realização de eventos, ampliou suas instalações e modernizou o ambiente de informação.

Para implantar o Sinima, foi necessário modernizar a infra-estrutura de tecnologia da informação do MMA e mudar seus paradigmas de desenvolvimento de sistemas, integrando os sistemas de informação federal com sistemas de informação estaduais.

No início da gestão, a rede interna do MMA era subdimensionada com relação à sua ca-

pacidade de tráfego, não possuía estações de trabalho em número suficiente, servidores de rede e bancos de dados com capacidade computacional adequada, nem capacidade de armazenamento de dados. Além disso, a velocidade de sua conexão à internet era insuficiente, dificultando o acesso da sociedade a suas informações.

Em 2003, 40% dos funcionários não tinham estação de trabalho (microcomputador). Outros 30% possuíam máquinas, mas eram obsoletas, e apenas 30% tinham computadores adequados. Atualmente, 100% dos funcionários possuem estação de trabalho, 75% delas com configuração adequada e 25% em fase de modernização. Em resumo, a disponibilidade de equipamentos praticamente dobrou e sua adequação aumentou 125%.

Com relação a servidores de rede, inicialmente, a rede era servida por apenas 22 equipamentos: sete servidores com configuração adequada e quinze microcomputadores usados como servidores (inadequados). Com isso, a capacidade computacional do MMA era severamente limitada, sendo insuficiente para suprir as necessidades de seus projetos de informação. Hoje, são 32 servidores adequados às necessidades da rede do MMA, sete antigos e 25 novos. Houve um aumento de 45% em relação ao número de servidores e de 357% de servidores adequados, aumentando a capacidade computacional do ministério.

Os sistemas de informação, além de insuficientes, trabalhavam de maneira isolada, sem comunicação entre si. Com os trabalhos de desenvolvimento do Sinima, já com o apoio de infra-estrutura mais adequada, o paradigma de desenvolvimento foi significativamente alterado, passando a trabalhar com sistemas interoperáveis dentro de uma arquitetura orientada a serviços, conhecida na literatura internacional como SOA (Service Oriented Architecture).

Mudanças no orçamento

A Política Ambiental Integrada também gerou resultados positivos nas questões orçamentárias. Os termos de cooperação e outros instrumentos institucionais trouxeram investimentos do orçamento de outros ministérios para diferentes ações:

- Construção de 143 mil cisternas, beneficiando mais de 713 mil pessoas no semi-árido, com investimentos da ordem de R\$ 239 milhões e recursos dos ministérios do Desenvolvimento Social e da Integração Nacional, a partir de iniciativa do MMA e da Articulação do Semi-Árido (ASA).

- Retomada dos financiamentos em saneamento, com contratação de R\$ 11 bilhões nos últimos três anos e meio, valor treze vezes superior ao período 1999-2002, e desembolso de R\$ 4 bilhões até julho de 2006.

- Investimentos no valor de R\$ 191 milhões do Ministério da Integração Nacional, no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, coordenado pelo MMA. Os recursos foram aplicados principalmente em saneamento ambiental de municípios da bacia.

- Ampliação dos financiamentos para pequenos produtores florestais pelo MDA, por meio do Pronaf Florestal, de R\$ 1,29 milhão, em 2002-2003, para R\$ 13,17 milhões, em 2005-2006, e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo Propflora, de R\$ 770 mil, em 2002-2003, para R\$ 55,30 milhões em 2005-2006. Ambas as linhas de financiamento integram o PNF, coordenado pelo MMA. O Ministério da Integração Nacional também ampliou os financiamentos dos fundos constitucionais para projetos sustentáveis, com o FNO Floresta, o FCO Pronatureza

e o FNE Verde. Os três programas somados representaram um crescimento de R\$ 4,56 milhões, em 2002, para R\$ 132,05 milhões, em 2005.

- Investimentos de R\$ 400 milhões pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, por meio do Inpe, no aprimoramento do monitoramento ao desmatamento e queimadas com as seguintes ações: ampliação da frequência e cobertura do sistema Prodes a partir de imagens de cinco satélites ao invés de apenas um (Modes); criação do Deter; criação do Detex; e investimentos em estrutura de comunicação, como cabeamento e transmissão.

- Apoio da Casa Civil, por meio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), ao monitoramento do desmatamento na Amazônia, com a disponibilização de sobrevôos de aeronaves equipadas com radares para os períodos de intensa chuva, quando os satélites não detectam as ações de desmatamento.

- Atuação do Ministério da Educação no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental com investimentos da ordem de R\$ 14 milhões em ações, como formação de professores da rede pública de ensino fundamental, elaboração e produção de material didático, realização conjunta de duas conferências nacionais infanto-juvenis pelo meio ambiente e fomento a projetos socioambientais nas escolas, com medidas educativas complementares.

- Criação da Universidade da Floresta, no Acre, da Universidade do Pantanal e da Escola Técnica de Agroecologia, no Mato Grosso do Sul, pelo Ministério da Educação.

- Apoio de R\$ 5 milhões do Ministério

do Desenvolvimento Agrário, por meio do Incra, na criação dos Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (Cimas) e na implantação de projetos de assistência técnica.

■ Realização pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia, de Avaliação Ambiental Integrada das nove principais bacias brasileiras, com investimento de R\$ 16 milhões.

■ Desenvolvimento e implantação, pelo Ministério dos Transportes, do Sistema de Gestão Ambiental das Rodovias Federais (SAGARF), a partir de Portaria Interministerial (MT e MMA) que criou o Programa Nacional de Regularização Ambiental das Rodovias Federais.

Além dessas ações específicas, mais de 20 ministérios, autarquias, institutos e empresas públicas federais participaram de GTs interministeriais, com disponibilização de técnicos qualificados para produzir diagnósticos e análises setoriais, realizar levantamentos de campo e outras ações. As iniciativas resultaram na elaboração de instrumentos de planejamento ambiental, como o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região de Influência da BR-163, Plano Amazônia Sus-

tentável, Zoneamento Ecológico-Econômico, Avaliação Ambiental Estratégica, o Inventário Florestal Nacional e o Programa Brasileiro de Biodiesel.

Também houve uma evolução nos valores destinados ao orçamento do próprio ministério. A tabela 1, abaixo, mostra a execução orçamentária, organizada por grupo de natureza de despesa, entre 1999 e 2006.

Em 2001 e 2002 houve um aumento significativo dos recursos orçamentários aplicados. Esse aumento decorreu da criação da ANA, em 2001, e da aprovação de leis no Congresso Nacional que permitiram a arrecadação de receitas extraordinárias a partir de acordos judiciais com devedores da Receita Federal, que beneficiaram todo o Governo Federal, em 2002. A retração orçamentária ocorrida em 2003 seguiu a política estabelecida pelo Governo Federal para todos os ministérios, como consequência das pressões inflacionárias ocorridas em 2002. A partir de 2004, os recursos orçamentários executados pelo MMA foram sendo recompostos, mesmo quando considerada a inflação medida pelo IPC-A. A distribuição desses recursos entre os órgãos de administração direta e indireta está detalhada na tabela 2, a seguir.

Tabela 1

	R\$ mil							
ESPECIFICAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Pessoal e encargos sociais	250.888	245.652	300.163	357.933	424.864	557.217	627.477	757.101
Sentenças judiciais	23.038	24.005	10.582	25.373	21.269	24.497	33.038	20.102
Amortização e encargos da dívida	116.945	37.964	36.500	44.105	47.886	54.151	37.247	19.357
Outros custeios e capital	228.364	354.074	572.646	507.914	359.492	400.869	495.722	488.523
Doações e créditos extraordinários	25.809	-	30.045	32.340	26.831	66.907	36.353	36.692
TOTAL	645.044	661.695	949.935	967.664	880.342	1.103.640	1.229.837	1.321.775

Fonte: Relatórios Anuais de Execução Orçamentária e Financeira – CGPO/SECEX/SPOA/MMA.

Observação: no ano 2000, as doações e o crédito extraordinário foram executados dentro dos limites (sendo doações: R\$ 54.008.000,00 e crédito extraordinário: R\$ 51.050.000,00).

(*) Os valores informados estão sujeitos a revisão.

Houve um ganho relativo na participação média do Ibama e do Jardim Botânico na execução orçamentária do MMA. Eles saltaram de um patamar de aproximadamente 57% e 0,5%, entre 1999 e 2002, para 72% e 1,8%, respectivamente, entre 2003 e 2006. Essa nova distribuição reflete a ênfase dada na implementação da Política Nacional de Meio

Ambiente. A ANA teve uma alocação acima da média anual no ano de 2001, decorrente dos custos de implantação da instituição.

Quando observados apenas os recursos destinados a custeio e investimento, ocorrem os mesmos movimentos relativos, porém com menor magnitude, conforme mostra a tabela 3.

Tabela 2

ESPECIFICADO	1999	%	2000	%	2001	%	2002
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	275.055	42,4	225.272	34,2	305.848	32,2	286.612
IBAMA	353.653	55,1	419.546	63,3	472.225	49,7	578.253
ANA	0	0,0	0	0,0	133.655	14,1	66.823
CODEBAR	728	0,1	654	0,1	704	0,1	674
JBRJ	2.635	0,4	3.696	0,6	4.332	0,5	3.571
FNMA	12.973	2,0	12.527	1,9	33.171	3,5	31.731
TOTAL	645.044		661.695		949.935		967.664

Fonte: Relatórios Anuais de Execução Orçamentária e Financeira – CGPO/SECEX/SPOA/MMA.

Observação: valores efetivamente empenhados.

(*) Os valores informados estão sujeitos a revisão.

Tabela 3

ESPECIFICADO	1999	%	2000	%	2001	%	2002
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	126.074	55,2	175.679	49,6	237.345	41,4	195.170
IBAMA	94.961	41,6	162.029	45,8	167.703	29,3	222.746
ANA	0	0,0	0	0,0	129.954	22,7	54.482
CODEBAR	156	0,1	143	0,0	141	0,0	215
JBRJ	2.635	1,2	3.696	1,0	4.332	0,8	3.571
FNMA	4.538	2,0	12.527	3,5	33.171	5,8	31.731
TOTAL	228.364		354.074		572.646		507.914

Fonte: Relatórios Anuais de Execução Orçamentária e Financeira – CGPO/SECEX/SPOA/MMA.

Observação: valores efetivamente empenhados.

(*) Os valores informados estão sujeitos a revisão.

Melhora na fiscalização e no controle dos gastos públicos

As medidas gerenciais adotadas pelo MMA, a partir de 2003, permitiram a instauração de cerca de 285 processos de tomada de contas especial de convênios celebrados nas administrações anteriores, representando a expectativa de devolução ao Tesouro Nacional de cerca de R\$ 128 milhões.

R\$ mil

	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006*
	29,6	161.785	18,4	188.146	17,0	224.928	18,3	194.782
	59,8	605.221	68,7	796.167	72,1	875.148	71,2	978.843
	6,9	81.937	9,3	78.717	7,1	90.824	7,4	110.900
	0,1	746	0,1	1.252	0,1	1.331	0,1	1.023
	0,4	15.638	1,8	17.769	1,6	21.443	1,7	24.676
	3,3	15.014	1,7	21.589	2,0	16.163	1,3	11.552
		880.342		1.103.640		1.229.837		1.321.775

R\$ mil

	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006*	%
	38,4	82.005	22,8	102.747	25,6	144.247	29,1	126.284	25,9
	43,9	189.247	52,6	205.403	51,2	251.337	50,7	254.967	52,2
	10,7	68.724	19,1	65.670	16,4	77.001	15,5	87.471	17,9
	0,0	221	0,1	725	0,2	759	0,2	415	0,1
	0,7	4.280	1,2	4.737	1,2	6.215	1,3	7.835	1,6
	6,2	15.014	4,2	21.589	5,4	16.170	3,3	11.552	2,4
		359.492		400.869		495.729		488.523	

Relatório de Gestão 2003:2006

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Jandira Gouveia

Redação e edição

Marluza Mattos e Valéria Fernandes

Produção

Paula Ramos e Rebecca Celso

Fotos

*Jefferson Rudy (MMA), Martin Garcia,
Wigold Schäffer, Miguel Von Behr
(Ibama), Altamiro de Pina (Codevasf),
J. Quental (Jardim Botânico do Rio de
Janeiro), Daniel Behr (Jardim Botânico
do Rio de Janeiro), Arquivo Gestar,
Arquivo PDA, Arquivo DPDI, Arquivo
Proecotur, Arquivo Secretaria de
Recursos Hídricos, Arquivo Agenda
21, Arquivo Proecotur, Arquivo
Companhia Vale do Rio Doce, Arquivo
Reserva Biológica Atol das Rocas e
Arquivo MMA*

Projeto gráfico e capa

André Ramos

Programação visual e diagramação

André Ramos e Bruno Nalon

Revisão

Denise Goulart